

UNIVERSIDADE VILA VELHA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA
MESTRADO PROFISSIONAL

LEONARDO CARVALHO FERRAZ DE AMORIM

SEGURANÇA PÚBLICA NO INTERIOR: O CASO DO NOROESTE
CAPIXABA (2018-2024)

VILA VELHA-ES
JULHO/2024

LEONARDO CARVALHO FERRAZ DE AMORIM

**SEGURANÇA PÚBLICA NO INTERIOR: O CASO DO NOROESTE
CAPIXABA (2018-2024)**

Dissertação apresentada à Universidade de Vila Velha, como pré-requisito do Programa de Pós-graduação em Segurança Pública, para obtenção do grau de Mestre em Segurança Pública.

VILA VELHA-ES

JULHO/2024

Catálogo na publicação elaborada pela Biblioteca Central / UVV-ES

A524a

Amorim, Leonardo Carvalho Ferraz.

Segurança Pública no interior : o caso do noroeste capixaba
(2018-2024) / Leonardo Carvalho Ferraz Amorim. – 2024
124 f.: il.

Orientador: Marco Aurélio Borges Costa.

Dissertação (mestrado em Segurança Pública) -
Universidade Vila Velha, 2024.

Inclui bibliografias.

1. Segurança Pública. 2. Criminalidade. 3. Comunidade.
I. Costa, Marco Aurélio Borges. II. Universidade Vila Velha. III.
Título.

CDD 363.3

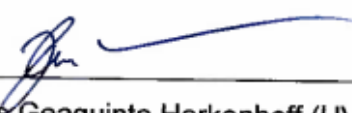
LEONARDO CARVALHO FERRAZ DE AMORIM

Segurança Pública no Interior: o caso do noroeste capixaba (2018-2024)

Dissertação apresentada à Universidade Vila Velha, como pré-requisito do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, para a obtenção do grau de Mestre em Segurança Pública.

Aprovado 30 de julho de 2024.

Banca examinadora:



Prof. Dr. Henrique Geaquinto Herkenhoff (UVV)

Membro Interno



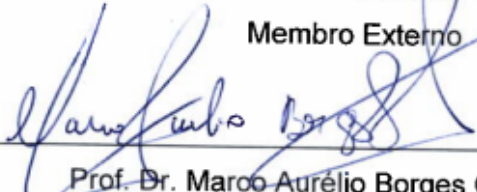
Prof. Dr. Rafael Cláudio Simões (UVV)

Membro Interno



Prof. Dr. Pablo Medeiros Jabor (UFES)

Membro Externo



Prof. Dr. Marco Aurélio Borges Costa (UVV)

Orientador

Dedico esta dissertação à minha esposa Olívia, pelo apoio incondicional e pela paciência com minhas madrugadas dedicadas aos estudos.

Dedico também ao meu orientador Prof. Dr. Marco Aurélio Borges Costa, pela confiança, amizade e orientação de excelência.

Sem o apoio de ambos, este sonho não se tornaria realidade. A eles, meu muito obrigado.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação de mestrado não seria realidade sem apoio valioso de algumas pessoas.

Inicialmente, externo meus agradecimentos ao Coordenador do Programa de Pós-graduação em Segurança Pública, Professor Doutor Marco Aurélio Borges Costa, por toda a paciência, dedicação e carinho com que sempre me orientou neste trabalho e nos demais que realizei durante o mestrado.

Desejo igualmente agradecer aos professores Henrique Gesquinto Herkenhoff, Humberto Ribeiro Júnior, Jaqueline Bagalho, Maria Riziane Costa Prates, Pablo Ornelas Rosa, Rafael Claudio Simões e Viviane Mazine Rodrigues por todo o conhecimento compartilhado.

Agradeço aos funcionários secretaria do mestrado, Edson e Silva, sempre prestativos.

Por último, mas não menos importante, agradeço à minha família e amigos pelo apoio irrestrito, especialmente ao meu pai e minha esposa por todo o auxílio ao longo da elaboração deste trabalho.

Por vezes sentimos que aquilo que fazemos não é senão uma gota de água
no mar. Mas o mar seria menor se lhe faltasse uma gota.
(Madre Teresa de Calcutá)

RESUMO

DE AMORIM, Leonardo Carvalho Ferraz. Universidade Vila Velha – ES, julho de 2024.
Segurança Pública no Interior: O Caso do Noroeste Capixaba (2018-2024).
Orientador: Marco Aurélio Borges Costa.

Durante pouco mais de 6 anos o pesquisador atuou como delegado de polícia civil em cidades do noroeste do estado do Espírito Santo. Nesse período foi encontrada uma realidade até então desconhecida, não apenas na estrutura policial, mas também de hábitos e costumes, modo de ganhar a vida, entretenimento e muito mais. Após grande tempo de observação e de muitas reflexões acerca do que via e vivia, chegou-se ao entendimento de que era necessário um estudo aprofundado da localidade. Assim, partindo da premissa que a realidade da localidade apresenta peculiaridades significativas, hábeis a justificar um planejamento diferenciado para a segurança pública, realizou-se uma pesquisa com o objetivo de compreender os desafios enfrentados pelos delegados de polícia com atuação na localidade. A abordagem metodológica foi múltipla, já que o tema da pesquisa perpassou pelas 3 etapas que devem estar presentes em todos os trabalhos: abordagem (o assunto do trabalho), compreensão (o foco do trabalho) e a verificação (a delimitação do tema). Assim, utilizando-se de pesquisa documental e bibliográfica, inicialmente analisou-se a história de cada um dos municípios do noroeste do estado do Espírito Santo. Em um segundo momento, realizou-se uma análise etnográfica da região onde o autor, como observador participante, apresentou suas impressões, coletadas ao longo de mais de um quinquênio, acerca das particularidades locais. Por fim, a metodologia utilizada foi de uma pesquisa qualitativa, envolvendo uma entrevista com roteiro semiestruturado com 3 delegados de polícia, e uma pesquisa quantitativa, consistente em um questionário apresentado para 20 delegados em atuação nas delegacias da localidade pesquisada. Verificou-se, então, que a hipótese da pesquisa restou confirmada, existindo singularidade na região a demandar necessidades peculiares dos órgãos de segurança pública, especialmente da polícia civil. Foi possível observar que, além da complexidade de investigações em áreas rurais, diversos fatores impactam diretamente na resolutividade dos inquéritos policiais, que vão da ausência de viaturas adequadas até a distância para o acesso à perícia, perpassando por outros pontos devidamente identificados. A partir desse diagnóstico, elaborou-se como produto técnico um relatório de indicações para a melhoria da segurança pública na região noroeste capixaba, onde se objetivou a apresentação de estratégias com o foco na melhoria da eficiência das investigações, no aumento da presença policial e na sensação de segurança, na redução de índice de criminalidade e no aumento da resolução de casos, além da promoção de integração entre policiais e comunidade.

Palavras-chave: Segurança Pública; criminalidade; comunidade; análise etnográfica; efetividade policial.

ABSTRACT

DE AMORIM, Leonardo Carvalho Ferraz. Universidade Vila Velha – ES, July 2024.
Public Security in the Interior: The Case of Noroeste Capixaba (2018-2024).
Advisor: Marco Aurélio Borges Costa.

For just over six years, the researcher served as a civil police chief in cities in the northwestern region of the state of Espírito Santo. During this time, an unknown reality was uncovered, not only in the police structure but also in habits and customs, livelihoods, entertainment, and much more. After extensive observation and reflection on what he saw and experienced, it became clear that a thorough study of the locality was necessary. Thus, based on the premise that the local reality presents significant peculiarities that justify a differentiated approach to public security, research was conducted to understand the challenges faced by police chiefs working in the area. The methodological approach was multi-faceted, as the research topic encompassed the three stages that should be present in all studies: approach (the subject of the work), understanding (the focus of the work), and verification (the delimitation of the topic). Initially, using documentary and bibliographic research, the history of each municipality in northwestern Espírito Santo was analyzed. In a second phase, an ethnographic analysis of the region was conducted, where the author, as a participant observer, presented his impressions collected over more than five years regarding local particularities. Finally, the methodology included qualitative research involving semi-structured interviews with three police chiefs, as well as quantitative research consisting of a questionnaire administered to 20 police chiefs working in the local precincts. It was confirmed that the research hypothesis held true, revealing uniqueness in the region that demands specific needs from public security agencies, especially the civil police. It was observed that, in addition to the complexities of investigations in rural areas, various factors directly impact the resolution of police inquiries, ranging from the lack of adequate vehicles to the distance to access forensic services, alongside other identified issues. Based on this diagnosis, a technical report was produced with recommendations for improving public safety in the northwestern region of Espírito Santo. The aim was to present strategies focused on enhancing the efficiency of investigations, increasing police presence and the sense of security, reducing crime rates, and improving case resolution, as well as promoting integration between police and the community.

Keywords: Public Security; crime; community; ethnographic analysis; police effectiveness.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Mapa com as circunscrições da PCES de acordo com as superintendências e suas respectivas delegacias regionais	21
Imagem 2 – Bandeira da Polônia com brasão.....	30
Imagem 3 – Bandeira de Águia Branca/ES.....	30
Imagem 4 – Busto do soldado Aldomário Falcão	34
Imagem 5 – Folheto divulgado pela Câmara Municipal de Boa Esperança	39
Imagem 6 – Ponte Florentino Avidos, em Colatina	41
Imagem 7 – Brasão de armas do município de Ecoporanga.....	44
Imagem 8 – 250kg de carne foram distribuídos na Feira dos Municípios	51
Imagem 9 – Imagem ilustrativa de Constância de Angola	54
Imagem 10 – Barragem de Pinheiros.....	58
Imagem 11 – Estátua do cafeicultor	63
Imagem 12 – Pannel de Produção Agropecuária do Espírito Santo.....	70
Imagem 13 – Dados de população estimada e cabeças de gado em 2015	71
Imagem 14 – Dados do IDSC-BR	72

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – percepção acerca de maior dificuldade para elucidação de crimes ocorridos nas zonas rurais.....	87
Gráfico 2 – percepção acerca de maiores dificuldades logísticas no transporte e deslocamento em áreas rurais e de difícil acesso.....	88
Gráfico 3 – percepção acerca de maior dificuldade para elucidação de crimes em razão da extensão territorial abrangida pela Unidade Policial.....	88
Gráfico 4 – percepção acerca de dificuldade na obtenção de recursos para investigações devido à priorização de recursos para a Grande Vitória.....	89
Gráfico 5 – percepção acerca de restrição do número de policiais devido à distribuição desigual de efetivo entre as delegacias da região noroeste e as da Grande Vitória.....	90
Gráfico 6 – percepção acerca de delegacias com efetivo de apenas um ou dois policiais.....	91
Gráfico 7 – percepção acerca de distância elevada para a entrega de materiais a serem periciados, como aparelhos eletrônicos, drogas e armas.....	92
Gráfico 8 – percepção acerca de restrições relacionadas à cota de combustível das viaturas.....	92
Gráfico 9 – percepção acerca de dificuldade no transporte de presos devido à distância para as unidades prisionais e socioeducativas.....	93
Gráfico 10 – percepção acerca da existência de considerável número de policiais que desejam deixar a região noroeste para trabalhar na capital.....	94
Gráfico 11 – percepção acerca de maior volume de trabalho nas delegacias da região noroeste do estado do Espírito Santo se comparadas com as da Grande Vitória.....	94
Gráfico 12 – percepção acerca de dificuldade na comunicação e coordenação entre as unidades policiais dispersas em uma ampla área geográfica, inclusive com relação a troca de informações de investigações entre as delegacias.....	95
Gráfico 13 – percepção acerca de policiais sem a devida capacitação.....	95
Gráfico 14 – percepção acerca de municípios sem delegacia.....	96
Gráfico 15 – percepção acerca de limitação do número de veículos com tração 4x4 para atender áreas rurais e de difícil acesso.....	97

Gráfico 16 – percepção acerca de regiões sem sinais de telefone e de internet....	97
Gráfico 17 – percepção acerca de viaturas sem rádio comunicador.....	97
Gráfico 18 – percepção acerca de falta de estrutura adequada nos prédios policiais.....	98
Gráfico 19 – percepção acerca de implementação de unidades móveis de polícia para atender áreas rurais e remotas.....	99
Gráfico 20 – percepção acerca de redistribuição do efetivo, com policiais localizados na Grande Vitória sendo encaminhados para o interior do estado....	100
Gráfico 21 – percepção acerca de incentivo à permanência de policiais na região noroeste, com a criação de benefícios, como uma gratificação pecuniária por distância da capital.....	100
Gráfico 22 – percepção acerca de criação de um cargo com nível de escolaridade de 2º grau (ensino médio) para exercer atividades meio, que hoje são desempenhadas por investigadores e escrivães.....	101
Gráfico 23 – percepção acerca de criação de escola com turmas permanentes e de frequência obrigatória e periódica, para a capacitação dos policiais.....	101
Gráfico 24 – percepção acerca de melhoria da infraestrutura dos prédios policiais, incluindo reparos e atualização de equipamentos.....	102
Gráfico 25 – percepção acerca de construção de delegacias (estrutura física) nos municípios da região noroeste que não possuem unidades policiais próprias....	102
Gráfico 26 – percepção acerca de criação de orçamento específico destinado à região noroeste, para garantir recursos adequados para investigações.....	103
Gráfico 27 – percepção acerca de estabelecimento de uma rede de comunicação eficaz entre unidades policiais, com compartilhamento de informações.....	103
Gráfico 28 – percepção acerca de instalação de radiocomunicador via satélite nas viaturas caracterizadas.....	104
Gráfico 29 – percepção acerca de investimento em veículos e equipamentos adaptados para deslocamento em áreas rurais.....	104
Gráfico 30 - percepção acerca de ampliação da atribuição de algumas delegacias especializadas da Grande Vitória (exemplo: delegacia de repressão a crimes cibernéticos, de defesa do consumidor e de acidente de trabalho) para englobar crimes praticados no noroeste capixaba.....	105

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACADEPOL	Academia de Polícia
ALES	Assembleia Legislativa do Estado do Espírito santo
BA	Bahia
BPM	Batalhão de Polícia Militar
BU	Boletim Unificado
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDP	Centro de Detenção Provisória
COOABRIEL	Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de São Gabriel
COOPNORTE	Cooperativa Agropecuária do Norte do Estado do Espírito Santo
COVID-19	<i>Corona Virus Disease</i> (“doença do coronavírus”)
CST	Companhia siderúrgica de Tubarão
DETRAN	Departamento Estadual de Trânsito
Dr	Doutor
ES	Espírito Santo
EUA	Estados Unidos da América
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
GPS	<i>Global Positioning System</i> (“sistema global de posicionamento”)
GT	Grupo de Trabalho
Hab/Km ²	Habitantes por quilômetro quadrado
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDSC-BR	Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades - Brasil
IFES	Instituto Federal do Espírito Santo
IJSN	Instituto Jones dos Santos Neves
INCAPER	Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural
Kg	Quilograma
Km ²	Quilômetro quadrado
MG	Minas Gerais
MP	Ministério Público
PAINEL AGRO	Painel de Produção Agropecuária do Espírito Santo
PCES	Polícia Civil do Estado do Espírito Santo
PIB	Produto Interno Bruto

PM	Polícia Militar
SESP	Secretaria de Estado da segurança Pública e Defesa Social
STF	Supremo Tribunal Federal
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UI	Unidade de Internação

LISTA DE SÍMBOLOS

R\$	real
§	parágrafo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO 1 – BREVES APONTAMENTOS HISTÓRICOS DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO NOROESTE DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	26
ÁGUA DOCE DO NORTE.....	29
ÁGUIA BRANCA.....	30
ALTO RIO NOVO	31
BAIXO GUANDU	33
BARRA DE SÃO FRANCISCO	35
BOA ESPERANÇA	37
COLATINA	39
ECOPORANGA	42
GOVERNADOR LINDENBERG	45
MANTENÓPOLIS	46
MARILÂNDIA	48
MONTANHA	49
MUCURICI	51
NOVA VENÉCIA	52
PANCAS	55
PINHEIROS	56
PONTO BELO	59
SÃO DOMINGOS DO NORTE	60
SÃO GABRIEL DA PALHA	61
VILA PAVÃO	64
CAPÍTULO 2 - A JORNADA DE UM DELEGADO NA REGIAO NOROESTE CAPIXABA: IMPRESSÕES DO PESQUISADOR COMO OBSERVADOR PARTICIPANTE.....	66
CAPÍTULO 3 - AS DIFICULDADES ENFRENTADAS PELA POLÍCIA CIVIL NA VISÃO DOS DELEGADOS DA REGIÃO.....	83
CONCLUSÃO	106
REFERÊNCIAS.....	109

APÊNDICE A – QUESTIONARIO.....	112
APÊNDICE B - PRODUTO TÉCNICO.....	119

INTRODUÇÃO

No ano de 2018 deixei o Rio de Janeiro e parti rumo ao Espírito Santo. Essa trajetória ocorreu em razão da minha nomeação, após regular aprovação em concurso público, como Delegado de Polícia Civil no território capixaba. Terminado o curso de formação na Academia de Polícia (ACADEPOL), recebi minha lotação: Ecoporanga. Assim, em 20 de março de 2018, assumi minhas atribuições e logo passei a residir no município onde, aliás, permaneci até abril de 2024.

Após passar pelo Rio de Janeiro e o período de formação policial pela Grande Vitória, rumei ao noroeste capixaba e me deparei com uma realidade bastante diferente da que estava habituado. Passados quatro anos e após fazer muitas reflexões em razão do que eu observava no interior do estado, entendi que o momento era de retornar aos bancos acadêmicos, mas agora para, no mestrado, estudar o noroeste capixaba.

Em outras palavras, foi justamente a partir das observações realizadas desde minha chegada em solo espírito-santense no nem tão distante mês março do ano de 2018, que me surgiu a hipótese da existência de especificidades da região noroeste que demandariam uma intervenção diferenciada da polícia civil em relação ao modelo experimentado na Grande Vitória.

Em verdade, a experiência vivenciada me fez atentar para o fato de que as distinções não são apenas referentes à estrutura policial, mas também de hábitos e costumes, modo de ganhar a vida, entretenimento, processo histórico, desenvolvimento econômico, e por aí vai. Mais do que isso, o próprio crime, se comparado com a capital do estado, apresenta sensíveis distinções. Atualmente, a título de exemplo, o furto de gado, com a morte do animal (abate) e a retirada da carne (desossar) realizadas no próprio local (pasto) para ser vendida/consumida, tem aumentado na região. Ora, não há dúvida de que o tipo penal “furto” é encontrado facilmente em todo o estado, todavia, o objeto (gado) e o *modus operandi* (morte do animal no pasto com a retirada da carne no próprio local) não é comum à realidade da capital do estado. Para não deixar de citar, parece que essa realidade incomum nas metrópoles não passou invisível pelo legislador pátrio, sendo certo que o furto de

semovente encontra tipificação penal no art. 155, §6º, do Código Penal¹, porém, como a análise legislativa não é o objeto dessa pesquisa, me furtarei de caminhar pelo tema.

Os objetivos específicos da pesquisa foram compreender os aspectos históricos, sociais, econômicos e aspectos políticos peculiares que caracterizam a região noroeste do estado do Espírito Santo; descrever minha experiência tendo atuado por pouco mais de seis anos (2018-2022) como delegado de polícia em municípios da região; e analisar a atuação da Polícia Civil na região noroeste capixaba, identificando os desafios enfrentados pelos delegados de polícia na elucidação dos crimes ocorridos na localidade.

Não se pode olvidar que o interior capixaba apresenta extensa área rural, o que demonstra não apenas mais uma peculiaridade, como especialmente a relevância social do problema a ser investigado. Além da relevância do agronegócio, é importante destacar que a agricultura familiar é a principal fonte de renda para muitos moradores do interior do Espírito Santo. Os ataques a propriedades privadas (bens móveis e imóveis) podem até mesmo, numa dimensão maior, inviabilizar a própria produção e/ou acarretar o abandono do local com a migração de moradores/trabalhadores para centros urbanos (OLIVEIRA, MEDINA e TEIXEIRA, 2022), o que pode culminar, inclusive, na inviabilização do desenvolvimento econômico da região (OLIVEIRA, 2008).

Entende-se como região noroeste do estado do Espírito Santo os municípios que compõem duas das dez microrregiões administrativas: noroeste² e centro oeste.³ A partir das observações acima referidas, me ocorreu que essa extensa área apresenta particularidades que se mostram relevantes na elaboração de um plano de segurança pública.

Abrangendo mais de um terço do território estadual (34,77%) e com extenso limite territorial face o estado de Minas Gerais, a região tem como centralidade os

¹ **Furto**

Art. 155 - Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

§ 6º A pena é de reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos se a subtração for de semovente domesticável de produção, ainda que abatido ou dividido em partes no local da subtração. [\(Incluído pela Lei nº 13.330, de 2016\)](#)

²**Instituto Jones dos Santos Neves.** Panorama das microrregiões capixabas: noroeste, [s.a.]. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/drs/files/panoramas/noroeste.pdf> Acesso em: 26 out. 2022.

³**Instituto Jones dos Santos Neves.** Panorama das microrregiões capixabas: centro oeste. [s.a.]. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/drs/files/panoramas/centrooeste.pdf> Acesso em: 26 out. 2022.

municípios de Barra de São Francisco, Colatina e Nova Venécia. Somando-se a isso, há a baixa densidade demográfica, sobretudo nos municípios mais ao noroeste. Isso se deve às grandes extensões de área rural onde a cafeicultura e a pecuária bovina são predominantes. Outra característica de relevo é a existência de assentamentos, que se relaciona ao turbulento passado da região. Em meados do século XX, a área foi palco de diversas lutas por terra, o que ficou conhecido como o “Contestado Capixaba” (VILAÇA, 2007). Falando em passado, embora exista a citada predominância da cafeicultura, nos anos 60 foram implementadas políticas que incentivavam a erradicação dos cafezais, fator que inclusive contribuiu para a acumulação social da violência (COSTA, 2015) e que demonstra que olhar para o passado é um importante passo para o atingimento do objetivo da pesquisa.

Conforme se percebe, a relevância da história local para entendermos o hoje e projetarmos o amanhã não passou despercebida. Não por outro motivo o primeiro capítulo da dissertação foi dedicado aos estudos de todos os vinte municípios que compõem o noroeste do estado do Espírito Santo: Água Doce do Norte, Águia Branca, Alto Rio Novo, Baixo Guandu, Barra de São Francisco, Boa Esperança, Colatina, Ecoporanga, Governador Lindenberg, Mantenópolis, Marilândia, Montanha, Mucurici, Nova Venécia, Pancas, Pinheiros, Ponto Belo, São Domingos do Norte, São Gabriel da Palha e Vila Pavão.

No âmbito da Polícia Civil do Estado do Espírito Santo, a região pertence à Superintendência de Polícia Regional Noroeste, cuja sede fica no município de Colatina. Lá são definidas todas as diretrizes da instituição para a área e têm como delegacias regionais: Barra de São Francisco (14^a Delegacia Regional), Colatina (15^a Delegacia Regional) e Nova Venécia (17^a Delegacia Regional), coincidentemente, os municípios considerados centrais.

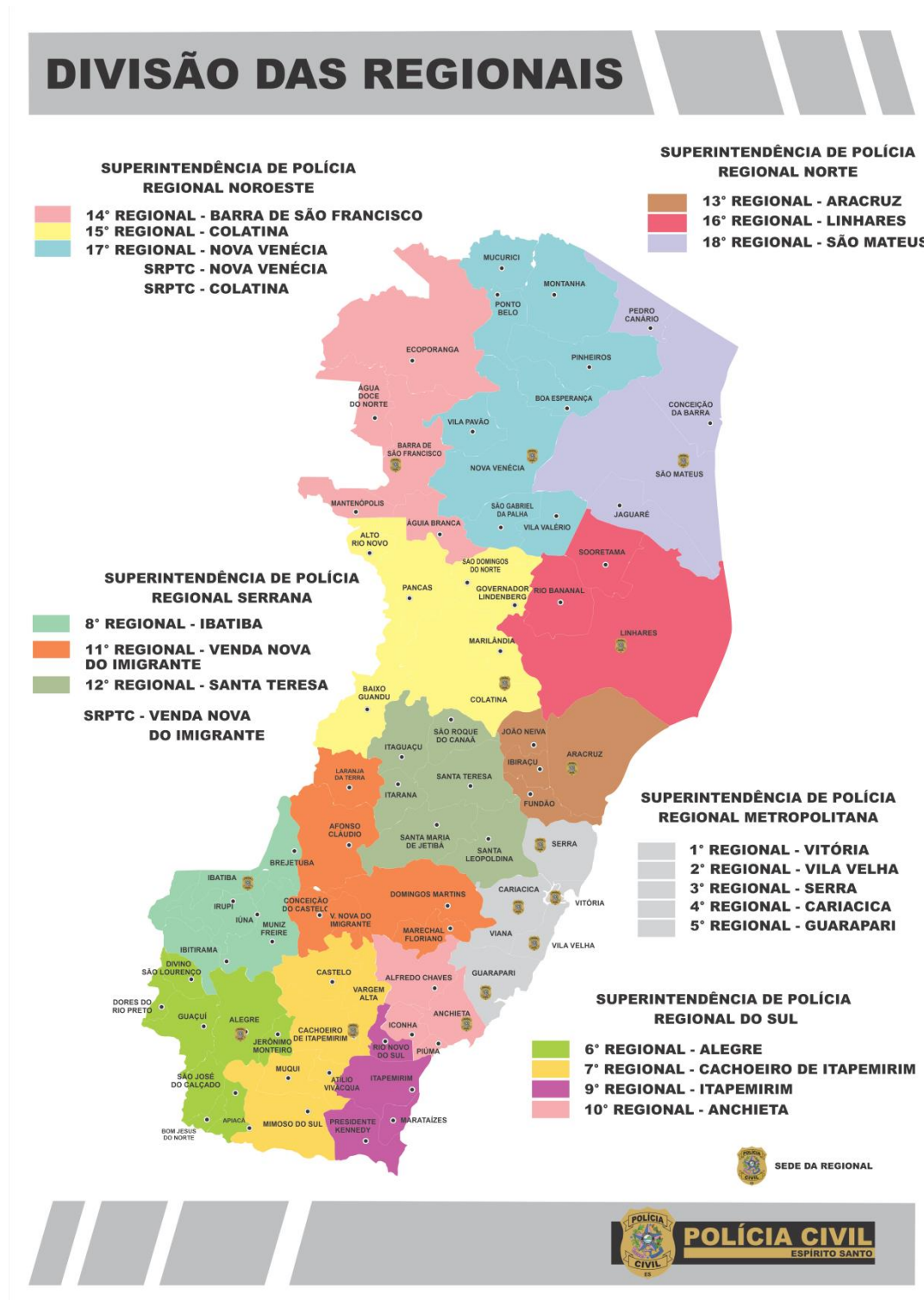


Imagem 1: Mapa com as circunscrições da PCES de acordo com as superintendências e suas respectivas delegacias regionais.⁴

⁴ Disponível em: <https://pc.es.gov.br/divisao-das-regionais>. Acesso em 26 out. 2022.

No que tange à referida história dos municípios, a pesquisa não se limitou a fazer uma análise da região noroeste como um todo, mas sim, como já dito, inicialmente foram analisadas de maneira individual cada uma dessas cidades, buscando entender de maneira detalhada o processo histórico de ocupação da região, bem como o seu desenvolvimento econômico e peculiaridades políticas, para então traçar com precisão um panorama do espaço estudado. No ponto, como facilmente se pode perceber, uma detalhada análise bibliográfica e documental foi medida imperativa.

Com o intuito de evidenciar a região noroeste do estado do Espírito Santo, foi necessário, conforme já se pode observar, que se respondesse a algumas questões acerca da sua formação histórica, social e econômica. Para compreender a regionalização desse espaço, foram analisados, ainda, os problemas referentes a limites e fronteiras, imigração europeia e conflitos sociais (GARCIA, 2015; OLIVEIRA, 2018; FOLETTO, 2019).

Em continuação, o segundo capítulo foi dedicado a uma análise etnográfica da região, visando identificar aspectos culturais que caracterizam a população que ali está inserida, o que foi realizado através de pesquisa etnográfica baseada na técnica da observação participante, sendo a mesma realizada “do ponto de vista do nativo” (GEERTZ, 1997). Aliás, desde minha chegada à localidade passei a colecionar “causos” e, buscando me aprofundar aos costumes e cultura locais, percebi, por exemplo, que, assim como muitos dos municípios da região, Ecoporanga tem sua história recheada de lutas em capítulos inclusive com atuação da polícia militar em ações de expulsão de posseiros, pelos idos do nem tão distante ano de 1962 (DIAS, 1984).

Em outras palavras, visando uma abordagem qualitativa, foi utilizado o método etnográfico e descritivo. Os dados coletados foram oportunamente fichados, visando assim evitar, ou ao menos minimizar, a perda de informações.

Nesse momento, foram estudados mais diretamente a cultura e o comportamento dos moradores dos seguintes municípios, aqui citados em ordem alfabética e não em razão de importância:

- a) Águia Branca;
- b) Água Doce do Norte;
- c) Barra de São Francisco;
- d) Colatina.

- e) Ecoporanga;
- f) Mantenópolis;
- g) Nova Venécia;

Partindo da premissa que nesse segundo capítulo foram apresentadas minhas impressões pessoais coletadas como “observador participante”, para a definição acerca das cidades escolhidas utilizei do critério do meu grau de proximidade com o município já que, indubitavelmente, a vivência local é instrumento hábil a atingir o objetivo almejado. Dessa forma, foram eleitas as cidades acima referidas com base na seguinte realidade:

- 1) Ecoporanga e Água Doce do Norte: municípios onde o autor foi delegado titular até o mês de abril de 2024;
- 2) Barra de São Francisco: atuação do autor como delegado regional quando há licença do titular, delegado plantonista até meados do ano de 2022 e, mais recentemente, delegado adjunto;
- 3) Mantenópolis e Águia Branca: atuação como delegado no passado, em substituição em razão de férias dos titulares;
- 4) Nova Venécia: local em que também se situa uma delegacia regional, conforme já citado nas linhas acima, bem como o Serviço Regional de Polícia Técnico-Científica. Nesse município o pesquisador atuou como professor universitário;
- 5) Colatina: município em que também há Serviço Regional de Polícia Técnico-Científica e está localizada a sede da Superintendência de Polícia Regional Noroeste.

Embora já apresentadas diversas distinções da realidade encontrada no noroeste capixaba quando comparada com a capital do estado, Vitória, atente-se que elas não param por aí. A própria investigação criminal encontra “gargalos” que busquei identificar para ao final chegar à conclusão sem deixar de observar os ensinamentos da chamada “teoria das restrições” (TEIXEIRA SANTOS, FERNANDES PEREIRA e OLIVEIRA SANTOS, 2022). Mais uma vez apenas a título de exemplo, nos locais dos crimes ocorridos no noroeste capixaba, principalmente os cometidos na área rural, na imensa maioria das vezes inexistem câmeras, os vizinhos mais próximos ficam muito distantes (o que dificulta a prova testemunhal) e em diversas ocasiões sequer existe

sinal de celular ou internet. De fato, a experiência vivenciada me sinalizou a necessidade de realizar um aprofundamento no tema, o que foi objeto da presente pesquisa.

Não obstante, embora realizada uma minuciosa análise histórica do local, além da detalhada etnografia da região na qual convivo há mais de cinco anos, resolvi que os estudos eram merecedores de passos mais largos. Com esse objetivo, no terceiro capítulo busquei entender como os delegados de polícia civil que atuam na região entendem o tema.

Para tanto, dediquei um longo, mas prazeroso, percurso de entrevistas com delegados que exercem funções de chefia nas Delegacias Regionais de Polícia Civil do noroeste do estado do Espírito Santo. São elas: 14^a Delegacia Regional – Barra de São Francisco, 15^a Delegacia Regional – Colatina e 17^a Delegacia Regional – Nova Venécia. Em seguida, tendo como base minhas impressões e as respostas dos entrevistados, foi apresentado um questionário, através da plataforma Google Forms, a todos os delegados que atuam nas delegacias da região noroeste, possibilitando um diagnóstico mais preciso dos problemas reais enfrentados pela polícia civil, com ênfase na resolução de inquéritos policiais. Aqui foram elaboradas questões fechadas acerca de situações supostamente peculiares e ensejadoras de dificuldades encontradas na resolução de inquéritos policiais, bem como possíveis mecanismos a serem adotados com o objetivo de atenuar ou solucionar o problema. Adotando a escala *Likert*, as respostas consistiam na avaliação dentro de escala de valores entre um e cinco.

Observa-se, portanto, que foi utilizada a pesquisa qualitativa em um primeiro momento (de entrevistas com delegados que exercem funções de chefia nas Delegacias Regionais de Polícia Civil), seguida de uma pesquisa quantitativa (questionário, através da plataforma Google Forms, a todos os delegados que atuam nas delegacias da região noroeste).

A partir dos resultados obtidos, foram elencadas as deficiências que revelam a necessidade de um plano de segurança pública específico, confirmando a hipótese motivadora do início dos estudos. Nesse ponto, se tratando de pesquisa qualitativa e quantitativa, o objetivo não foi de meramente contabilizar os entrevistados e suas opiniões, mas sim entender e explorar a gama de opiniões e suas diversas representações (BAUER e GASKELL, 2004).

Observa-se que a pesquisa não contou com uma unicidade de método, sendo a mesma alicerçada em uma verdadeira multiplicidade, conforme destacado nas linhas acima.

Os dados obtidos nessas entrevistas, realizadas observando-se o método semiestruturado e, posteriormente, o questionário, foram analisados tendo como base o conceito de “análise de conteúdo” da francesa Laurence Bardin (2011) que pressupõe

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas destas mensagens).

Tal metodologia, que pode ser aplicada em diversas formas de comunicação, prevê três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados – inferência e interpretação. No caso das entrevistas levadas a cabo, vale ressaltar que foram elaboradas perguntas visando respeitar as quatro regras propostas pela autora: exaustividade, representatividade, pertinência e homogeneidade.

Após toda a minuciosa coleta e análise de dados, apresentei um relatório de indicações para a melhoria da segurança pública na região noroeste, visando entregar à sociedade capixaba, especialmente aos que vivem na localidade, um plano específico de segurança destinado à Superintendência de Polícia Regional Noroeste.

CAPÍTULO 1

BREVES APONTAMENTOS HISTÓRICOS DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO NOROESTE DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

A região noroeste do estado do Espírito Santo demorou a ser colonizada. No ano de 1534 o português Vasco Fernandes Coutinho foi donatário da Capitania do Espírito Santo. Essas terras, compostas por uma densa floresta de Mata Atlântica, não eram totalmente inabitadas. Por lá viviam povos indígenas que defendiam aguerridamente seu espaço. Conforme destacado por CAMPOS (2013),

O pouco apoio da Coroa e a não detenção de recursos por parte de Coutinho para trabalhar a área determinaram um lento processo de desenvolvimento, provocando um longo tempo de concentração populacional capixaba no litoral.

Tendo sido encontrado ouro em Minas Gerais ainda no século XVI, a densa floresta localizada em terras capixabas servia como uma espécie de “barreira verde”, que protegia as minas ao separá-las do mar. Os valentes índios que habitavam a região também foram um obstáculo para a colonização local, bem como, de certa forma, protegiam o metal nobre. Assim, as terras capixabas serviam para proteger o ouro que deveria ser escoado para Portugal. O desenvolvimento do estado durante muito tempo foi impedido para que não fossem criadas rotas paralelas que facilitassem a saída clandestina do ouro (OLIVEIRA, 1975).

O fim do ouro e o aumento da população fizeram com que os governantes de Minas Gerais passassem a estimular o desbravamento. Assim, os mineiros partiram em várias direções, inclusive rumo ao Espírito Santo, que continuava com sua região norte isolada (CAMPOS 2013).

Já no fim do século XIX se inicia a construção da estrada de ferro Vitória-Minas, que teve seu primeiro trecho inaugurado em 13 de maio de 1904. A via férrea teve vital importância no processo de povoamento da região:

Em linhas gerais, portanto, o Vale do Rio Doce, em Minas Gerais, o Norte e o Noroeste no Espírito Santo, permaneciam ainda inexploradas. No entanto, a partir da construção da estrada de ferro de Vitória-Minas (EFVM), o processo de povoamento começou a ser efetivado no ao sul do Rio Doce, processo que acentuou no pós-1930. A construção da estrada de ferro, acentuou a efetiva da região, graças a política siderúrgica dos governos de Minas Gerais. Na década de 1920, o interesse estatal no povoamento e na exploração das riquezas de territórios devolutos passariam fazer parte do projeto político dos governos estaduais. (ANUNCIAÇÃO, 2017)

No ano de 1923, temendo perder as terras para Bahia e Minas Gerais, o governador Nestor Gomes, com o objetivo de ocupar a região, criou a Companhia Territorial, estimulando a migração de famílias inteiras do centro sul para o norte e noroeste do estado espírito-santense. Antes, foram três tentativas infrutíferas de ocupar a região:

Antes da efetiva política de colonização do Noroeste do Estado no início da década de 1920, encontramos registros de três tentativas, mas sabemos que a região já foi alvo de várias investigações coloniais, porém a resistência indígena sempre se mostrou fortemente presente. Uma dessas tentativas registradas foi em 1857, via rio Doce, pelo engenheiro Nicolau Rodrigues dos Santos França, logo após a promulgação da Lei de Terras; outra em 1876, via São Mateus, pela família Cunha; e outra tentativa de uma companhia francesa no ano de 1914, via Colatina/Pancas. No entanto, essas tentativas anteriores não tiveram muito sucesso. (ZANONI, 2015)

Além da linha férrea que ligava o estado do Espírito Santo a Minas Gerais, a fundação da ponte Florentino Avidos em 1928, que ligou as margens do Rio Doce em Colatina, e a abertura de estradas, foram fatores que contribuíram bastante para a ocupação local.

Na década de 1930 mineiros e baianos chegaram ao local em maior volume (ANUNCIAÇÃO, 2017). Essas famílias gradativamente adentravam o noroeste do Espírito Santo e se estabeleciam por lá. Da mesma forma, capixabas rumavam à localidade.

Esse encontro entre mineiros e capixabas gerou a Guerra do Contestado, conflito instalado na região noroeste do estado do Espírito Santo, envolvendo disputa territorial pelos estados de Minas Gerais e Espírito Santo (OLIVEIRA, 2018).

Durante quase 50 anos, as relações entre os estados estiveram tensas, mas não chegaram a um conflito armado. As discussões sobre os limites territoriais entre os estados de Minas Gerais e do Espírito Santo já existiam em 1904 e se alongaram pelos anos seguintes. Assim, com os mineiros invadindo terras capixabas, o conflito se inicia.

Entre 1942 e 1948, os conflitos entre as polícias mineira e capixaba se intensificaram. Soldados capixabas chegaram a passar noites entrincheirados, aguardando uma possível invasão. Apesar da presença militar e do clima hostil, não houve batalhas armadas reais. O conflito ficou conhecido como uma “guerra fria tupiniquim”.

A questão acerca dos limites territoriais chegou ao Supremo Tribunal Federal (STF), que estabeleceu a Serra dos Aimorés como limite entre os estados mineiro e capixaba, decisão contestada por ambos os estados, não resolvendo a contenda (OLIVEIRA, 2018).

Após várias tentativas de paz sem sucesso, o conflito territorial entre Minas Gerais e Espírito Santo chegou ao fim no ano 1963, quando então os então governadores Francisco Lacerda de Aguiar (Espírito Santo) e Magalhães Pinto (Minas Gerais) assinaram um tratado de paz que efetivamente dividiu as terras disputadas (OLIVEIRA, 2018).

Durante o processo de colonização da região noroeste, inicialmente a exploração madeireira dominou a localidade. Aliás, grande parte do norte e noroeste do Espírito Santo por um bom tempo sobreviveu da exploração madeireira, o que trouxe diversos prejuízos ambientais, reduzindo de maneira considerável a mata atlântica. Aos poucos, as áreas devastadas foram dando lugar para a agricultura, já que as terras eram férteis, tendo se destacado a plantação de café.

Nos anos 60 o preço do café despencou. Sob o argumento de necessidade de controlar a oferta, o governo federal, então, passou a incentivar a erradicação dos cafezais. Com a erradicação dos cafezais, muitos trabalhadores deixaram o local e os que por lá permaneceram passaram a se dedicar, em grande parte, à pecuária. A agricultura permaneceu, mas a criação de gado de corte e de leite avançou bastante nesse período.

A chamada “crise cafeeira”, que conduziu à política de erradicação dos cafezais, desempregou instantaneamente 50 mil trabalhadores rurais, o que corresponde a 150 mil pessoas se fizermos “uma estimativa tímida de que cada trabalhador tinha uma família de três pessoas em média” (COSTA, 2022). Desempregados, grande parte desses trabalhadores se viram obrigados a deixar a região.

Na década de 70 a cafeicultura volta a ganhar força e assume papel de destaque na economia da região noroeste capixaba, permanecendo em posição de destaque até os dias atuais.

Sendo timidamente pontuados esses importantes fatos históricos, passamos, então, a fazer uma breve análise da ocupação territorial e da economia de cada uma das cidades da região noroeste. Esse passeio pelos municípios será feito em linhas

gerais, sem um elevado grau de aprofundamento, para não fugir aos objetivos do trabalho, visando tão somente traçar um panorama do espaço objeto do estudo.

ÁGUA DOCE DO NORTE

Nos anos 40, negros, descendentes de índios e imigrantes da região chegaram a Água Doce do Norte para atuar no setor cafeeiro. Com intensa produção, os próprios moradores do local foram os responsáveis pela construção da primeira rodovia, que ligava a região a Mantena, município de Minas Gerais.

Com a crise do café ocorrida nos anos 60, muitas famílias migraram para outros locais, como grande fluxo partindo rumo à Grande Vitória.

Em uma área territorial de 473.729 Km² e com uma população de 12.042 pessoas, a cidade de Água Doce do Norte apresenta uma densidade demográfica de 25,42 hab/km², de acordo com dados do IBGE (2022).⁵ A região, que faz divisa com o estado de Minas Gerais, foi palco da disputa conhecida como “Guerra do Contestado”, que será analisada pontualmente ao longo do texto.

Inicialmente um povoado, em 1949 Água Doce do Norte passou a ser um distrito de Barra de São Francisco, somente alcançando sua emancipação política em 1988, com a aprovação da lei 4.066.

O nome Água Doce do Norte teria origem em um costume dos moradores locais de servirem um café bastante ralo, que mais parecia uma água doce. Aliás, a cultura do café ocupa o posto de principal atividade econômica de Água Doce do Norte. Por lá, a pecuária e o cultivo de eucalipto também possuem algum destaque.

De acordo com o IBGE, em 2021 o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* da cidade era de R\$ 17.072,64, o que coloca o município na posição 69 entre os 78 do estado do Espírito Santo.⁶

O gentílico que designa o município é água-docense e o aniversário da cidade é comemorado no dia 10 de maio.

ÁGUA BRANCA

⁵ <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/es/agua-doce-do-norte.html>. Acesso em 07 de junho de 2024.

⁶ <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/es/agua-doce-do-norte.html>. Acesso em 10 de junho de 2024.

Entre o final da década de 1920 e o ano 1931 calcula-se que 685 poloneses tenham chegado ao Espírito Santo (FRANCESCHETTO, 2014). Muitos desses poloneses vieram rumo à Águia Branca com a promessa de receberem propriedades a um preço razoável em uma localidade próspera. A colonização polonesa é tão marcante que Águia Branca recebeu esse nome em referência à águia que existe na bandeira da Polônia.



Imagem 2: Bandeira da Polônia com brasão



Imagem 3: Bandeira de Águia Branca/ES

A vinda dos poloneses era agenciada por uma empresa privada da Polónia, Companhia de Colonização de Varsóvia, que havia fechado uma parceria com o governo capixaba, com o objetivo de introduzir 1.800 famílias polonesas em áreas ao norte do rio Doce (FRANCESCHETTO, 2014). Essa companhia tinha um representante conhecido como “Seu Valério”, o polonês Walerjan Koszarowski. Seu Valério acabou sendo homenageado com o batismo de um município levando o seu nome, qual seja, Vila Valério, tamanha sua importância para a região.

Com uma diferença não apenas cultural, mas também de clima, fauna, flora e alimentação, muitos dos imigrantes poloneses acabaram tendo dificuldades de adaptação e seguiram para o sul do país. Sem dinheiro, a maioria permaneceu na localidade. Aqueles que continuaram na região receberam mudas de café e instrução para o cultivo.

Com a cafeicultura em alta, Águia Branca passou a se tornar um importante distrito do município de Colatina. Em 1946 surgiu um ônibus que transportava pessoas de Águia Branca para Colatina. Aos poucos a frota foi aumentando, realizando outros trajetos e recebeu o nome de Viação Águia Branca, que veio a se tornar uma das maiores empresas capixaba.

No final da década de 50, com a erradicação dos cafezais, os poloneses passaram a atuar na pecuária leiteira, sendo, inclusive, criadas cooperativas.

Em 1963 Águia Branca se desmembrou de Colatina e foi incorporada à São Gabriel da Palha. Somente em 1988, com a edição da lei 4.070, é que o município conseguiu sua emancipação.

Com a retomada do café na década de 70, a cafeicultura voltou a ter destaque na economia local, o que permanece até os dias atuais. A extração de granito também é uma importante atividade econômica de Águia Branca.

De acordo com o IBGE, em 2021 o PIB *per capita* da cidade era de R\$ 25.569,52, o que coloca o município na posição 33 entre os 78 do estado do Espírito Santo⁷.

Em uma área territorial de 454.448 Km² e com uma população de 9.711 pessoas, a cidade de Águia Branca apresenta uma densidade demográfica de 21,37 hab/km², de acordo com dados do IBGE (2022)⁸.

O gentílico que designa o município é águiabranquense e o aniversário da cidade é comemorado no dia 11 de maio.

ALTO RIO NOVO

Em 1921 uma expedição chegou ao topo da Serra da Cangalha, localizada em Colatina, e alcançaram uma localidade conhecida como Alto Beija-flor. Desse local, os componentes da expedição que era liderada por José Ludgerio da Silva e José

⁷ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/aguia-branca/panorama>. Acesso em 10 de junho de 2024.

⁸ <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/es/aguia-branca.html>. Acesso em 10 de junho de 2024.

Marcos da Silva, conseguiram avistar um rio, que deram o nome de Rio Novo. A expedição então foi até o local onde passaram a residir, chamando o local de Alto Rio Novo.

Aos poucos o local, que pertencia ao município de Pancas foi desenvolvendo. Contudo, a emancipação política de Alto Rio Novo só se tornou realidade em 1988.

As primeiras famílias que chegaram a Alto Rio Novo implantaram uma agricultura de subsistência, cultivando arroz, feijão e milho. Seguindo a tendência que as regiões vizinhas, em 1925 passaram a exercer a atividade cafeeira, que se tornou a principal atividade econômica de Alto Rio Novo. Esse perfil familiar da agricultura persiste até os dias atuais.

No ano de 1940 um comerciante conhecido como João Felipe chegou à localidade e adquiriu uma fazenda. João Felipe foi o responsável por levar um gerador de energia para a região, o que foi não só um avanço, como também um marco na história de Alto Rio Novo.

Em 1944 foi aberta uma estreita estrada entre a localidade e Pancas que a época era a sede do distrito. Essa estrada viabilizou o acesso a municípios maiores, como Colatina, por exemplo, interligando a economia local a outras regiões. A entrada e saída de mercadorias eram feitas nos lombos das mulas e burros dos tropeiros.

A crise do café fez com que muitos trabalhadores saíssem do local em busca de trabalho, tendo grande número se dirigido para a capital, bem como para os estados de Rondônia, Pará e Mato Grosso. Os que permaneceram passaram a viver da pecuária.

Com a retomada do café ocorrida nos anos 70, seu cultivo voltou a ser a principal atividade econômica local. Embora em menor escala, o eucalipto e o cultivo de arroz, feijão, milho e banana também movimentam a economia local.

De acordo com o IBGE, em 2021 o PIB *per capita* Do município era de R\$ 14.288,16, o que o coloca na posição 75 entre os 78 do estado do Espírito Santo⁹.

Em uma área territorial de 227.617 Km² e com uma população de 7.434 pessoas, a cidade de Alto Rio Novo apresenta uma densidade demográfica de 32,66 hab/km², de acordo com dados do IBGE (2022)¹⁰.

O gentílico que designa o município é alto-rio-novense e o aniversário da cidade é comemorado no dia 11 de maio.

⁹ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/alto-rio-novo/panorama>. Acesso em 10 de junho de 2024.

¹⁰ <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/es/alto-rio-novo.html>. Acesso em 10 de junho de 2024.

BAIXO GUANDU

A região onde atualmente fica o município de Baixo Guandu, originariamente era ocupada pelos índios boruns, conhecidos como botocudos. Por volta de 1813, os boruns chegaram a expulsar algumas vezes os colonos enviados para ocupar a terra.

Em 1866 chegaram ao local o major José Vieira de Carvalho e seu filho, Francisco de Carvalho Milagres. Em razão de sua atuação de destaque na guerra do Paraguai, José Vieira de Carvalho recebeu as terras como uma espécie de prêmio e ao chegar levou consigo escravos e ajudantes. O major e seu filho fundaram uma fazenda onde o governo havia construído um quartel que acabou abandonado em razão dos inúmeros ataques realizados pelos indígenas. Aos poucos, já com a fazenda em funcionamento, pessoas vindas do próprio estado do Espírito Santo, bem como do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, passaram a migrar para a região.

Com seu território em uma região privilegiada, próximo aos rios Doce e Guandu, o domínio da navegação foi o grande fator que impulsionou Baixo Guandu. Através do rio a produção era escoada e também facilitava a chegada de novos ocupantes, o que se intensificou em 1879 com o uso de navios a vapor.

Com objetivo de aumentar o número de habitantes no local, o major construiu casas e um comércio, que ficou sob a responsabilidade de Henrique Paula Mascarenhas. Além disso, outros povoados foram surgindo nos portos. Em 1890, Baixo Guandu se tornou distrito de Linhares e tinha uma posição importante no comércio da região.

No ano de 1905 foi criado o Núcleo Colonial de Afonso Pena com o objetivo de povoar a região, já que os mineiros desejavam tomar aquele território. Portugueses, alemães e brasileiros, passaram a ocupar lotes na localidade pelos anos de 1909 e 1910 (FRANCESCHETTO, 2014).

A economia local voltou a ser impulsionada com a chegada, em 1907, da ferrovia que ligava Vitória à Minas Gerais. A ferrovia tomou o lugar dos navios a vapor já que com ela a produção era escoada de maneira mais eficiente, aliando rapidez e menor preço. Com a estrada de ferro mais colonos chegavam ao local.

A região onde está situado o território de Baixo Guandu conta com uma usina hidroelétrica desde o ano de 1926, que foi expandida na década de 50.

Fato marcante na história de Baixo Guandu foi quando, após Getúlio Vargas assumir o poder, os revolucionários realizaram uma marcha simbólica de Minas Gerais até o Rio de Janeiro para tomar a sede do governo, que à época ficava em terras fluminenses, mais especificamente no Palácio do Catete. No trajeto entre Minas Gerais e Rio de Janeiro estava Baixo Guandu. O governo do estado do Espírito Santo não autorizou a passagem da marcha. Sem uma força militar relevante, o soldado da guarda militar capixaba Aldomário Falcão enfrentou, sozinho, os revolucionários. Moradores e comerciantes locais se trancaram com medo e Aldomário acabou morto em 10 de outubro de 1930, tendo os revolucionários continuado sua marcha. O soldado Aldomário foi homenageado com um busto no Morro da Caixa D'água de Baixo Guandu.



Imagem 4: Busto do soldado Aldomário Falcão.

Baixo Guandu, que havia sido alçado à categoria de distrito de Colatina em 1915, alcançou sua emancipação política em 1935 com a edição da lei estadual 6.152, de 10 de abril daquele ano, sendo essa a data em que se comemora o aniversário da cidade, cujo gentílico é guanduense.

Embora no início da ocupação de Baixo Guandu a plantação de cana de açúcar fosse a explorada no local, a partir de 1972 o café tomou a dianteira e seu cultivo predominou, sendo a principal base da economia local.

Com a queda dos preços do café, que levou à já citada crise cafeeira, a pecuária passou a ser a principal atividade econômica, seguida da extração de madeira. Nesse período, ocorrido nos anos 40 e 50, várias famílias deixaram Baixo Guandu rumo às cidades Colatina e Vitória, assim como ao estado de Minas Gerais.

A construção do polo siderúrgico da grande Vitória acarretou na migração de muitos trabalhadores da região.

Com a retomada do mercado do café na década de 70, Baixo Guandu voltou a ganhar força. A exploração de rochas ornamentais, já nos anos 80, também se mostrou um importante fator para o crescimento da economia. Por lá também se destacam as plantações de milho, feijão, cana de açúcar cacau e banana.

Em 2015 ocorreu o rompimento da barragem de Mariana/MG. Baixo Guandu foi o primeiro município capixaba a ser atingido pelos rejeitos de minério. Após tal fato, os peixes desapareceram e as plantações de café, que dependiam da água, agora contaminada, para serem irrigadas, também foram impactadas.

De acordo com o IBGE, em 2021 o PIB *per capita* da cidade era de R\$ 29.692,13, o que coloca o município na posição 23 entre os 78 do estado do Espírito Santo.¹¹

Em uma área territorial de 909.039 Km² e com uma população de 30.674 pessoas, a cidade de Baixo Guandu apresenta uma densidade demográfica de 33,74 hab/km², de acordo com dados do IBGE (2022).¹²

BARRA DE SÃO FRANCISCO

Na primeira metade do século 20, em meio a uma densa floresta entre os rios Itaúnas e São Francisco, lavradores vindos de Minas Gerais abriram clareiras buscando terras férteis. A construção da Ponte Florentino Avidos, em 1928, atraiu desbravadores de Colatina, resultando no aglomerado de Patrimônio da Capela de São Sebastião, que posteriormente se tornou o município de Barra de São Francisco. Justamente por estar no encontro do rio Itaúnas com o rio São Francisco é que surge o nome da cidade.

Esse encontro entre mineiros e capixabas gerou a Guerra do Contestado (OLIVEIRA, 2018). Durante quase 50 anos, as relações entre os estados estiveram tensas, mas não chegaram a um conflito armado. Mesmo assim, a disputa pelas terras deixou marcas profundas na cultura e política locais.

As discussões sobre a delimitação geográfica entre os estados do Espírito Santo e Minas Gerais começaram em 1904. Após a fundação do distrito de Barra de

¹¹ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/baixo-guandu/panorama>. Acesso em 10 de junho de 2024.

¹² <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/es/baixo-guandu.html>. Acesso em 10 de junho de 2024.

São Francisco, houve negociações fracassadas para resolver a pendência. Um fiscal de Itambacuri, Minas Gerais, chegou a declarar que a região capixaba de Mantena pertencia ao seu estado. Essa história revela as complexas relações territoriais e identitárias entre os dois estados. Dessa forma, com os mineiros invadindo terras espírito-santenses, o conflito se inicia.

Entre 1942 e 1948, os conflitos entre as polícias do Espírito Santo e de Minas Gerais se intensificaram. Soldados capixabas chegaram a passar noites entrincheirados, à espera de uma possível invasão. Aliás, em 1948, aproximadamente 600 soldados e material bélico foram deslocados para a região por determinação do governo espírito-santense (ANUNCIAÇÃO, 2017). Apesar da presença militar e do clima hostil, batalhas armadas não chegaram a ocorrer efetivamente.

Barra de São Francisco, embora pertencente ao município de São Mateus, utilizava a cidade de Colatina como entreposto para abastecimento e serviços. A emancipação política de Barra de Francisco somente ocorreu em 1943, quando a lei 15.177 desmembrou a região da cidade de São Mateus, criando o município franciscano, sendo esse o gentílico da cidade, que comemora seu aniversário no dia 4 de outubro.

Em 2013, os 50 anos do fim da Guerra do Contestado foram comemorados com um encontro de governadores dos estados do Espírito Santo e de Minas Gerais, na divisa entre Barra de São Francisco e Mantena. Durante essa celebração, foi inaugurado um obelisco como memorial da guerra. Na ocasião, Antônio Anastasia, ex-governador de Minas, e Renato Casagrande, atual governador do Espírito Santo, reafirmaram o pacto de paz.

Em uma área territorial de 944.521 Km² e com uma população de 42.498 pessoas, a cidade de Barra de São Francisco apresenta uma densidade demográfica de 44,99 hab/km², de acordo com dados do IBGE (2022)¹³.

Nas primeiras décadas, o café foi o principal produto econômico local. No entanto, com a política de erradicação dos cafezais, muitos dos trabalhadores das lavouras de café deixaram a localidade em busca de emprego. Destes, grande número seguiu rumo aos estados de Mato Grosso e Rondônia.

¹³ <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/es/barra-de-sao-francisco.html>

As antigas lavouras de café passaram a ser terreno da atividade pecuária. Inicialmente, como agricultura de subsistência, ganharam força também as plantações de arroz, milho, feijão, coco, banana e cana de açúcar.

Os cafezais ressurgiram na década de 70, tendo destaque, em Barra de São Francisco o cultivo dos cafés arábica e conilon.

Embora a cafeicultura tenha um importante espaço na economia do município, o desenvolvimento de Barra de São Francisco se deu com mais força a partir da mineração de granito. Em 1992 surgiu o polo industrial de Barra de São Francisco, onde se encontram indústrias voltadas para a atividade mineraria. Além de café e granito, a atividade comercial tem papel de destaque na economia francisqueense gerando emprego e renda.

De acordo com o IBGE, em 2021 o PIB *per capita* da cidade era de R\$ 25.717,01, o que coloca o município na posição 31 entre os 78 do estado do Espírito Santo¹⁴.

BOA ESPERANÇA

O território onde atualmente se localiza o município de Boa Esperança começou a ser colonizado após Antônio dos Santos Neves, conhecido como Antonico, adquirir terras na região com objetivo de exploração madeireira. À época o local era praticamente desabitado, sendo encontrado na região os índios botocudos e fartura de madeira de lei.

Em 1919 Antônio dos Santos Neves fundou a primeira madeireira no local, tornando a região próspera, o que atraiu migrantes nordestinos. Dentre esses migrantes encontra-se João Antônio do Livramento. Vindo do interior de Sergipe, João Antônio gerenciou a serraria até seu fechamento. Com o encerramento da atividade da serraria, ele então passou a gerenciar o corte de madeiras em toras, que eram encaminhadas para São Mateus e de lá parte era destinada ao Rio de Janeiro.

O transporte de madeiras que até então era feita por trilhas, sendo puxadas por boi de carga até o Rio do Norte, passou a melhorar com a construção das primeiras estradas, o que ocorreu em 1920.

¹⁴ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/barra-de-sao-francisco/panorama>

Assim como em outros municípios da região, a ocupação do local foi acelerada com a construção da ponte Florentino Avidos em Colatina (DE SOUZA LINO, LÓRA e MARQUES, 2021).

Na década de 40, os poucos índios botocudos que ainda estavam na localidade foram levados para Governador Valadares/MG e Mucuri/BA, onde existiam postos indígenas. Gradativamente foram surgindo novas povoações. Por volta de 1950 a então Vila de Boa Esperança foi ligada até Colatina, o que acarretou na instalação de novas serrarias e, principalmente, na chegada de imigrantes oriundos da Itália que, se deparando com terras férteis, passaram a cultivar o café. Os terrenos propícios para o cultivo do café, aliás, atraíram mineiros e capixabas vindos do sul do estado do Espírito Santo.

No ano de 1949, através da lei 265, Boa Esperança passa à categoria de distrito de São Mateus, deixando de ser um povoado. Somente com a aprovação da lei 1912, de 3 de maio de 1964, é que o município de Boa Esperança foi emancipado e instalado. Nesse dia (3 de maio) é que se comemora o aniversário do município esperancense.

Em uma área territorial de 428.716 Km² e com uma população de 13.608 pessoas, a cidade de Boa Esperança apresenta uma densidade demográfica de 31,74 hab/km², de acordo com dados do IBGE (2022)¹⁵.



Imagem 5: Folheto divulgado pela Câmara Municipal de Boa Esperança

Ainda enquanto distrito de São Mateus, o café passa a ser principal produto na economia local. Contudo, com a crise cafeeira e a falta de diversificação de produtos,

¹⁵ <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/es/boa-esperanca.html>

a economia de Boa Esperança voltou à exploração de madeira e à criação de gado, principalmente o de corte. Nesse período muito se cogitou de Boa Esperança voltar a ser distrito de São Mateus, já que a economia ia de mal a pior, ao ponto de se falar em ausência de viabilidade econômica local.

Nos anos 70 o preço do café voltou a ganhar força, sendo as lavouras renovadas e a economia impulsionada. Com a superação da crise, Boa Esperança finalmente conseguiu avançar, chegando agências bancárias e sendo construídas escolas, terminais rodoviários e casas populares.

Com força no cultivo de pimenta do reino e na produção de mamão papaia, Boa Esperança tem atualmente a cafeicultura como principal impulsionador de sua economia.

De acordo com o IBGE, em 2021 o PIB *per capita* da cidade era de R\$ 17.895,43, o que coloca o município na posição 65 entre os 78 do estado do Espírito Santo¹⁶.

COLATINA

O início das tentativas de exploração das terras de Colatina ocorreu por volta de 1800, porém não tiveram êxito em razão da resistência imposta pelos índios krenak ou borum, também conhecidos como botocudos. Nas margens do Rio Doce foram construídos pela coroa portuguesa diversos fortes, que tinham como objetivo não apenas proteger a região, mas evitar o contrabando do ouro encontrado em Minas Gerais (MORAES, 1971).

Somente em 1888 surgiram as primeiras casas na região, na margem direita do Rio Doce. A ferrovia que liga Vitória à Minas Gerais fez com que Vila de Colatina, à época um distrito de Linhares, tivesse não apenas uma ligação direta com a capital do estado, Vitória, como facilitou a escoação da produção de café e madeira.

Atraídos pela estrada de ferro, moradores e comerciantes de Linhares começaram a migrar para Colatina, muitos deles com suas famílias. A sede administrativa do município de Linhares também foi transferida para o local. O Coronel Alexandre Calmon, conhecido como Xandoca, foi quem liderou o movimento, que ocorreu na calada da noite. Com a facilidade causada pela ferrovia, Vila de Colatina

¹⁶ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/boa-esperanca/panorama>

foi se desenvolvendo rapidamente enquanto Linhares foi ficando isolada em razão da dificuldade para se chegar até lá. Com grande fluxo de migrantes e imigrantes, estes europeus, as margens esquerdas do Rio Doce também passaram a ser ocupadas.

Evento importante na história de Colatina foi a chamada “Revolta de Xandoca”. Em 1916 as eleições para o governo do estado do Espírito Santo colocaram de um lado a família do ex-governador Gerônimo Monteiro e do outro Pinheiro Júnior como candidato a prefeito, tendo Xandoca na posição de vice. Como não existia, nesse período, a Justiça Eleitoral, a contagem de votos era realizada pela Assembleia Legislativa. Os candidatos acusaram-se reciprocamente de fraude e se declararam vencedores da disputa. O clima de tensão tomou conta de todo o estado já que cada local reconhecia um dos candidatos como governador eleito. Sem solução até então, iniciou-se um conflito armado. Enquanto Pinheiro Júnior foi até o Congresso Nacional, à época localizado no Rio de Janeiro, para articular a resolução do conflito, Xandoca passou a liderar o movimento e criou uma nova capital do governo em Colatina. Agora com duas capitais, surgiram também duas Assembleias Legislativas, já que parte dos deputados reconhecia a vitória de Bernardino Monteiro e parte entendia que Pinheiro Júnior era o vencedor. A “Revolta de Xandoca” durou 33 dias, período em que ocorreram mortes, e somente terminou com intervenção federal, que reconheceu a vitória de Bernardino Monteiro (BORI-HABIB FILHO, 2005). Sem alternativa, Xandoca fugiu do Espírito Santo.

A capital foi mantida em Vitória, contudo, as famílias de Colatina demonstraram sua força que, aliado ao desenvolvimento do local, resultou na emancipação do município de Colatina, ocorrida em 1921. Essa criação gerou uma verdadeira reviravolta já que Colatina deixou de ser distrito de Linhares e este último município foi rebaixado a distrito de Colatina. O aniversário da cidade é comemorado no dia 22 de agosto, sendo colatinense o gentílico que designa o município.

Em 1928 é inaugurada a ponte Florentino Avidos que, passando sobre o Rio Doce, ligou as duas margens. Essa ponte, aliás, impulsionou a colonização de outros municípios do noroeste capixaba, conforme destacaram DE SOUZA LINO, LÓRA E MARQUES (2021):

A implantação da Estrada de Ferro Vitória-Minas também viabilizou a construção da ponte Florentino Avidos, inaugurada em 1928, sendo a primeira a transpor o Rio Doce. Essa ponte, inicialmente prevista para compor o sistema ferroviário capixaba, acabou se tornando, em função

de problemas nas obras, um projeto rodoviário. Ressalta-se a importância dessa estrutura para o processo de ocupação das regiões a noroeste do Espírito Santo, considerando que a maioria se encontrava desocupada diante das dificuldades em transpor o Rio Doce.

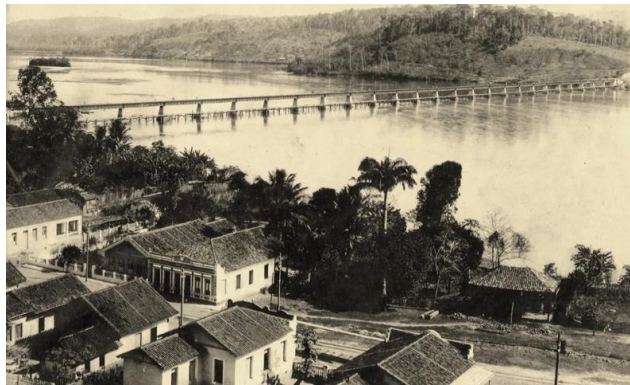


Imagem 6: Ponte Florentino Avidos, em Colatina¹⁷

A cidade ganhou o nome de Colatina em uma homenagem feita pelo desembargador Afonso Cláudio à esposa do governador capixaba José de Melo Carvalho Muniz Freire, a senhora Colatina Soares de Azevedo.

À medida que as famílias foram se instalando em Colatina, grandes áreas eram devastadas, sendo a madeira retirada para comercialização. Nas áreas devastadas, então, se iniciou o plantio de café que permanece muito forte até hoje na região.

Em uma área territorial de 1.398.219 Km² e com uma população de 120.033 pessoas, a cidade de Colatina apresenta uma densidade demográfica de 85,85 hab/km², de acordo com dados do IBGE (2022)¹⁸.

A população de Colatina chegou a ser maior do que a de Vitória. Entretanto, com a crise do café quando, para evitar uma baixa ainda maior no preço das sacas, o governo estimulou a erradicação dos cafezais que, associado à construção, na grande Vitória, da CST, estimulou a ocorrência de um êxodo rural enorme. Os plantadores de café passaram a ser mão de obra da CST.

Com essa intensa migração Colatina enfraquece e diversos de seus distritos conseguem a emancipação. Dessa forma, surgiu Pancas, São Domingos do Norte,

¹⁷ Imagem extraída do endereço eletrônico <https://diariodigitalcapixaba.com.br/noticia/1608/a-ponte-florentino-avidos-em-colatina-foi-inaugurada-em-1928-para-desenvolver-o-norte-capixaba>. Acesso em 12 de junho de 2024.

¹⁸ <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/es/colatina.html>. Acesso em 12 de junho de 2024.

São Gabriel da Palha, Mantenópolis e, posteriormente, Marilândia, Águia Branca, Alto Rio Novo, Governador Lindenberg e Vila Valério.

Outro ramo que possui papel de destaque na economia local desde a década de 80 é a indústria da confecção de roupas. Foram instaladas diversas fábricas na região, sendo parte da produção da indústria de confecções destinada à importação.

De acordo com o IBGE, em 2021 o PIB *per capita* do município era de R\$ 35.228,52, o que coloca a cidade na posição 15 entre os 78 do estado do Espírito Santo¹⁹.

ECOPORANGA

Conforma já destacado, a colonização da região noroeste capixaba teve seu início efetivamente nos anos 1920. Essa colonização basicamente se deu com pessoas de outros pontos do próprio estado do Espírito Santo e, facilitados pela proximidade, por famílias inteiras oriundas da Bahia e de Minas Gerais.

Nesse importante momento da história capixaba, um nome que se destaca é o de Jacinto Antônio Dias, considerado o precursor da colonização do território Ecoporanguense. Vindo do estado de Minas Gerais, Jacinto chegou a uma região que hoje pertence à Ecoporanga e por lá estabeleceu sua moradia e a de sua família, nomeando o local de Represa.

Pouco tempo após sua chegada, Jacinto Antônio Dias passou a trazer pessoas para a região, que até então pertencia ao município de Barra de São Francisco. Aos poucos, foram se erguendo pequenos vilarejos. Essa migração foi impulsionada pela realização de duas grandes obras: a ponte Florentino Avidos, em Colatina, e a estrada de ferro que ligava Minas Gerais a Vitória (DE SOUZA LINO, LÓRA e MARQUES, 2021).

Curiosamente, Ecoporanga surgiu através de uma doação de um terreno que Jacinto Dias realizou a um frei católico no ano de 1937, que havia chegado à localidade com a missão de catequizar índios. Na época, o terreno foi nomeado de Patrimônio do Quinze. Tempos depois passou a ser chamado de Betânea, Rubinópolis e, finalmente, de Ecoporanga (SOUZA, 1998).

¹⁹ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/colatina/panorama>. Acesso em 12 de junho de 2024.

As terras férteis estimularam trabalhadores a se dedicar à agricultura, especialmente ao cultivo de café. Nesse contexto, surge a figura do posseiro Udelino Alves de Matos, que ganhou força e passou a liderar outros lavradores que habitavam a região (GARCIA, 2015).

Homem religioso e com ambições políticas (GARCIA, 2015), por meio de sua liderança foi o responsável pela criação de uma comunidade formada em sua grande maioria por posseiros. Essa comunidade fincou raízes onde atualmente se encontra o Distrito de Cotaxé.

Contudo, as ambições de Udelino não se resumiam à formação de uma comunidade de camponeses e posseiros. Seu grande objetivo era estabelecer na região um verdadeiro estado sócio-religioso, chamado União de Jeová (VILAÇA, 2007). Em busca de seu objetivo, Udelino reuniu posseiros e partiu para o combate contra grileiros, enfrentando até mesmo as polícias capixaba e mineiras. Essa tentativa verdadeiramente não foi bem sucedida, tendo seu fim no ano de 1953, quando, para escapar da prisão, Udelino fugiu e nunca mais foi visto na localidade (DIAS, 1984).

Lado outro, uma importante figura na história de Ecoporanga que não pode deixar de ser mencionada é Tolentino Xavier Ribeiro. Vereador da cidade de Barra de São Francisco, Tolentino é apontado como o principal responsável pela emancipação política de Ecoporanga, ocorrida em 1955.

Aos poucos Ecoporanga foi se desenvolvendo. Atualmente, o município possui 08 (oito) distritos, diversos assentamentos, além da cidade sede.

A origem do nome da cidade é objeto de controvérsia. Uma primeira versão afirma que Ecoporanga vem do Tupi e significa “terra da prosperidade” ou “beleza, virtude”. Entretanto, o significado mais conhecido é o que diz ser “eco do nhambu”. Nhambu, aliás, é uma ave que encontramos no brasão de armas da cidade.



Imagem 7: Brasão de armas do município de Ecoporanga.²⁰

O gentílico que designa o município é ecoporanguense e o aniversário da cidade é comemorado no dia 9 de abril.

A cidade de Ecoporanga possui grande extensão territorial, sendo a terceira do estado do Espírito Santo nesse quesito. Em uma área territorial de 2.285.369 Km² e com uma população de 21.992 pessoas, a cidade de Ecoporanga apresenta uma densidade demográfica de 9,62 hab/km², de acordo com dados do IBGE (2022)²¹.

Inicialmente, a economia do município era voltada ao extrativismo de madeira. Anos depois, a cafeicultura foi incorporada. Entretanto, não era somente de café que a sustentabilidade do município era movida. Na economia ecoporanguense também se destacava a pecuária, especialmente a leiteira, assim como a produção de mandioca, milho e feijão.

Nos anos 60 uma grande crise econômica atingiu o Espírito Santo. O preço do café despencou e o governo implementou uma política de incentivo à erradicação dos cafezais, visando controlar a crise. Com o café em baixa, a pecuária avançou. Terras que eram destinadas à plantação dos grãos, passaram a servir de pasto para o gado.

Atualmente, embora a cafeicultura e o extrativismo mineral desempenhem importante papel na economia ecoporanguense, a pecuária é a principal atividade econômica do município.

²⁰ Disponível em: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/d/dd/Brasao-ecoporanga.png>. Acesso em 09 de junho de 2024.

²¹ <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/es/ecoporanga.html>. Acesso em 09 de junho de 2024.

De acordo com o IBGE, em 2021 o PIB *per capita* da cidade era de R\$ 18.071,45, o que coloca o município na posição 64 entre os 78 do estado do Espírito Santo²².

GOVERNADOR LINDENBERG

A ocupação da região em que hoje está localizado o município de Governador Lindenberg teve seu início por volta de 1920. Como em outros municípios da região, a migração para a localidade foi impulsionada pela construção da estrada de ferro Vitória X Minas Gerais, bem como da ponte Florentino Avidos, que ligou as margens do Rio Doce, em Colatina (DE SOUZA LINO, LÓRA e MARQUES, 2021).

Com o objetivo de ocupar o norte e o noroeste do estado do Espírito Santo, que vivia a Guerra do Contestado, o governo do estado criou uma Companhia Territorial com o objetivo de estimular a ida de famílias espírito-santenses para a região (ZANONI, 2015). Ao referenciar a localidade que hoje se encontra Governador Lindenberg fincou uma estaca com número 51 naquele loteamento. Assim, inicialmente a localidade ficou conhecida como 51.

Por volta de 1928, Artur Ramos de Andrade chegou ao local. Vindo do estado da Bahia, ele construiu uma casa e um moinho no local, mais precisamente no Córrego de Baía. Ele é conhecido como primeiro morador da cidade. Somente com a chegada de europeus vindos de outras regiões do estado do Espírito Santo, em sua maioria italianos e alemães, é que surgiram os primeiros povoados.

Em 1937 a região foi atingida por uma seca devastadora, o que fez com que várias famílias deixassem o local. Apenas em 1940, quando 51 foi incluído na rota dos tropeiros e suas mulas, ocorrendo também a instalação de comércio local, é que o distrito começou a crescer.

Em uma homenagem ao antigo governador Carlos Lindenberg, o distrito de 51 foi rebatizado, passando a adotar o nome do político. Aliás, o gentílico que designa o município é lindenberguense e o aniversário da cidade é comemorado no dia 29 de junho.

²² <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/ecoporanga/panorama>. Acesso em 09 de junho de 2024.

Governador Lindenberg, por muito tempo, foi distrito de Colatina. A independência só veio após a aprovação da lei 5.638, ocorrida em 1998. Surge, assim, o último dos 78 municípios espírito-santenses existentes na atualidade.

Em uma área territorial de 360.016 Km² e com uma população de 11.009 pessoas, a cidade de Governador Lindenberg apresenta uma densidade demográfica de 30,58 hab/km², de acordo com dados do IBGE (2022)²³.

Tendo como principal atividade o cultivo do café, mesmo com a crise e queda do preço do produto, esse continuou sendo o único cultivo realizado na região. Os tropeiros eram os responsáveis pelo escoamento da produção.

Com o surgimento de linhas de ônibus em Colatina na década de 60, foram abertas algumas estradas que, embora rústicas, facilitaram a chegada à Governador Lindenberg, o que contribuiu para o desenvolvimento da região. Com essas estradas, caminhões foram adquiridos pelos cafeicultores locais, passando o escoamento a ser feito pelos veículos e não mais pelos lombos de burros e mulas. Somente em 1967 a energia elétrica chegou ao local. Já rodovia com asfalto se tornou realidade na região em 1986, o que possibilitou o crescimento da localidade.

Outro evento natural causou grande estrago no distrito, que dessa vez foi atingido por uma enchente destruidora. A terra ficou arrasada, com muitas famílias perdendo tudo.

De acordo com o IBGE, em 2021 o PIB *per capita* do município era de R\$ 25.625,00, o que coloca Governador Lindenberg na posição 32 entre os 78 do estado do Espírito Santo²⁴.

MANTENÓPOLIS

No início da década de 1920 os primeiros imigrantes começaram a chegar ao território em que hoje se encontra o município de Mantenópolis. A região de floresta fechada foi dando lugar a casas de pau a pique e pequenas lavouras. Gradativamente, foram chegando mais famílias em busca de terras para o cultivo do café.

²³ <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/es/governador-lindenberg.html>. Acesso em 13 de junho de 2024.

²⁴ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/governador-lindenberg/panorama>. Acesso em 13 de junho de 2024.

Sem estabelecimentos comerciais na localidade, o acesso a produtos básicos como sal e açúcar era dificultoso. Para consegui-los era necessário caminhar por vários dias até algumas cidades de Minas Gerais, como Conselheiro Pena. A região é uma das que fazia parte da disputa por territórios que envolveu Espírito Santo e Minas Gerais, a chamada Guerra do Contestado (FOLETTTO, 2019). Não por outra razão, curiosamente, era encontrado na localidade um posto de polícia capixaba e um mineiro.

No ano de 1948, Mantenópolis ganhou o status de distrito da cidade de Ametista. Esta cidade foi emancipada de Barra de São Francisco numa tentativa do governo espírito-santense de não perder território para os mineiros, já que a guerra do contestado ainda estava em pleno vapor. No início da década de 50, uma catástrofe natural acarretou numa enchente após intensa chuva que ocasionou com a subida do rio São Mateus a um patamar talvez nunca visto antes. O município de Ametista, que havia sido construído próximo às margens do rio, foi devastado. Diante de tal fato, a sede do município foi transferido para Mantenópolis no ano de 1953, que foi emancipada no ano seguinte.

Com o tratado de paz assinado em 1963 pelos governadores dos estados do Espírito Santo e de Minas Gerais, o território onde ficava Ametista foi incorporado ao estado mineiro. O nome Mantenópolis foi inspirado no Córrego Manteninha, que cortava a região. O aniversário da cidade é comemorado no dia 7 de janeiro, sendo mantenopolitano o gentílico que designa o município.

Em uma área territorial de 321.418 Km² e com uma população de 12.770 pessoas, a cidade de Mantenópolis apresenta uma densidade demográfica de 39,73 hab/km², de acordo com dados do IBGE (2022)²⁵.

Com pouca terra na mão de latifundiários, a agricultura familiar tem posição de destaque, com o café arábica liderando como fonte de renda.

Em razão da baixa oferta de empregos, no início dos anos 2000, o município experimentou uma grande imigração em que os moradores locais partiram rumo ao EUA (Estados Unidos da América). Essa imigração acarretou em uma alta valorização dos imóveis e no próprio crescimento econômico, já que agora o dólar estava espalhado pela cidade.

²⁵ <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/es/mantenopolis.html>. Acesso em 13 de junho de 2024.

De acordo com o IBGE, em 2021 o PIB *per capita* da cidade era de R\$ 12.973,52, o que coloca o município na última posição entre os 78 do estado do Espírito Santo²⁶.

MARILÂNDIA

Impulsionados pela busca de terra fértil para o cultivo de café, no ano de 1915 chegaram os primeiros imigrantes à localidade em que hoje se situa o município de Marilândia. Capixabas, especialmente de Castelo, Alfredo Chaves e Venda Nova do Imigrante, em sua maioria com descendência italiana, também foram povoar a localidade.

Vale lembrar que o governo do estado efetuava a doação de terras com o objetivo de ocupar o local, que se encontrava na região objeto da Guerra do Contestado.

Inicialmente, formou-se um povoado que se chamou Liberdade. O nome Marilândia foi dado por padres salesianos e significa “Terra de Maria”. Entre os anos de 1932 e 1934 os padres salesianos construíram a primeira igreja do município.

No ano de 1949 o povoado ganhou o status de distrito de Colatina, tendo seu crescimento acelerado.

A igreja católica possui papel importante no desenvolvimento de Marilândia onde, por exemplo, ocorreu no ano de 1955 o Pré-Seminário Diocesano “Imaculado Coração de Maria”. Foi a igreja católica também a responsável pela construção do principal cemitério local, cujas sepulturas, curiosamente possuem formatos de pequenas casas.

Em 1980 foi realizado um plebiscito entre os eleitores do distrito de Marilândia com o objetivo de manifestar a vontade popular a cerca da emancipação política. O voto favorável à emancipação teve vantagem expressiva. No ano de 1980, Marilândia finalmente alcança sua autonomia, através da lei 3.345 de 14 de maio, publicada no diário oficial no dia 15, sendo nesta data comemorado o aniversário do município, cujo gentílico que o designa é marilandense.

²⁶ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/mantenopolis/panorama>. Acesso em 13 de junho de 2024.

Em uma área territorial de 327.642 Km² e com uma população de 12.387 pessoas, a cidade de Marilândia apresenta uma densidade demográfica de 37,81 hab/km², de acordo com dados do IBGE (2022)²⁷.

Com uma crescente produção de eucalipto e algumas plantações de banana e coco, a atividade que lidera a economia local é o cultivo do café conilon. Em Marilândia há uma fazenda do INCAPER destinada a realizar diversos experimentos com café. Por essa razão, Marilândia é considerada a capital da pesquisa sobre café conilon no estado do Espírito Santo.

Importante figura para o desenvolvimento de Marilândia foi Gerson Camata que, junto com sua família, partiu rumo a Marilândia no movimento migratório que aconteceu no local. Camata, chegou ao posto de governador do estado do Espírito Santo, após ser eleito em 1983. Com sua família em Marilândia e seu cunhado, inclusive, chefiando o poder executivo municipal, recursos estaduais foram em grande monta destinados à região, o que possibilitou a realização de grandes obras, tendo destaque a pavimentação da rodovia Colatina X Marilândia. Com essa rodovia pavimentada, mais pessoas foram atraídas para o local. Além disso, o governo do estado, que fez muitas estradas durante a gestão de Camata, também colaborou com a abertura de estradas para as comunidades localizadas em Marilândia.

De acordo com o IBGE, em 2021 o PIB *per capita* do era de R\$ 23.900,87, o que coloca o município na posição 36 entre os 78 do estado do Espírito Santo²⁸.

MONTANHA

Os primeiros colonizadores da região onde fica localizada Montanha foram migrantes vindos da Bahia e de Minas Gerais e chegaram ao local incentivados pelo governo. Naquela região passaram a explorar atividade madeireira já que existiam árvores cujas madeiras eram bastantes valorizadas. A atividade abria clarões que eram colonizados, sendo estabelecida a agricultura.

Inicialmente conhecido como “Comercinho de Palha”, o povoado onde hoje se encontra o município de Montanha ganhou esse nome não por se localizar em uma área montanhosa, mas sim em razão do córrego que corta o município e que nasce nas três montanhas que circundam a cidade.

²⁷ <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/es/marilandia.html>. Acesso em 13 de junho de 2024.

²⁸ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/marilandia/panorama>. Acesso em 13 de junho de 2024.

As primeiras casas surgiram no entorno de um armazém. Os migrantes, ao chegarem ao local a procura de trabalho na Companhia Industrial de Madeiras de Barra de São Mateus, esperavam pelo gerente da empresa no armazém conhecido como “Comercinho de Palha”. No entorno desse estabelecimento famílias fixaram seus domicílios. No ano de 1953 o povoado de “Comercinho da Palha” ganhou o status de distrito de Mucurici. Antes de se chamar Montanha esse distrito recebeu o nome de Jones dos Santos Neves, uma homenagem do então governador.

Em uma área territorial de 1.099.060 Km² e com uma população de 18.900 pessoas, a cidade de Montanha apresenta uma densidade demográfica de 17,20 hab/km², de acordo com dados do IBGE (2022)²⁹

Montanha, que ganhou este nome em 1953, alcançou sua emancipação política em 1964, com a aprovação da lei nº 1.913. O gentílico que designa o município é montanhense e o aniversário da cidade é comemorado no dia 16 de abril.

Embora a atividade madeireira tenha sido a primeira a ser explorada no local, o terreno plano do município é propício para pecuária. Assim, na década de 60 a criação de gado começou a ganhar força. A pecuária se tornou a principal atividade da região, tendo Montanha passado a figurar entre os maiores criadores de bovinos do estado do Espírito Santo.

A pecuária é tão forte na região que em termos de entretenimento se destacam os rodeios, as cavalgadas e as vaquejadas. A padroeira da cidade, aliás, é Nossa Senhora Aparecida, que também é padroeira dos peões de boiadeiros.

Montanha é conhecida como a “terra da carne de sol” do estado do Espírito Santo. Anualmente acontece a festa, ao som de muito forró, conhecida como Festival da Carne de Sol. Em junho de 2024, aliás, durante evento realizado no Pavilhão de Carapina, no município da Serra, chamado Feira dos Municípios, a cidade de Montanha distribuiu mais de 2.000 porções de carne de sol com aipim, utilizando aproximadamente 250 kg de carne, e agora deseja entrar para o livro dos records, conforme disse o prefeito André Sampaio:

Vamos encaminhar os registros para avaliação deste recorde e, pelo que já pesquisamos, não há recorde semelhante no Guinness Book.

²⁹ <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/es/montanha.html>. Acesso em 13 de junho de 2024.

Acredito que será mais um grande reconhecimento da qualidade do que produzimos aqui em nossa região³⁰



Imagem 8: 250 Kg de carne foram distribuídos na Feira dos Municípios³¹

Na agricultura o destaque fica para o café, cana de açúcar, mandioca e algumas frutas. A arrecadação do município também conta com importante parcela vindo da agroindústria focada na produção de carnes e laticínios, e a extração de rochas ornamentais.

De acordo com o IBGE, em 2021 o PIB *per capita* do município era de R\$ 21.658,03, o que o coloca na posição 45 entre os 78 do estado do Espírito Santo³².

MUCURICI

A cidade de Mucurici, que pertencia a São Mateus, faz divisa com os estados de Minas Gerais e Bahia e foi um dos últimos municípios capixabas a ser povoado. Os primeiros migrantes a chegarem ao local foram justamente os mineiros e os baianos.

Na década de 20 chegou ao local Manoel Pereira Sena, que é considerado pioneiro na exploração da localidade. Em seguida, com a chegada de diversos posseiros que passaram a se instalar na região, Manoel abriu um pequeno comércio que ficou conhecido como “Comercinho de Tabuinha”, sendo, aliás, esse o nome pela qual ficou conhecida a primeira vila da localidade.

³⁰ <https://montanha.es.gov.br/cidade-capixaba-distribui-a-maior-porca-de-carne-de-sol-do-mundo-e-quer-entrar-para-o-guinness-book-2/>. Acesso em 13 de junho de 2024.

³¹ Disponível em <https://montanha.es.gov.br/cidade-capixaba-distribui-a-maior-porca-de-carne-de-sol-do-mundo-e-quer-entrar-para-o-guinness-book-2/>. Acesso em 13 de junho de 2024.

³² <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/montanha/panorama>. Acesso em 13 de junho de 2024.

A região esteve envolvida na chamada “Guerra do Contestado” e como havia dúvida sobre a qual cidade pertencia o território e a lei de qual estado deveria obedecer, passou a reinar a lei do mais forte, que eram as regras definidas por pistoleiros.

Em uma área territorial de 540.529 Km² e com uma população de apenas 5.466 pessoas, a cidade de Mucurici apresenta uma densidade demográfica de 10,11 hab/km², de acordo com dados do IBGE (2022)³³.

O município de Mucurici alcançou sua emancipação política no ano de 1953. O gentílico que designa o município é mucuriciense e o aniversário da cidade é comemorado no dia 29 de dezembro.

Com o fim da Guerra do Contestado e a regularização fundiária, a extração de madeira, que era a principal atividade da região, ganhou investimentos na década de 70. Contudo, com os vastos terrenos desmatados a pecuária passou a ganhar espaço, assim como a cafeicultura, sendo estas, hoje, as principais atividades do município.

A economia de Mucurici possui uma receita própria extremamente baixa, sendo seus recursos em grande parte oriundos dos repasses federais e estaduais. De acordo com o IBGE, em 2021 o PIB *per capita* do município era de R\$ 17.693,51, o que coloca a cidade na posição 66 entre os 78 do estado do Espírito Santo³⁴.

NOVA VENÉCIA

Nova Venécia fica localizada numa região privilegiada por ser banhada pelos rios Cricaré e Cotaxé. O local era habitado por índios, num período em que Nova Venécia era chamada de Serra dos Aimorés.

Antônio Rodrigues da Cunha, major da guarda nacional que mais tarde recebeu o título de Barão de Aimorés (FOLETO, 2019), é considerado o líder dos não indígenas que chegaram à localidade entre 1860 e 1870. Nesse período, Antônio Rodrigues da Cunha fundou a primeira fazenda da região, onde utilizava mão de obra de negros escravizados.

Conta a história que um dos escravos negros que trabalhava na fazenda do Barão de Aimorés fugiu pela mata com uma indígena, numa conhecida história de amor local. A fuga deixou em alvoroço feitores e indígenas que desejavam o retorno

³³ <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/es/mucurici.html>. Acesso em 13 de junho de 2024.

³⁴ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/mucurici/panorama>. Acesso em 13 de junho de 2024.

do escravo e da índia respectivamente. Somente com a captura do escravo fugitivo e sua colocação no tronco é que o fazendeiro conseguiu pacificar sua relação com os índios.

Uma estrada foi aberta ligando a fazenda de Antônio Rodrigues da Cunha até um povoado em Minas Gerais. Essa estrada, que passava por Governador Valadares, Nanuque e Teófilo Otoni permitiu o comércio pela região, que era feito pelos tropeiros e suas mulas.

Pelos idos de 1877 quando ocorreu uma grande seca no nordeste do país, diversos habitantes daquele local saíram em busca de terras mais prósperas e foram parar na fazenda de Antônio Rodrigues, batizada de fazenda “Cachoeira do Cravo”. Até a abolição da escravatura a Serra dos Aimorés foi palco de diversos conflitos com quilombolas. Nesses conflitos ganha destaque a figura de Constância de Angola que trabalhava em na Fazenda Boa Esperança, localizada em Serra de Cima, distrito de Nova Venécia, cujo dono era o irmão do Barão de Aimorés, Mateus Rodrigues da Cunha. A esposa de Mateus Rodrigues da Cunha, Francelina Cardoso Cunha, conhecida como Lina Cunha, assassinou o bebê de Constância jogando-o vivo dentro de uma fôrnalha, simplesmente pelo fato de a criança chorar muito. A partir desse fato Constância de Angola junto com outros quilombolas consegue libertar diversos escravos após intensa luta no Vale do Cricaré. A crueldade de Lina Cunha gerou diversas lendas locais.



Imagem 9: imagem ilustrativa de Constância de Angola³⁵

Com o fim da escravatura, o governo passou a abrir núcleos coloniais no norte do estado do Espírito Santo com o objetivo de atrair a mão de obra de imigrantes europeus. Em 1888 surge a primeira colônia que ficou situada entre os limites atuais de Nova Venécia e São Mateus. Em 1892 surgiu um núcleo oriundo dessa colônia, que recebeu diversos imigrantes e foi batizada com o nome de Nova Venécia.

O Barão de Aimorés havia iniciado a construção de uma estrada de ferro que ligaria a região a São Mateus. Com sua morte, as obras que eram realizadas em parceria com o estado foram interrompidas e somente retomada nos anos 20 quando finalmente ocorreu sua conclusão. A ferrovia viabilizou o início de um ciclo madeireiro em Nova Venécia.

Com a aprovação da lei estadual nº 767, ocorrida em 1953, Nova Venécia foi emancipada, separando-se de São Mateus. O gentílico que designa o município é veneciano, sendo o aniversário da cidade comemorado no dia 26 de janeiro.

Em uma área territorial de 1.439,571 Km² e com uma população de 46.065 pessoas, a cidade de Nova Venécia apresenta uma densidade demográfica de 34,08 hab/km², de acordo com dados do IBGE (2022)³⁶.

Com a extração de madeira acelerada, diversas clareiras foram abertas e nelas instaladas propriedades que começaram a investir no plantio de café, acarretando no crescimento da economia local.

A cidade de Nova Venécia teve sua economia focada na cafeicultura. Contudo, com a erradicação dos cafezais, a pecuária leiteira ganhou espaço. Assim, em 1953 surge a Cooperativa de Laticínios de Nova Venécia que, em 1972, ganhou o nome COOPNORTE, se tornando uma das maiores do Espírito Santo no ramo de laticínios.

O extrativismo mineral passou a ser bastante explorado a partir dos anos 80 atraindo pessoas para as pedreiras da região. A exportação de granito e mármore tornou esse setor importante na economia local.

³⁵ Disponível em <https://sinasefeifes.org.br/2022/11/24/constancia-dangola-conheca-a-mulher-negra-escravizada-que-teve-seu-bebe-arrancado-de-suas-maos-e-jogado-em-uma-fornalha/>. Acesso em 14 de junho de 2024.

³⁶ <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/es/nova-venecia.html>. Acesso em 14 de junho de 2024.

De acordo com o IBGE, em 2021 o PIB *per capita* do município era de R\$ 26.396,41, o que coloca Nova Venécia na posição 30 entre os 78 do estado do Espírito Santo³⁷.

PANCAS

O local onde hoje se situa o município de Pancas começou a ser colonizado no ano de 1918, quando chegaram os primeiros migrantes, vindos de Minas Gerais e atraídos pela fértil área favorável ao cultivo do café.

Seis anos depois, com a aprovação da lei estadual 1.486, o povoado formado, chamado então de Nossa Senhora da Penha, passou a ser considerado distrito de Colatina.

A partir da década de 20 a região começou a receber imigrantes europeus. Outro fator que contribuiu para a migração para o local, como aconteceu com outros municípios da região noroeste, foi a construção da ponte Florentino Avidos, em Colatina.

Também chamado de Vila Santa Luzia, Pancas só recebeu esse nome com a aprovação da lei estadual 15.177, em 1943. De acordo com o IBGE³⁸, Pancas significa “terras onde a raiz não penetra”. Esse nome se deu em razão da existência de lajedos em determinados pontos do município.

Pancas, curiosamente, teve duas emancipações. A primeira, ocorrida em 1953, foi anulada por uma decisão do Supremo Tribunal Federal. Esse julgado, inclusive, afetou outras cidades do noroeste do estado do Espírito Santo que haviam sido emancipadas recentemente.

A emancipação definitiva somente ocorreu com a aprovação da lei 1.837 de 21 de fevereiro de 1963. O distrito de Pancas passou a ser a sede e os distritos de Lajinha e Alto Rio Novo incorporados ao novo município. Alto Rio Novo foi alçado à condição de município no ano de 1988.

Em Pancas, anualmente, acontece a Pomer Fest. Trata-se de uma conhecida festividade da região e o nome é uma homenagem à Pomerânia. Estima-se que cerca de metade da população de Pancas é descendente de pomeranos. Já o aniversário

³⁷ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/nova-venecia/panorama>

³⁸ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/pancas/historico>. Acesso em 25 de maio de 2024.

da cidade é comemorado no dia 13 de maio. O gentílico que designa o município é panquense.

Em uma área territorial de 837,842 Km² e com uma população de 18.893 pessoas, a cidade de Pancas apresenta uma densidade demográfica de 22,55 hab/km², de acordo com dados do IBGE (2022)³⁹.

A cidade de Pancas surgiu e se desenvolveu principalmente em razão da cafeicultura. A monocultura do café é a principal atividade econômica do município, que também, apresenta atividade pecuária, cultivo de eucalipto e plantação de manga. Todavia, a posição de destaque que Pancas ocupou no cenário estadual no que tange ao plantio de café, não é uma realidade nos dias de hoje.

Atualmente, o município de Pancas apresenta um dos piores PIB *per capita* do estado do Espírito Santo. Com isso, o município é dependente de repasses dos governos federais e estaduais. De acordo com o IBGE, em 2021 o PIB *per capita* do município era de R\$ 15.303,47, o que coloca Pancas na posição 72 entre os 78 do estado do Espírito Santo⁴⁰.

PINHEIROS

Partindo de São Mateus, os primeiros moradores subiram o rio Itauninhas e chegaram ao local para trabalhar na extração de madeiras. Logo depois, esse trabalho de derrubada de árvores continuou com migrantes oriundos da Bahia e de Minas Gerais e imigrantes vindos da Itália.

Próximo ao Córrego do Sobrado surgiram os primeiros povoados. Nesse local havia um rancho, no qual os pequenos produtores armazenavam farinha de mandioca e outros produtos que eram levados de caminhão para São Mateus para ser comercializada. De caminhões também chegavam produtos adquiridos em São Mateus, como querosene, sal, açúcar e sabão.

Esse surgimento do município ocorreu na década de 40, quando Pinheiros pertencia a Conceição da Barra.

Com a intensa exploração madeireira, foi instalada em São Mateus a Serraria Cacique, que tinha Louzival Carvalho como funcionário responsável pelo corte e transporte de madeiras, bem como pela abertura de estradas.

³⁹ <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/es/pancas.html>. Acesso em 14 de junho de 2024.

⁴⁰ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/pancas/panorama>. Acesso em 14 de junho de 2024.

Vislumbrando o aumento da população local, em 1953 Louzival construiu uma espécie de armazém e contratou, para trabalhar no estabelecimento, o senhor José Pinheiro da Gama, conhecido como seu Zé Pinheiro, que já havia trabalhado com Louzival na serraria. O armazém passou a ser muito bem frequentado e ficou conhecido como “Comercinho de Seu Pinheiro”. Ao redor do armazém passaram a ser construídas residências. As pessoas que iam ao local utilizavam o armazém como ponto de referência, e diziam que iam no “Seu Pinheiro”. Com isso, o local ficou conhecido como Pinheiro. Mais tarde, foi acrescentada uma letra “s” ao nome da cidade que, em homenagem ao seu Pinheiro, foi batizada de Pinheiros.

O povoado ganhou o status de distrito em 1955. Com a lei 1.917, de 30 de dezembro de 1963, Pinheiros alcançou sua emancipação política, quando foram unidos os territórios de Pinheiro e São João do Sobrado. O gentílico que designa o município é pinheirense e o aniversário da cidade é comemorado no dia 22 de abril.

Em uma área territorial de 973,136 Km² e com uma população de 23.915 pessoas, a cidade de Pinheiros apresenta uma densidade demográfica de 24,58 hab/km², de acordo com dados do IBGE (2022)⁴¹.

Da mesma maneira que ocorreu em muitos municípios da região noroeste, a extração de madeira foi a primeira atividade econômica exercida na região. Aos poucos foram surgindo fábricas de móveis e itens para construção civil.

No local foi criada a reserva biológica de Córrego do Veado, no ano de 1948, onde existem diversas espécies de animais, algumas inclusive ameaçadas de extinção.

A extração de madeira voltou a crescer na década de 60, quando grandes empresas passaram a explorar as terras que, até então, destinavam as madeiras derrubadas para as serrarias locais.

Grande parte dos moradores havia construído suas casas em terras devolutas. Visando a instalação de empresas na região, o estado tentou retirar os moradores dessas terras. Tal fato causou grande revolta entre os moradores e alguns resolveram resistir, destacando-se um grande fazendeiro de nome Jason Nascimento de Mendonça, conhecido como coronel Jackson. Coronel Jackson, em certa ocasião chegou a amarrar policiais que haviam agredido alguns posseiros em uma tentativa de intimidá-los, forçando a deixarem suas casas. Nesse episódio os policiais foram

⁴¹ <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/es/pinheiros.html>. Acesso em 14 de junho de 2024.

colocados na caçamba de um veículo e deixados em uma delegacia de Conceição da Barra. O conflito só foi solucionado quando governo federal reconheceu a ocupação das famílias, que foram mantidas nas terras.

A fruticultura atualmente possui um papel de destaque na economia local, onde são encontradas frutas como maracujá, coco, abacaxi e laranja, sendo o mamão a principal fruta produzida. Aliás, Pinheiros, que é conhecida como a capital da fruta do estado do Espírito Santo, é o maior produtor de mamão dentre os municípios capixabas. Essa grande produção é realizada por empresas grandes, com tecnologia de ponta sendo utilizada na colheita.

Por sua vez, os pequenos agricultores, maioria na cidade de Pinheiros, tem a cafeicultura como principal fonte de renda. Com os terrenos devastados pela extração de madeiras, muitos dos que chegavam plantavam café.

Pinheiros enfrentou períodos de grande seca o que levou o município, juntamente com o governo federal, a construir uma barragem que foi inaugurada no ano de 2018 e é a maior do estado, com capacidade para armazenar 17 bilhões de litros de água.



Imagem 10: barragem de Pinheiros⁴²

De acordo com o IBGE, em 2021 o PIB *per capita* do município era de R\$ 31.219,96, o que o coloca na posição 17 entre os 78 do estado do Espírito Santo⁴³.

⁴² Disponível em <https://www.agazeta.com.br/es/gv/maior-barragem-do-espirito-santo-e-inaugurada-em-pinheiros-0318#:~:text=A%20barragem%20de%20Pinheiros%2C%20a,R%24%208%2C3%20milh%C3%B5es.> Acesso em 14 de junho de 2024.

⁴³ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/pinheiros/panorama>. Acesso em 14 de junho de 2024.

PONTO BELO

Fugindo da seca que assolou o sul e o nordeste dos estados da Bahia e de Minas Gerais respectivamente, baianos e mineiros migraram para a região. Estando situada no território disputado na Guerra do Contestado, grileiros e pistoleiros eram quem ditavam as regras (OLIVEIRA, 2018).

Sebastião José Rabello e Manoel Pereira Sena são considerados os pioneiros na construção do município que teve sua ocupação iniciada na década de 60. A extração de madeira foi o que atraiu Sebastião e Manoel. Conforme as árvores eram derrubadas surgiam imensas clareiras. Em uma dessas, se formou o primeiro povoado.

Manoel e Sebastião construíram no local um pequeno estabelecimento comercial onde viajantes que tinham como destino Minas Gerais costumavam parar. O local possuía uma vista muito bonita, surgindo então o nome Ponto Belo.

Ponto Belo desmembrou-se de Mucurici em 1994, ano que alcançou sua emancipação política com a aprovação da lei estadual 4.894 de 30 de março daquele ano, sendo o aniversário da cidade comemorado nesse dia. O gentílico que designa o município é pontobelense.

Em uma área territorial de 360,110 Km² e com uma população de 6.497 pessoas, a cidade de Ponto Belo apresenta uma densidade demográfica de 18,04 hab/km², de acordo com dados do IBGE (2022)⁴⁴.

Sendo a extração de madeira a primeira atividade econômica da região, as plantações de milho, arroz e feijão eram desenvolvidas por moradores em agricultura de subsistência.

Como ocorreu com diversos municípios do norte e do noroeste, gradativamente a cafeicultura foi ganhando espaço e se fortalecendo. Atualmente, o café é encontrado em quase metade da área plantada do município. Ponto Belo também se destaca na plantação de mandioca e mamão.

De acordo com o IBGE, em 2021 o PIB *per capita* do era de R\$ 13.416,69, o que coloca o município na penúltima posição entre os 78 do estado do Espírito Santo⁴⁵.

⁴⁴ <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/es/ponto-belo.html>. Acesso em 14 de junho de 2024.

⁴⁵ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/ponto-belo/panorama>

SÃO DOMINGOS DO NORTE

As terras onde hoje se situa São Domingos do Norte foi uma das escolhidas pelo colonizador profissional Bertolo Malacarne. Malacarne era um engenheiro de topografia encarregado pelo governo do estado para escolher locais e abrir estradas no norte e noroeste do Espírito Santo, viabilizando a chegada dos imigrantes.

Bertolo Malacarne chegou à região do Córrego São Gonçalo no ano de 1925 começando, então, a derrubada da mata e a venda de madeira, o que antecedeu as chegadas dos primeiros imigrantes europeus. Essas terras foram alcançadas por Malacarne em um domingo, em junho de 1926, sendo essa a razão da adoção do nome “São Domingos do Norte” que, portanto, simboliza o início da colonização.

Com a construção da ponte Florentino Avidos, que atravessava o Rio Doce em Colatina, ocorrida em 1928, a população local começou a crescer, o que também foi intensificado com a chegada ao município da estrada que hoje é rodovia ES 080. Nesse período São Domingos do Norte era um distrito de Colatina.

A emancipação de São Domingos do Norte ocorreu em 1953, após a Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo (ALES) aprová-la. Contudo, no ano de 1955, uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) revogou a emancipação concedida e São Domingos do Norte voltou ao status de distrito. Com a entrada em vigor da constituição federal de 1988, que facilitou o processo de separação, São Domingos finalmente conseguiu emancipar-se definitivamente, o que ocorreu no ano de 1990. O gentílico que designa o município é dominguense e o aniversário da cidade é comemorado no dia 30 de março.

Em uma área territorial de 298,580 Km² e com uma população de 8.589 pessoas, a cidade de São Domingos do Norte apresenta uma densidade demográfica de 28,77 hab/km², de acordo com dados do IBGE (2022)⁴⁶

Inicialmente a exploração madeireira foi a base da economia local. Com a chegada dos imigrantes europeus, principalmente italianos e alemães, o cultivo do café começou a ganhar força.

Nas décadas de 40 e 50 a produção cafeeira era tão forte que a região se tornou a principal produtora de café do estado do Espírito Santo. O município de Colatina, ao

⁴⁶ <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/es/sao-domingos-do-norte.html>. Acesso em 14 de junho de 2024.

qual São Domingos do Norte pertencia, atingiu a marca de maior produtora de café do Brasil.

No final da década de 50 o preço do café ficou extremamente baixo. Essa crise levou o governo federal a incentivar a erradicação dos cafezais como forma de controlar o preço da saca. Tal fato fez com que inúmeros moradores locais deixassem as suas casas e partissem rumo à Vitória em busca de trabalho. O café volta a ter relevância na economia local na década de 70, porém, sem o protagonismo experimentado outrora.

A extração de rochas ornamentais passou a ter destaque a partir dos anos 80, surgindo na década seguinte indústrias voltadas ao corte e beneficiamento do granito. A exploração mineral indiretamente acarretou no aumento do comércio e da prestação de serviço na localidade, já que ela foi responsável por ocasionar um importante fluxo de caminhões.

Na segunda metade dos anos 90 surgiu a aquicultura. As fazendas passaram a criar camarões de água doce. No ano de 1997 surgiu no local a Cooperativa Estadual de Aquicultores, o que impulsionou o escoamento da produção para todo o estado. São Domingos do Norte passou a ser conhecida como capital estadual do camarão de água doce.

O trabalho no campo absorve boa parte das atividades dos moradores de São Domingos do Norte.

De acordo com o IBGE, em 2021 o PIB *per capita* do era de R\$ 37.932,39, o que coloca o município na posição 13 entre os 78 do estado do Espírito Santo.⁴⁷

SÃO GABRIEL DA PALHA

Grande parte do norte e do noroeste do estado do Espírito Santo ainda não eram ocupados pelos capixabas. Temeroso em perder o território para Bahia e Minas Gerais, em 1920, partindo de Colatina, que já era uma cidade importante, o governo do estado passou a incentivar a ocupação do local. Dessa forma, em 1923 foi criada, pelo então governador Nestor Gomes, a Companhia Territorial, destinada a promover a ida de famílias inteiras para o norte e noroeste capixaba (ZANONI, 2015).

⁴⁷ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/sao-domingos-do-norte/panorama>. Acesso em 14 de junho de 2024.

Nome de destaque desse período foi o de Bertolo Malacarne. Funcionário da Companhia Territorial, ele era o principal responsável por demarcar terras, promover a abertura de estradas, batizar regiões e organizar a ida do povo até as propriedades que então eram doadas. Assim, grande parte dos historiadores apontam Malacarne como o responsável pela fundação de São Gabriel da Palha, que possuía esse nome por ter sido construída a partir de casas de Palha. Entretanto, existem vozes no sentido de que um pescador, João Gabriel, teria chegado ao local antes de Bertolo Malacarne, sendo o verdadeiro responsável pela construção da vila e, portanto, atribuem a ele a categoria de fundador.

No ano de 1934 Bertolo Malacarne reuniu pessoas e conseguiu abrir uma estrada ao longo do Rio São José, tendo se instalado próximo ao Rio São Gabriel e a um quilômetro de distância da Cachoeira do Norte, localidade em que antes, em 1925, Bertolo tentou fundar uma vila, mas foi obrigado a desistir em razão de um surto de malária ter atingido o local, causando mortes e o obrigando a abandoná-lo.

Assim, em casas feitas de barro e com o teto de palha, foi se formando o povoado que era chamado de Povoado da Palha ou Patrimônio da Palha.

Já no fim da década de 30, poloneses que não se adaptaram a Águia Branca, alemães e italianos receberam, por doação, terrenos na região. Essa ocupação do local, que se mostrou mais efetiva nos anos 30 e 40, contou com a chegada de mineiros e baianos. Nessa época, a localidade vivia a já citada Guerra do Contestado.

São Gabriel da Palha se torna distrito de Colatina em 1949 e conquistou sua emancipação somente em 1963, após a aprovação da lei 1.837. Tendo sua instalação ocorrido em 14 de maio daquele ano, a data é a que se comemora o aniversário da cidade. Gabrielense é o gentílico que designa o município.

Ainda nesse período, foram concluídas as obras da estrada que ligava Colatina a Nova Venécia. Essa estrada passava por São Gabriel da Palha, o que facilitou o escoamento do café produzido pela população local. O transporte, que era feito por animais, agora é feito por caminhões. Essa estrada, aliás, possibilitou a criação de uma linha de ônibus que ligava a vila a Colatina. Como já era uma cidade evoluída, Colatina era o destino procurado para a compra de alguns produtos e atendimentos médicos, para exemplificar.

Surge com destaque o nome de Eduardo Glazar. Polonês, Glazar comprava sacas de café nos distritos da vila e as revendia em Colatina. Para muitos produtores ele era a única opção para vender o café produzido.

Com o fortalecimento da cafeicultura, em 1963 surgiu a Cooperativa Agrária de Cafeicultores de São Gabriel (COOABRIEL), cooperativa que ocupa o primeiro lugar no país, entre as cooperativas de café conilon.

Com a crise do café e a erradicação de cafezais, a principal alternativa do local foi a pecuária, embora fossem encontradas plantações de milho, feijão, mandioca, arroz, banana e laranja.

O Município de São Gabriel da Palha sofre impactos em sua economia com as emancipações de Águia Branca, em 1988, e de Vila Valério, ocorrida em 1994.

Em uma área territorial de 434,887 Km² e com uma população de 32.252 pessoas, a cidade de São Gabriel da Palha apresenta uma densidade demográfica de 74,16 hab/km², de acordo com dados do IBGE (2022)⁴⁸

São Gabriel da Palha, pelos idos dos anos 90, foi considerada a capital do café no estado do Espírito Santo. Aliás, na cidade há uma estátua de um cafeicultor segurando uma peneira e lançando grãos de café para o alto.



Imagem 11: estátua do cafeicultor⁴⁹

Atualmente, tendo o café novamente papel de destaque na economia local, São Gabriel da Palha também se destaca no setor da moda.

⁴⁸ <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/es/sao-gabriel-da-palha.html>. Acesso em 14 de junho de 2024.

⁴⁹ Imagem extraída de <https://evairdemelo.com.br/projetos/sao-gabriel-da-palha-reconhecida-como-a-capital-nacional-do-cafe-conilon>. Acesso em 25 de maio de 2024.

De acordo com o IBGE, em 2021 o PIB *per capita* da cidade era de R\$ 19.497,63, o que coloca São Gabriel da Palha na posição 53 entre os 78 do estado do Espírito Santo⁵⁰.

VILA PAVÃO

Inicialmente terras habitadas pelos índios krenak, também conhecidos como botocudos, a colonização do local onde hoje está instalada a cidade de Vila Pavão iniciou-se com a chegada de mineiros e baianos.

Ainda sem a construção de estradas, a circulação de mercadorias era feita pelos tropeiros e suas mulas. O nome de Vila Pavão, por sinal, surgiu de uma casa de um dos primeiros moradores locais, que pintou na parede de seu imóvel um pavão. Os tropeiros passaram a tomar como referência a “casa do pavão”. Daí surgiu o nome do município.

O já citado Bertolo Malacarne, agrimensor que demarcava terras, abria estradas e batizava regiões a serem colonizadas, também prestou seu serviço ao governo estadual na localidade, o que contribuiu com a colonização local. Inicialmente, a extração de madeira de lei foi a principal atividade econômica. Arroz, feijão e milho eram plantados em subsistência.

A abertura da estrada que liga Nova Venécia a Vila Pavão e a construção da Ponte Florantino Avidos ligando as margens do Rio Doce em Colatina, foram fatores que impulsionaram o povoamento do município.

Pertencente até então a Nova Venécia, somente no ano de 1990, Vila Pavão alcançou a emancipação. O gentílico que designa o município é pavoense e o aniversário da cidade é comemorado no dia 1º de julho.

Em uma área territorial de 433,257 Km² e com uma população de 8.911 pessoas, a cidade de Vila Pavão apresenta uma densidade demográfica de 20,57 hab/km², de acordo com dados do IBGE (2022)⁵¹.

Em 1942, imigrantes europeus especialmente pomeranos e italianos começaram a chegar em Vila Pavão. No local fundaram a Igrejona, igreja luterana famosa por sua torre de 35 metros de altura.

⁵⁰ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/sao-gabriel-da-palha/panorama>. Acesso em 14 de junho de 2024.

⁵¹ <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/es/vila-pavao.html>. Acesso em 14 de junho de 2024.

A população pomerana predominou no município e, em grande parte se dedicou ao plantio do café. Como as demais mercadorias, os pomeranos dependiam das mulas dos tropeiros para fazer o escoamento da produção. Com a crise cafeeira muitos moradores deixaram o local. Os que lá permaneceram em sua grande maioria passaram a se dedicar a pecuária.

Nos anos 70/80 um programa do governo militar que visava a ocupação da Amazônia passou a oferecer um terreno de 42 alqueires no estado de Rondônia para cada família que lá firmasse seu domicílio. Com isso, grande parte dos moradores de Vila Pavão partiram rumo ao estado do Norte.

De acordo com o IBGE, em 2021 o PIB *per capita* do município era de R\$ 19.465,82, o que coloca Vila Pavão na posição 56 entre os 78 do estado do Espírito Santo⁵².

CAPÍTULO 2

⁵² <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/vila-pavao/panorama>. Acesso em 14 de junho de 2024.

A JORNADA DE UM DELEGADO NA REGIÃO NOROESTE CAPIXABA: IMPRESSÕES DO PESQUISADOR COMO OBSERVADOR PARTICIPANTE

Tendo sido nomeado delegado de Polícia Civil do Estado do Espírito Santo em 25 de janeiro de 2018, menos de dois meses depois, mais precisamente no dia 20 de março do mesmo ano, assumi minhas funções como delegado titular da delegacia de Ecoporanga, com atribuição estendida até o município de Água Doce do Norte.

Antes de chegar ao município fiz algumas pesquisas superficiais pela internet, nesse momento apenas com o objetivo de conhecer o local, que fica a aproximadamente 300 quilômetros da capital. Minha pesquisa foi pífia, nada esclareceu. Realmente eu só conheceria o município quando estivesse lá.

Nas primeiras semanas, enquanto buscava uma casa para alugar e firmar meu domicílio, fiquei hospedado em uma conhecida pousada da cidade. Simples, porém aconchegante, a pousada Nhambu costuma ser o primeiro porto dos profissionais do Direito que chegam a Ecoporanga para exercer suas atividades. Logo ao chegar fui recebido por uma família que, ao descobrirem que eu era “o novo delegado da cidade”, já se colocaram à disposição e disseram que “o juiz também fica hospedado aqui”. Não cheguei a encontrar o magistrado na pousada, até porque minha estadia durou pouco, pois quando iria iniciar a terceira semana encontrei uma casa para morar. Antes de falar da casa, lembro que dias depois de minha chegada foi designada uma escrivã de polícia para a delegacia. Assim como fiz, ela ficou hospedada na pousada Nhambu. Já a conhecia da ACADEPOL (Academia de Polícia Civil), pois fizemos o curso de formação juntos e algumas matérias foram comuns, mas lá tive a oportunidade de conhecer seu esposo, um defensor público do estado do Espírito Santo.

Embora a princípio possa se imaginar que as conversas nos encontros na pousada, na hora do café da manhã ou do jantar, fossem sobre temas jurídicos, as discussões acadêmicas passavam longe. Na verdade, o assunto era o município que havíamos acabado de chegar e ainda não podíamos dizer, ainda, que conhecíamos.

Lembro-me que no dia que recebi, no auditório situado no prédio da Chefatura de Polícia Civil, minha localização, algumas pessoas me disseram para ter cuidado, pois Ecoporanga era uma localidade marcada por crimes de homicídio ou, nas palavras usadas, “era terra de matador”. A fama de cidade violenta, com a atuação grande de pistoleiros profissionais, tinha razão de ser. Reportagem do jornal A

Tribuna, publicada em 25 de novembro de 1979, com o título “Ecoporanga: uma cidade tenta esquecer seu passado”, apresentou em seu *lead*:

Entre 1959 e 1964, em Ecoporanga, Município do Norte do Estado, os conflitos pela posse de terra fez correr um verdadeiro rio de sangue. Na época, a cidade era infestada de pistoleiros profissionais, contratados pelos grandes proprietários para expulsar os posseiros de suas terras. Depois de dezenas de mortes por assassinato, a cidade ganhou fama como a mais violenta do Estado. Essa fama foi praticamente confirmada pela atuação do juiz de Direito, dr. Benício Costa Barbalho, que chegou a Ecoporanga em meados deste ano.

Por falar em pistoleiros, alguns da região viraram verdadeiras lendas, como Jorge Come Crú e Udelino de Matos, que lideraram a criação, na região que atualmente está a cidade de Ecoporanga, do chamado estado União de Jeovah (GARCIA, 2015).

No entanto, hoje, após mais de 6 anos trabalhando como delegado de polícia civil no município, posso afirmar que a má fama é ligada a um passado turbulento, mas que não reflete o presente do próspero município.

Percebi que esse passado está vivo não apenas nas pessoas que estão distantes da cidade (como é o caso da Chefatura de Polícia Civil, que fica localizada na capital do estado, Vitória), mas também nas memórias dos munícipes. Por tal razão, mais de uma vez, ao longo de minha trajetória no local, ouvi frases como “Doutor, o senhor pegou Ecoporanga tranquila. Antigamente toda sexta-feira tinha um corpo estendido por aqui”. Mas como dito, havia acabado de chegar no local. Ainda não havia passado tempo suficiente para que pudesse ter uma opinião formada e tampouco conhecimento para entender o que efetivamente se passava. Esse tempo chegaria.

Então, aluguei uma casa em Ecoporanga. Na verdade, um casarão! Com um custo de vida menor do que eu me deparei ao longo da minha vida adulta no Rio de Janeiro, consegui, a um preço baixo, alugar uma casa que contava com diversos quartos e banheiros, sala de jantar, sala de televisão, área de churrasqueira, piscina, sauna, e por aí vai. Meu conforto estava garantido e a um preço que encaixava em meu orçamento. Essa então, uma das minhas primeiras percepções: baixo custo de vida se comparado com a capital do estado.

Estabelecido, consegui focar em minha rotina, com trabalho, academia, dentre outras coisas que até hoje frequento. E por falar em trabalho, minha chegada na Delegacia de Polícia foi marcada por grande expectativa.

Chegando na delegacia de polícia, me deparei com uma estrutura precária. A unidade policial era localizada em um prédio antigo, com celas, que outrora custodiavam presos, sendo utilizadas como almoxarifado e depósito de bens, efetivo reduzidíssimo de apenas dois policiais e duas viaturas em estado não muito bons, sendo uma caracterizada e a outra descaracterizada. Por sorte, logo consegui estabelecer uma sólida e duradoura parceria com a polícia militar (PM). Esse trabalho em união rendeu bons frutos, tendo sido realizadas inúmeras operações conjuntas, com prisões de criminosos e apreensões de materiais ilícitos.

Sem perder o foco da minha chegada, logo no primeiro dia, após conhecer as instalações, o policial mais antigo me levou para percorrer parte do município. Nas palavras dele, me levou “para conhecer a cidade”. Evidentemente, sendo Ecoporanga o terceiro maior município em extensão territorial do estado do Espírito Santo, nesse momento conheci, de passagem, apenas o centro e bairros adjacentes.

Em um primeiro instante, evidentemente, meu contato foi basicamente com policiais civis e militares. Sendo naquele momento todos os policiais, de ambas as instituições, moradores de Ecoporanga, valiosas informações tive a oportunidade de receber. Posteriormente, matriculei-me em uma academia de ginástica e musculação, onde fiz algumas amizades e que também fez parte desse laboratório que, sem perceber, eu já estava vivenciando. Da mesma forma, como ser social, por vezes saía para jantar ou para comer uma pizza, só para exemplificar, e nessas idas e vindas sempre conheci pessoas e pude observar seus hábitos e costumes. Em meu gabinete, na delegacia de polícia, recebia dezenas de cidadãos todo mês, sempre ouvindo seus problemas, percebendo suas angústias e muitas vezes ouvindo os mais inusitados casos de moradores locais. Eu estava mergulhado na cidade!

Como se pode perceber, foram aproximadamente 6 anos vivendo a realidade de Ecoporanga, vivendo minha vida e dedicando-me diuturnamente à segurança pública da região. Aliás, orgulho-me em dizer que, embora nascido no Rio de Janeiro, também sou cidadão ecoporanguense, título que recebi na Câmara dos Vereadores no ano de 2022.

Já instalado e, como disse anteriormente, vivendo a minha rotina e a rotina local, aos finais de semana dirigia-me bem cedo ao mercado municipal. Lá era montada uma feira todos os sábados. Frequentei a feira até o momento que fiquei conhecido na cidade. A partir daí, muitos feirantes, numa espécie de boas-vindas, querendo agradar, insistiam para eu aceitasse, gratuitamente, uma mandioca, um

cacho de banana, um mamão. Essa situação me deixava desconfortável, já que invariavelmente eu recusava. De maneira gentil, mas recusava. Não via razão para não pagar um produto que eu estava comprando como qualquer outra pessoa. Nessas idas ao local, recordo-me vivamente de um senhor que vendia milho. Comprei algumas espigas para cozinhar em casa e, enquanto esse feirante as colocava na sacola, começou a contar sua vida. De idade avançada, ele começou dizendo que também plantava feijão e terminou contando história de lutas no distrito Cotaxé, se referindo, inclusive, a uma casa ainda existente nesse distrito e que teria sido o lar de algum importante personagem da Guerra do Contestado, mas que, sinceramente, não recordo o nome por ele citado, já que somente algum tempo depois foi que passei a estudar a história do local. Hoje, certamente, a conversa teria sido mais proveitosa.

Percebi, nas cidades do interior capixaba que frequentei, que os moradores locais se referem à área urbana, próxima ao centro, pelo nome da cidade, o que não ocorre com os locais distantes dali. Assim, é comum você estar em alguma área conhecida pelo nome de um córrego que por ali tem passagem, e os moradores, ao irem na prefeitura ou no hospital, por exemplo, dizerem que vão “em Ecoporanga”. Ora, eles já estão no município de Ecoporanga, mas chamam de Ecoporanga somente a área central.

Nessa chamada “Ecoporanga”, onde está a delegacia de polícia, o fórum municipal, o Ministério Público (MP) etc, foi onde residi e fiz alguns amigos inicialmente. Desde já pude perceber que quase sempre esses amigos tinham alguns bois ou plantação de pimenta e/ou café. Mais uma percepção: independentemente dos números, fica evidente a relevância da pecuária e da agricultura na economia local.

Posteriormente, pude constatar que os números confirmam o acerto dessa percepção. Conforme apresentado no Painel de Produção Agropecuária do Espírito Santo (Painel Agro) do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER), no ano de 2021, o valor bruto da produção da agricultura alcançou R\$ 12.416.302.237,00 (doze bilhões, quatrocentos e dezesseis milhões, trezentos e dois mil, duzentos e trinta e sete reais), seguido da produção animal com R\$ 4.208.455.090,00 (quatro bilhões, duzentos e oito milhões, quatrocentos e cinquenta e cinco mil e noventa reais) e da silvicultura e extração vegetal com R\$ 602.403.000,00 (seiscentos e dois mil quatrocentos e três reais).

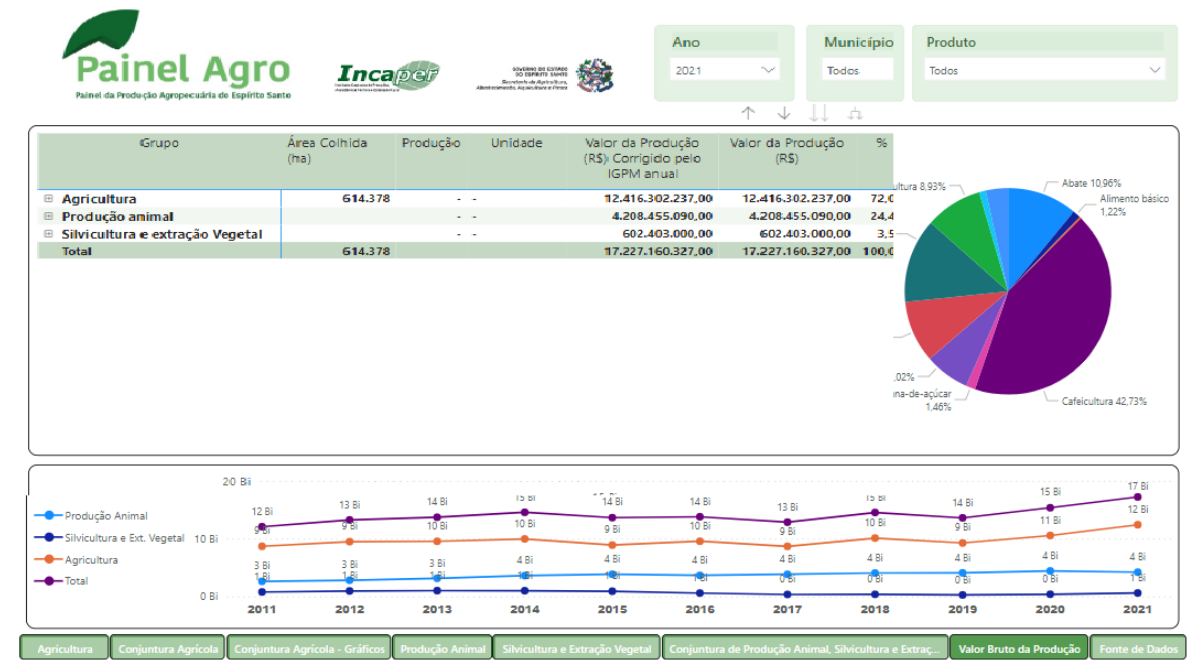


Imagem 12: Painel de Produção Agropecuária do Espírito Santo⁵³

Por falar em números, uma reportagem do jornal A Tribuna de 29 de novembro de 2015, cujo título foi “Cidade tem mais bois do que gente”, trouxe no *lead* a seguinte informação: “Maior produtor de gado leiteiro e de corte do Estado, município no Noroeste tem dez vezes mais cabeças de gado do que pessoas”.

⁵³ <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoieYzVhOWZmOGltZWJiNi00MmUzLTg2ZGMtYzk0NDI2Y2UyMmFmIiwidCI6IjhiMjA4ZmVlLTlyMTYtNDQ1Zi1iZmQxLTk1MjU4ZDlkMjExMSJ9&pageName=ReportSection>. Acesso em 02 de abril de 2023.



Imagem 13: Dados de população estimada e cabeças de gado em 2015⁵⁴

No ano de 2019 esse fato foi objeto de nova reportagem. Em matéria dessa vez realizada pela A Gazeta em 27 de maio de 2019, tendo Ecoporanga permanecido na liderança nesse curioso quesito:

Em primeiro lugar está um município vizinho: Ecoporanga com uma total de 195.468 bois e vacas. A cidade tem o segundo maior índice de bois por habitante. Para cada uma das 23.014 pessoas que vivem em Ecoporanga, há 8,49 bois.⁵⁵

Através dos amigos que fiz, pude conhecer suas famílias e percebi que são verdadeiros apaixonados por Ecoporanga. Alguns desses, embora mineiros, se intitulam ecoporanguenses de coração e defendem fervorosamente que o município é o melhor local para viver e criar os filhos. Assim, embora os números demonstrem uma realidade diferente, as raízes criadas são tão sólidas que ignoram qualquer dado.

⁵⁴ http://biblioteca.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20170106_aj23977_municipio_ecoporanga_pecuaria.pdf. Acesso em 23 de maio de 2024.

⁵⁵ <https://www.agazeta.com.br/economia/31-cidades-do-espírito-santo-tem-mais-bois-do-que-pessoas-0519#:~:text=A%20cidade%20tem%20o%20segundo,%2C%20h%C3%A1%208%2C49%20bois.>

De acordo com o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (IDSC-BR), Ecoporanga apresenta um nível de desenvolvimento sustentável classificado como “baixo” e ocupa a posição de número 4.359 entre 5.570 cidades.



Imagem 14: dados do IDSC-BR⁵⁶

Em que pese os números desfavoráveis, mesmo tendo chegado como forasteiro, hoje compartilho de um sentimento comum. De fato, o povo, os costumes, os hábitos e a beleza local são encantadores.

Falando em hábitos e costumes, acordar cedo é uma realidade de local onde a zona rural predomina. Em certa ocasião, durante uma investigação policial de um crime contra o patrimônio em que um político e sua família foram vítimas, fui até local dos fatos por volta de 6 horas da manhã me deparei com ele tomando café. Quando me dirigi ao político dizendo “acordou cedo”, ele rapidamente respondeu que às 4 horas da manhã já estava no curral “tirando leite”.

Esse costume interfere diretamente no trabalho policial. Em diversas operações realizadas sob meu comando, se fez necessária a realização do cerco do local ainda durante a madrugada (evidentemente que o ingresso no local, por motivos legais, não poderia ocorrer nesse período), já que as 6 horas da manhã o alvo possivelmente já teria saído para “tirar” leite ou “colher” café, por exemplo.

Esse fato me fez perceber não apenas o habito de acordar ainda durante a madrugada, mas também que nas áreas rurais muitas pessoas vivem de uma

⁵⁶ <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/profiles/3202108/>

agricultura de subsistência e não raras vezes trabalham nas propriedades de pessoas mais abastadas financeiramente.

Nesses locais, os crimes também são diferentes dos que ocorrem nas grandes cidades. O furto de gado e de bombas de irrigação atingem tanto grandes como pequenos produtores agrícolas e impactam diretamente, de maneira negativa, na sensação de segurança. Essa lucrativa atividade criminosa é explorada e conta com algumas facilidades como, por exemplo, as grandes distâncias entre as propriedades, o número baixo de residentes nas localidades, a dificuldade de comunicação e o reduzido efetivo policial (ARAÚJO, OLIVEIRA e CONSALTER, 2020).

A Delegacia de Polícia Civil de Ecoporanga durante muito tempo mantinha presos. Por sorte, quando cheguei, a realidade em todo o estado já era outra. Contudo, a estrutura de presídio estava presente naquele imóvel. Como já dito, celas agora eram utilizadas como almoxarifado, além de depósitos de bens apreendidos. Uma área que antes era destinada ao banho de sol dos presos, havia sido transformada em depósito de motocicletas. Algumas dezenas de motocicletas se entulhavam no local, expostas a sol e chuva, destinadas a virar sucata, sem contar o péssimo visual que apresentava para os policiais que ali trabalhavam. Incomodado, passei dois finais de semana inteiros numerando e identificando cada uma das motos. Porém, por mais esforço que fizéssemos para identificar os proprietários, era notório que o número de motos apreendidas todos os meses era maior do que o que conseguíamos liberar. Alias, identificar os proprietários era uma tarefa arduosa e por vezes impossível, como ocorria nas hipóteses não raras de chassis e motores com identificação suprimida.

Aliás, outro ponto que me deparei e observei tratar-se de um verdadeiro costume local, é a compra e venda de motocicletas “para roça”. Moradores, especialmente de zonas rurais, adquiriam motos com sinais identificadores adulterados, sem placa e sem documento. Ao serem abordados, não concordavam com a apreensão do veículo, tentando explicar que a moto seria para a utilização nas roças, como se parte do território não devesse observar as legislações criminais e de trânsito. E o curioso é que até mesmo os anúncios de venda citavam a condição de “moto para roça”. Esse costume fazia com que alguns acreditassem genuinamente na possibilidade de utilização do veículo nas zonas rurais. Por diversas vezes, o condutor do veículo me apresentava o que eles chamavam de “papel puxado do DETRAN”, que era uma impressão de uma mera consulta acerca da situação de um veículo (muitas vezes nem era possível dizer se o “papel puxado” era correspondente ao veículo

apreendido em razão da supressão de sinais identificadores) como se aquele fosse o documento próprio para as “motos de roça”.

Mas a população parecia não se incomodar com motos de roça, mesmo sem saber a origem e ainda que os veículos estivessem em condições precárias. O que realmente atormentava a população eram as motocicletas, normalmente conduzidas por jovens, com cadron⁵⁷, escapamento (descarga) que provoca um barulho ensurdecedor e agredia os ouvidos e a paciência dos munícipes.

Da mesma maneira que as motos de roça eram toleradas e mantidas por muitas pessoas, armas normalmente longas (tipo espingarda) e velhas, porém em funcionamento, eram mantidas nas residências mais isoladas do centro. Ao serem questionados, a resposta normalmente não fugia de “a arma era do meu falecido pai e acabou ficando aí” ou “essa arma é só para assustar bicho”. De fato, a maioria das armas de fogo apreendidas nessas situações eram de pessoas sem antecedentes criminais por infrações penais previstas no Estatuto do Desarmamento. Por não serem armas de porte (aqui entendido como armas pequenas que cabem em coldre), essas armas raramente saíam das propriedades. Tal fato, cabe registrar, não torna a conduta um irrelevante penal, de maneira que quando o trabalho de inteligência apontava para a existência delas, diligências e operações eram deflagradas com o intuito de apreender esses objetos. Aliás, a existência da arma não apresenta a inofensividade que aparenta ter. Diversas operações foram realizadas, por exemplo, após denúncias de vizinhos que haviam sido ameaçados com a utilização dessas armas de fogo.

Esse grande número de arma de fogo longas e velhas possivelmente refletem o passado violento experimentado na região. O capítulo anterior, onde individualmente foram analisados cada um dos municípios do noroeste do estado do Espírito Santo, nos dá a dimensão dos conflitos e medo enfrentados pelos antigos moradores da região.

A elevadíssima extensão territorial, a geografia local e as diversas estradas abertas manualmente, principalmente na zona rural do município, sempre foram fatores que me dificultaram não só no deslocamento, como na própria investigação. Mesmo permanecendo o município por pouco mais de seis anos, existem diversos lugares que até hoje necessito de auxílio para encontrar. Essa dificuldade, que na

⁵⁷ Cadron ou Kadron é como é conhecida uma descarga esportiva, utilizada em motocicletas, em que o silenciador é alterado, causando um enorme barulho toda vez que o veículo é acelerado.

Grande Vitória resolvo com o simples acesso a um aplicativo de localização via GPS, em Ecoporanga não era tão simples de resolver já que, além de extensas áreas sem sinal de telefone ou internet, muitas das estradas não são sequer reconhecidas pelos aplicativos. A solução era ir acompanhado de algum policial preferencialmente nascido na localidade e, ainda assim, em diversas ocasiões nos deparamos com a necessidade de pedir informações a moradores do campo já que, sem sinal de telefone ou internet e sem radiocomunicador nas viaturas, essa era a única alternativa possível.

O fato de Ecoporanga ser um município com menos de 25.000 pessoas faz com que as relações sejam menos formais. Assim, por diversas vezes recebi professores, coordenadores e até diretores de escolas e colégios, porém a intenção não era de registrar uma ocorrência ou fazer alguma denúncia, mas sim pedir auxílio. Ao perceber que alguns alunos apresentavam reiteradamente comportamento incompatível com as normas da escola e que não enxergavam autoridade nas figuras dos professores, os educadores solicitavam a mim, bem como ao Juiz de Direito e ao Promotor de Justiça que realizássemos palestras no intuito de conscientizar os jovens acerca da necessidade de cumprir as regras, respeitar o professor e dedicar aos estudos como um caminho para um futuro melhor. Após várias palestras com um feedback extremamente positivo de professores e pais de alunos, percebi que as forças policiais ali eram mais respeitadas do que nos grandes centros. Esse respeito não era exclusivo dos jovens. Existia uma admiração pela polícia e um sentimento de gratidão de grande parte da população.

Os sites de notícias locais constantemente divulgavam informações acerca das atuações policiais. Prisões e apreensões eram noticiadas sempre que chegavam ao conhecimento dessa parte da imprensa que, rotineiramente, me procurava ora para entrevistas, ora para confirmação dos fatos. Essa cobertura, com notícia frequentes de atuação em diversos pontos do município, certamente melhorava a sensação de segurança. Registre-se que essa melhoria da sensação de segurança era uma impressão minha, carente, entretanto, de números que possam a confirmar.

Como já dito, havia um sentimento de gratidão. Os ecoporanguenses amam sua terra e são gratos por todos que tentam fazer do município de Ecoporanga um lugar melhor para viver. E essa gratidão era externada. Essas demonstrações públicas não se resumem apenas a títulos, homenagens e moções que, com bastante orgulho, recebi dos órgãos públicos, mas principalmente das pessoas que com uma elevada

frequência me paravam na rua, inclusive em momentos de folga, e repetiam a frase “Obrigado por tudo o que o senhor faz pela nossa cidade”. Isso me enchia de energia para trabalhar cada vez mais, especialmente por entender que as palmas para a polícia não são comuns nos tempos atuais, mas esse assunto é estranho aos objetivos dessa dissertação.

Outra característica do local é que em geral as pessoas se conhecem. Foram diversas ordens de serviço que expedi no sentido de identificar e qualificar pessoas pelas quais só tínhamos o apelido (vulgo), mas que os investigadores, no mesmo instante que recebiam o documento, se dirigiam ao gabinete dizendo que aquele apelido era de tal pessoa, filho do Fulano que morava na terra do Beltrano. Isso, aliás, era uma das poucas vantagens da delegacia do interior, já que algumas ordens de serviço praticamente não demandavam tempo e energia para serem cumpridas. Por outro lado, esse conhecimento também trazia aspectos negativos. Algumas vezes os policiais participavam de operações em que o alvo era um conhecido ou um vizinho, por exemplo, o que causava um certo constrangimento. No ponto, preciso fazer o reconhecimento no sentido de que os policiais que comigo trabalharam jamais se eximiram de cumprir seu dever em qualquer situação. A ocorrência desses fatos que eventualmente tragam algum constrangimento, em um município pequeno, é recorrente e não decorrem exclusivamente de operações policiais. A simples confecção de uma ocorrência, onde os fatos relatados muitas vezes envolvem uma relação de intimidade, pode trazer à tona essa sensação. A única alternativa seria o policial morar em cidade diferente da que exerce suas funções, o que lá não acontecia.

No entanto, a minha vivência na região noroeste não ficou restrita a Ecoporanga. Conforme já dito nas linhas acima, a Delegacia de Polícia Civil localizada em Ecoporanga, possuía atribuição estendida ao município de Água Doce do Norte. Assim, semanalmente me dirigia a essa cidade para manter um contato mais próximo com a população, pois sempre acreditei que esse contato com os moradores locais é imprescindível para criar uma relação de confiança e identificar demandas específicas daquele espaço. Essas demandas específicas que, por sinal, foram o *start* da pesquisa objeto dessa dissertação.

Como não existia (até hoje, no ano de 2024, não existe) delegacia de polícia em Água Doce do Norte, fiz contato com o capitão da polícia militar responsável pela Companhia (1ª Companhia / 2º Pelotão do 11º BPM – Batalhão da Polícia Militar) e ele, cordialmente, nos cedeu uma sala onde poderíamos utilizar como ponto de apoio

sempre que estivéssemos na cidade, além de utilizar o local para realizar a oitiva de pessoas, receber denúncias e confeccionar boletins de ocorrência, que no Espírito Santo são chamados de Boletim Unificado (BU).

Em Água Doce do Norte, então, passei por etapas semelhantes ao município vizinho. Lá, inicialmente, tive contato com policiais militares, depois fui recebendo os moradores na sala que nos foi cedida, até que passei a frequentar a cidade em minhas folgas. Do mesmo modo, a sólida parceria com a polícia militar ocasionou na elucidação de diversos crimes e na realização de diversas operações conjuntas. Esse trabalho em equipe e essa relação de confiança me rendeu a honraria de amigo do 11º BPM.

O 11º BPM atende aos municípios de Água Doce do Norte, Águia Branca, Barra de São Francisco (sede), Ecoporanga e Mantenópolis. No âmbito da polícia civil, temos uma verdadeira coincidência, encontrando-se em Barra de São Francisco a sede da 14ª Delegacia Regional de Polícia Civil, sendo essa responsável exatamente pelos mesmos municípios abrangidos pelo 11º BPM.

Como a delegacia de polícia está localizada em Ecoporanga, as diligências realizadas em Água Doce do Norte sempre dependiam de um planejamento detalhado, afinal, são 80 quilômetros de distância o que, atente-se, acarreta num trajeto total (ida e volta) de 160 quilômetros. Logo de início percebi que para uma atuação eficiente, não bastava simplesmente entrar na viatura e dirigir. O cobertor era curto, dois policiais lá significavam dois policiais a menos em Ecoporanga. Pior que isso: no início, esse era meu efetivo total!

Por uma questão de planejamento, decidi, então, que todas as quintas-feiras realizaria atendimentos no local, mais precisamente na sala cedida pela polícia militar. Nesses dias, além de realizar depoimentos e interrogatórios, diligências investigativas, dentre outras tarefas, recebia a população que por muitas vezes não ficava satisfeita com a realização do registro da ocorrência, pois queriam contar pessoalmente seus casos ao delegado.

Dessa forma, meu contato com a população local foi se estreitando, assim como também o contato com os policiais militares daquela cidade. Aliás, auxiliou para essa proximidade a hora do almoço. Com uma cozinha que pode ser considerada espaçosa, os militares nos convidavam para almoçar no local às quintas-feiras. Lá havia uma senhora que cozinhava com gostinho de comida caseira. Nessa hora, todos

sentávamos a mesa e o bate-papo com boas risadas eram a tônica desse verdadeiro momento de descontração.

Evidentemente, a presença da polícia civil em Água Doce do Norte não ficava restrita a uma única ida semanal. A quinta-feira era o dia que certamente estaríamos lá, mas nos outros dias da semana, de acordo com a necessidade e o planejamento, nos fazíamos presentes para levantamentos sensíveis, muitas vezes até de viatura descaracterizada. Esses levantamentos, por sinal, resultaram em diversas operações, também com prisões de criminosos e apreensões de objetos ilícitos.

As operações policiais sempre causaram um certo alvoroço no município. A presença de diversas viaturas e inúmeros policiais civis chamava atenção. Como já dito, não há delegacia de polícia na localidade. Quando estávamos em viatura caracterizada logo todos queriam saber “quem vai ser preso”. As operações policiais eram elogiadas pelos munícipes e pelas autoridades locais. Essas ações aumentavam a sensação de segurança da população, exatamente o oposto do identificado nas favelas cariocas (SILVA, 2007). E essa diferença não surpreende, já que a região estudada de fato apresenta diversas peculiaridades, especialmente se comparadas com as metrópoles. Aliás, destaco mais uma vez que essa percepção foi uma das molas propulsoras do presente estudo e uma atenta leitura das linhas acima comprova a distinção.

Em determinado momento, suspendi as idas específicas de quinta-feira. A estrutura da polícia militar é feita pensando, como não poderia deixar de ser, nas atribuições da polícia militar. Como não estávamos em nossa unidade, frequentemente nos deparávamos com alguma dificuldade que vinha acompanhada da frase “se estivéssemos lá na delegacia, seria fácil resolver”. Dessa forma, pensando em imprimir um ritmo melhor para as investigações, determinei que as pessoas a serem ouvidas fossem intimadas para prestarem seus depoimentos na delegacia de polícia civil de Ecoporanga que, como já dito, é a que possuía atribuição.

Essa tentativa rapidamente se mostrou fracassada. Sem veículos próprios e não existindo linhas de ônibus que realizem diretamente o trajeto Água Doce do Norte x Ecoporanga, as pessoas eram obrigadas a pegar um ônibus até o município de Barra de São Francisco e de lá outro para Ecoporanga. Mais do que o tempo despendido, a dificuldade era financeira. O gasto era considerável para muitas famílias que recebiam a intimação. Aliás, no momento em que eram intimados, alguns cidadãos água-docenses já colocavam a questão para a equipe de investigação. Ao serem

cientificados de que não havia delegacia da polícia civil na cidade, muitos pediam para que as inquirições fossem realizadas em Barra de São Francisco, cidade que fica a apenas aproximadamente 20 quilômetros de distância, o que acarretava em uma economia de tempo e dinheiro, afinal, bastava um único ônibus, sem contar que era mais fácil conseguir uma carona. Diante dessa realidade, que acabava por atrasar as investigações, algumas oitivas eram realizadas em Barra de São Francisco e outras, diante da total impossibilidade do cidadão sair do município, fazíamos em Água Doce do Norte, utilizando, então, a estrutura da polícia militar.

A delegacia de polícia civil de Ecoporanga/Água Doce do Norte, funciona no centro de Ecoporanga, de segunda a sexta-feira, no horário de 8 horas às 18 horas. Nas noites, madrugadas, finais de semana, feriados e ponto facultativo, as ocorrências eram encaminhadas para a 14ª Delegacia Regional de Barra de São Francisco, que funcionava diuturnamente, com 4 equipes de plantão, além do pessoal do expediente. A equipe de plantão era composta por um delegado de polícia, um escrivão e dois investigadores. Nos finais de semana, era comum o reforço de mais um policial em razão do aumento da demanda e da necessidade de transportar presos ao presídio, que também ficava distante.

Nesse plantão atuei por mais de dois anos, acumulando as funções. Quando não estava no plantão em Barra de São Francisco, possivelmente seria encontrado na Delegacia de Ecoporanga ou em alguma diligência em Água Doce do Norte.

Nessa época, durante o funcionamento do citado plantão, recebi ocorrências de vários municípios do noroeste capixaba, como Água Doce do Norte, Águia Branca, Barra de São Francisco, Ecoporanga, Mantenópolis, São Domingos do Norte e São Gabriel da Palha. Ali foi mais um aprendizado. Além do convívio com os munícipes de Barra de São Francisco, nos plantões estava sempre em contato com moradores e policiais militares de diversos municípios, sempre observando suas características e escutando suas dificuldades.

Em Barra de São Francisco, por inúmeras vezes substituí o delegado regional em suas férias ou outro afastamento qualquer. Nessas ocasiões, exercia a função de chefe da 14ª Delegacia Regional, sendo as atribuições de Águia Branca a mim estendidas nesse período, já que o delegado titular de Ecoporanga respondia também por aquele município.

Então, minhas relações já profundas com Barra de São Francisco, passaram a se aprofundar com Águia Branca. No mesmo sentido, substituindo o respectivo

delegado titular, já respondi pela delegacia de Mantenópolis. Em Mantenópolis, como em alguns outros dos citados municípios, fiz grandes amigos e também estive presente com uma boa frequência.

Vindo de Ecoporanga ou de Barra de São Francisco, uma incômoda dificuldade é o acesso até Mantenópolis, que ocorria por estrada de terra, bastante íngreme em vários trechos. Lembro-me de algumas vezes, em minhas folgas, ter deixado de participar de encontros com amigos em razão de chuva. Não que eu fosse de açúcar, como dizia minha falecida mãe, mas em razão das dificuldades que seriam encontradas ao enfrentar o barro sem um carro com tração nas quatro rodas.

Também conheci de perto a cidade de Nova Venécia. Por lá atuei como professor universitário por pouco mais de dois anos. Nesse período pude conviver com pessoas de vários municípios do noroeste do estado. Como os municípios vizinhos não tinham universidades instaladas, a opção mais próxima para moradores de diversas cidades era realizar o curso desejado na faculdade de Nova Venécia. Essa uma característica local desconhecida por mim, que morei no Rio de Janeiro e por lá fiz meu curso de Direito. Inclusive, por uns dois anos fiz o curso no próprio bairro em que morava. Mas a realidade no interior é diversa. Diariamente, alunos rodavam dezenas de quilômetros em busca de melhorar sua capacitação. O acesso à faculdade se mostrava difícil já que, mesmo conseguindo acessar algum programa de fomento ao estudo, como, por exemplo, o FIES, o aluno tinha que pagar o ônibus, que era alugado e administrado pelos próprios alunos e apresentava um valor que não se mostrava acessível para todos.

Nessas andanças, conheci muito da região. Entretanto, além de conhecer o povo, seus hábitos e costumes, além de vivenciar a cultura local, no meu dia a dia na atividade policial me deparei com muitas dificuldades, algumas inclusive já citadas nesse capítulo. Essas dificuldades constantemente me faziam refletir, pois facilmente poderiam desaparecer.

Em certa ocasião, durante o cumprimento de um mandado de busca e apreensão domiciliar em uma residência localizada em uma fazenda na zona rural, havia chovido bastante na noite anterior. Quando finalmente nos aproximamos do nosso objetivo, havia uma pequena subida. A equação barro mais ladeira resultou em uma viatura patinando e sem conseguir acesso ao local. A solução pensada em segundos foi a de deixar um policial tomando conta da viatura enquanto o resto da

equipe corria em direção à casa do alvo, antes que ele percebesse a movimentação e empreendesse fuga.

Nessas operações, a rápida chegada ao local pode ser o fator decisivo para o sucesso da missão. Todavia, constantemente nos deparávamos com fatores nem tão inesperados. Além dos já citados atoleiros, porteiras fechadas com cadeado e correntes eram obstáculos que nos faziam perder bastante tempo, o que não aconteceria se tivéssemos dentro da viatura um alicate tesoura, para cortar, quando necessário, esses cadeados e correntes.

Não com a mesma frequência, mas sem poder afirmar-se ser raro, nos deparávamos com troncos de árvores caídos nas pistas de terra, chamadas estrada de chão. Sem uma motosserra conosco e sem um cabo de aço para tentar arrastar, a solução era buscar uma via alternativa que nos levasse ao destino. O cabo de aço, por sinal, também teria grande valia para as hipóteses em que alguma viatura ficasse atolada no barro.

Em um caso de grande repercussão, que envolveu crime sexual e lesão corporal seguida de morte, após identificarmos o autor dos fatos, conseguimos descobrir que ele estava se escondendo em uma mata extensa. Com um efetivo reduzido, realizamos a busca, mas não obtivemos êxito. Nessa ocasião, em que passamos vários dias na procura, muita falta me fez um veículo aéreo não tripulado (drone), especialmente se tivesse visão noturna. A diligência rapidamente seria concluída com a célere captura do criminoso. O drone, aliás, teria uma função de auxiliar no próprio patrulhamento realizado pela polícia militar, já que ele encurtaria distâncias, sem contar que alcançaria áreas de difícil acesso.

A escassez de efetivo é uma realidade em quase toda a polícia brasileira. Todavia, no noroeste capixaba, região objeto desse trabalho, em razão de uma zona rural bastante extensa, nenhum efetivo seria suficiente, já que nos deparamos com uma dificuldade enorme de comunicação. Em muitos locais não há sinal de celular e tampouco internet e nossas viaturas não contam com rádio comunicador. A instalação de rádios via satélite, nesses locais, se mostra uma necessidade muito mais urgente do que a encontrada na capital, onde na maioria das vezes pode se contar com celular e internet em funcionamento.

Em algumas situações, mesmo acompanhado de policiais nascidos nos respectivos municípios, me deparei com grande dificuldade para localizar residências. Ao entrarmos nas áreas rurais, praticamente não existem placas de sinalização. São

diversas bifurcações em áreas que raramente passamos. Nesse momento, o policial da grande Vitória pensa “deixa eu usar o aplicativo de localização por GPS que ele nos guia até o ponto desejado”. Não é o caso. Além de não reconhecer diversas estradas, o aplicativo precisa de internet para fazer a busca, mesmo que depois funcione off-line, mas nem sempre contamos com esse valioso instrumento. Nesse ponto, o desenvolvimento de um software que mostrasse em tempo real a posição das viaturas e o mapa do local seria de grande valia. Mais simples que isso, a colocação de placas de sinalização padronizadas, identificando os locais e as propriedades seria uma medida de pouca complexidade e de grande efeito no trabalho policial. A conta é simples: tempo perdido em uma simples identificação de local é tempo subtraído das investigações.

No momento em que escrevo esse texto, a delegacia de Ecoporanga está passando por uma reforma. Atualmente ela conta com um veículo 4x4. O número de policiais aumentou. Em resumo, melhorias são notadas, mas muitas dificuldades ainda são enfrentadas, muitas delas experimentadas se não exclusivamente no interior, ao menos lá com frequência tão mais considerável que, a meu sentir, mostra a necessidade de um estudo do local para a realização de coleta e análise de dados e posteriormente a elaboração de um plano de segurança para o noroeste capixaba. Partindo dessa premissa e certo de que a pretensa verdade não pode ter como base unicamente as impressões oriundas da minha experiência, fui buscar então entender como pensam os delegados de polícia civil que atuam nas delegacias dos municípios do noroeste do estado do Espírito Santo.

CAPÍTULO 3

AS DIFICULDADES ENFRENTADAS PELA POLÍCIA CIVIL NA VISÃO DOS DELEGADOS DA REGIÃO

Com a missão de elucidar crimes, a Polícia Civil exerce um papel vital na segurança pública. Chefiadas por delegados de polícia, nas delegacias se desenvolvem intensos trabalhos de investigação na busca de justiça. No entanto,

nessa rotina são encontradas diversas dificuldades que impactam diretamente na resolução dos crimes ocorridos.

Na estrutura da polícia civil do estado do Espírito Santo há uma divisão territorial por Superintendência, abrangendo as Superintendências noroeste, norte, serrana, metropolitana e sul. Hierarquicamente, logo abaixo da Superintendência encontramos suas respectivas Delegacias Regionais. Por sua vez, as delegacias distritais e municipais posicionam-se abaixo das Regionais. Estando todos subordinados ao Gabinete do Delegado Geral, essa organização (Superintendência – Delegacia Regional – Delegacia distrital ou municipal) possibilita uma atuação direcionada às necessidades locais.

A região noroeste do estado do Espírito Santo, objeto desse estudo, apresenta algumas peculiaridades. A título de exemplo, a 14ª Delegacia Regional de Barra de São Francisco, por ser uma Delegacia Regional classificada como “Tipo 3”, não possui delegacias especializadas. A especialização nas investigações criminais contribui sobremaneira para o êxito na elucidação das infrações penais. Aliás, é sempre válido destacar que a descoberta da autoria e da materialidade delitiva possibilita não apenas a punição do autor do fato, mas também, muitas vezes, a recuperação do objeto do crime, o ressarcimento à vítima ou ao erário etc.

Para melhor entender essas dificuldades, foram entrevistados os 3 delegados chefes das Delegacias Regionais de Polícia Civil existentes na Superintendência de Polícia Regional Noroeste. As citadas Delegacias Regionais estão localizadas nos municípios de Barra de São Francisco (14ª Delegacia Regional), Colatina (15ª Delegacia Regional) e Nova Venécia (17ª Delegacia Regional). Nessa ocasião, foram identificadas as agruras que os atingem e as propostas de solução.

Após contato prévio via aplicativo WhatsApp, as entrevistas foram agendadas de acordo com a disponibilidade do entrevistado. Por questões logísticas, as entrevistas foram realizadas por telefone, observando-se criteriosamente a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, iniciando-se as perguntas somente após a concordância.

Coletados os dados, eles foram analisados com observância do conceito de “análise de conteúdo” (BARDIN, 2011). A metodologia eleita que, conforme dito anteriormente, pode ser aplicada em diversas formas de comunicação, traz a previsão de três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados –

inferência e interpretação. Buscou-se observar as quatro regras propostas pela autora: exaustividade, representatividade, pertinência e homogeneidade.

A partir desse estudo qualitativo, as minhas ideias, decorrentes da experiência acumulada ao longo de pouco mais de seis anos em que estive à frente de delegacias de polícia civil localizadas na região noroeste do estado do Espírito Santo, foram somadas às ideias dos entrevistados, sendo essa a base para a elaboração do questionário apresentado a todos os delegados de polícia civil localizados em unidades policiais do local objeto desse estudo.

Nessa etapa quantitativa da pesquisa, o questionário, que foi respondido por vinte delegados de polícia, restou dividido em três partes.

A primeira teve como objetivo identificar o perfil dos pesquisados, que responderam perguntas sobre tempo no cargo, experiência em outro cargo na polícia civil, gênero, faixa etária, formação acadêmica, locais de atuação na região noroeste e acumulação de delegacias.

Já a segunda parte visou identificar se pontos específicos eram reconhecidos como dificuldades enfrentadas pelos entrevistados. Aqui foram elaboradas questões fechadas acerca de situações supostamente peculiares e supostamente ensejadoras de dificuldades por eles enfrentadas na resolução de inquéritos policiais. Adotando a escala *Likert*, as respostas consistiam na avaliação dentro de escala de valores entre um e cinco, indicando como 1 dificuldade inexistente; 2 dificuldade raramente existente; 3 dificuldade existente; 4 dificuldade muito existente; 5 dificuldade sempre existente.

A terceira etapa do questionário objetivou que os respondentes avaliassem a eficácia potencial de propostas de soluções apresentadas. Nesse ponto, também foram elaboradas questões fechadas e adotada a escala *Likert*, sendo que as respostas consistiam na avaliação dentro de escala de valores entre um e cinco, indicando como 1 ineficaz; 2 pouco eficaz; 3 eficaz; 4 muito eficaz; 5 extremamente eficaz. Por fim, foi apresentado um campo específico aberto para que o entrevistado pudesse expor ideias eventualmente não contempladas no questionário.

Nessa etapa da pesquisa o método eleito foi o *Survey*, tendo sido utilizado um questionário predefinido, com o objetivo de reunir as percepções quantitativas de um grupo de pessoas (FREITAS; OLIVEIRA; SACCOL; MASCAROLA, 2000) tendo sido utilizadas questões abertas e fechadas, nas quais os entrevistados escolheram as respostas dentro da escala de valores apresentadas.

A partir dos resultados obtidos, foram elencadas as deficiências que revelam a necessidade de um plano de segurança pública específico, confirmando a hipótese motivadora do início dos estudos. No ponto, se tratando de pesquisa qualitativa e quantitativa, o objetivo não foi de meramente contabilizar os entrevistados e suas opiniões, mas sim entender e explorar a gama de opiniões e suas diversas representações (BAUER e GASKELL, 2004).

As respostas do questionário foram categorizadas e inseridas em planilha, sendo os dados coletados transformados em percentuais, visando a obtenção de um panorama geral das opiniões.

Antes da confecção do questionário, realizou-se um pré-teste com o objetivo de verificar a necessidade de realizar ajustes nas redações das questões apresentadas. Esse questionário foi submetido à resposta de dois delegados de polícia, sendo que, visando não contaminar a pesquisa, nenhum deles compõe o universo dos entrevistados. Importante salientar que ambos já atuaram no norte e no noroeste capixaba.

Foram enviados 20 questionários eletrônicos via e-mail (formulário Google), sendo todos respondidos, não tendo sido nenhum questionário descartado. Dos 20 delegados de polícia que responderam ao questionário, a maioria (60%) possui mais de 06 anos de serviço como delegado de polícia, sugerindo uma sólida experiência na área. Dos delegados entrevistados, 45% atuam na região noroeste do estado do Espírito Santo por até cinco anos, 35% de seis a dez anos, 10% de 11 a 15 anos e 10% atua na localidade por mais de 20 anos. Esses últimos números demonstram um equilíbrio com relação ao período em que as autoridades policiais entrevistadas comandam delegacias de polícia no território pesquisado.

Quanto ao gênero, não houve uma divisão equitativa, já que 85% dos respondentes se declararam como pertencentes ao sexo masculino, ao passo que os 15% restantes responderam ser do sexo feminino. No ponto, vale registrar que havia um campo com a opção “Outros”, que não foi selecionado. No que tange à faixa etária, a maioria (85%) está na faixa dos 31 aos 50 anos. Todos os participantes possuem formação em Direito, requisito essencial para o exercício da função de delegado de polícia civil, e 75% possuem especialização, não existindo entre os entrevistados mestres e doutores.

Quando questionados sobre serem, ou não, responsáveis por mais de uma delegacia, 55% relatou responder por apenas uma unidade policial, 20% por duas e

25% por três, não tendo o campo representativo de quatro ou mais delegacias sido selecionado. Vale registrar que o fato de um delegado de polícia exercer suas atribuições simultaneamente em mais de uma delegacia é chamado de “acumulação”, ou seja, a autoridade policial acumula as atribuições de mais de uma delegacia.

Na região noroeste alguns municípios possuem mais de uma delegacia, como é o caso de Colatina, que possui especializadas (exemplo, delegacia de homicídios e proteção à pessoa), enquanto em outros, a maioria, aliás, somente existe uma unidade policial, como é o caso de Águia Branca. Existem, ainda, municípios que sequer possuem uma estrutura física de delegacia da polícia civil, como ocorre com Água Doce do Norte.

Questionados com a pergunta “Caso você acumule delegacias (mesmo que a delegacia não possua espaço físico próprio), alguma acumulação ocorre em delegacias de municípios distintos?”, 40% responderam sim, ou seja, quase metade dos delegados de polícia em atuação na região noroeste está rotineiramente em deslocamento entre municípios distintos para exercer as atribuições que lhe foram conferidas. Esses deslocamentos muitas vezes são distantes, conforme demonstrei no capítulo anterior ao relatar o exercício de minhas funções nos municípios de Água Doce do Norte e Ecoporanga.

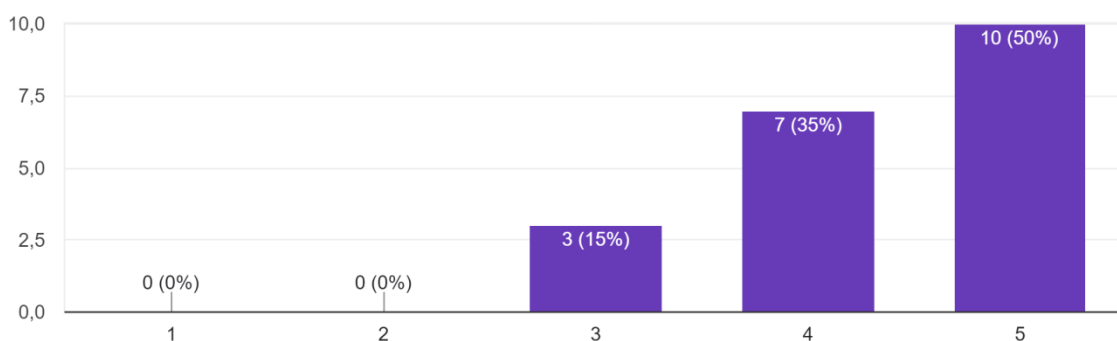
Com as respostas citadas nos parágrafos anteriores do presente capítulo, podemos observar o perfil dos entrevistados (tempo no cargo, experiência em outro cargo na polícia civil, gênero, faixa etária, formação acadêmica, locais de atuação na região noroeste e acumulação de delegacias). O passo seguinte é a análise da percepção dos delegados de polícia acerca das dificuldades peculiares da região.

Tanto os dados qualitativos, como os dados quantitativos, indicaram que, independentemente da delegacia em que atuam, as autoridades policiais apontam como um dos grandes desafios no enfrentamento à criminalidade na região noroeste a elucidação de crimes ocorridos em áreas rurais. Nesse sentido, 85% indicaram como dificuldade sempre existente (50%) ou muito existente (35%) quando levados a comparar a dificuldade na obtenção de elementos de informação entre infrações penais praticadas nas áreas rurais e urbanas. De fato, ao presidir inquéritos policiais que tinham por objetivo apurar autoria e materialidade de crimes praticados em áreas rurais, rapidamente observei as peculiaridades que envolviam a questão. Na grande maioria das vezes não encontramos imagens de câmeras que possam ter flagrado a ação criminosa ou, ao menos, a chegada ou saída dos autores do delito; os vizinhos

mais próximos não raras vezes residem em casas distantes, o que impacta diretamente na ausência de prova testemunhal; em diversas ocasiões sequer existe sinal de celular ou internet. Essas situações, utilizadas apenas para exemplificar, tornam a elucidação desses crimes bastante trabalhosa.

Maior dificuldade na obtenção de elementos de informação (provas) nas investigações de crimes ocorridos em áreas rurais se comparados com crimes praticados em áreas urbanas.

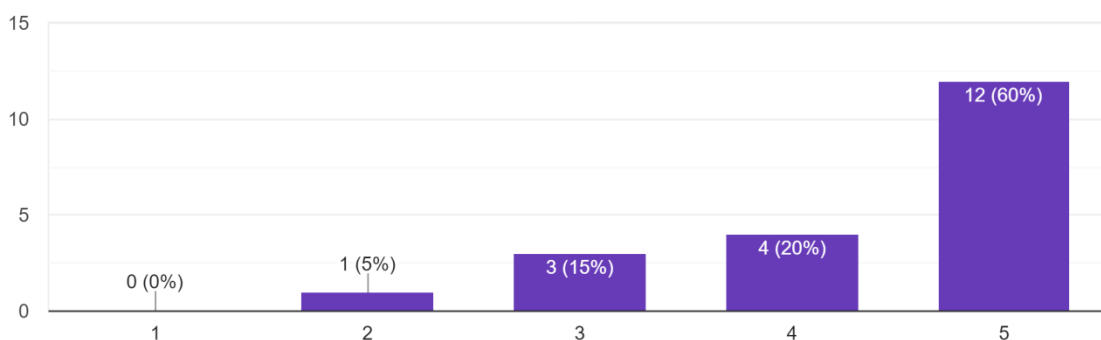
20 respostas



Não apenas a produção de elementos de informação é mais difícil na zona rural. De acordo com os entrevistados, são encontradas dificuldades logísticas no transporte e deslocamento em áreas rurais e de difícil acesso. Nesse sentido, 80% responderam ser essa uma dificuldade sempre (60%) ou muito (20%) existente.

Dificuldades logísticas no transporte e deslocamento em áreas rurais e de difícil acesso.

20 respostas

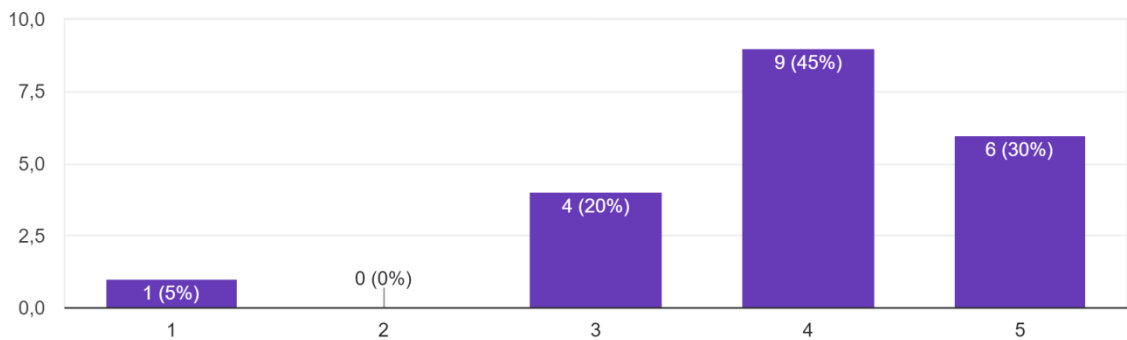


Ainda tratando das áreas rurais existentes nos municípios da região noroeste capixaba, os entrevistados foram indagados sobre a extensão da área rural em suas áreas de atuação, tendo apenas 5% dito não ser um problema. Os demais entrevistados disseram ser um problema existente (20%), muito existente (45%) e

sempre existente (30%). Não se pode olvidar que dos dez municípios capixabas com maior extensão territorial, metade está localizado na região noroeste do estado do Espírito Santo (Ecoporanga, Nova Venécia, Colatina, Montanha e Pinheiros).

Extensão territorial da área rural na sua circunscrição.

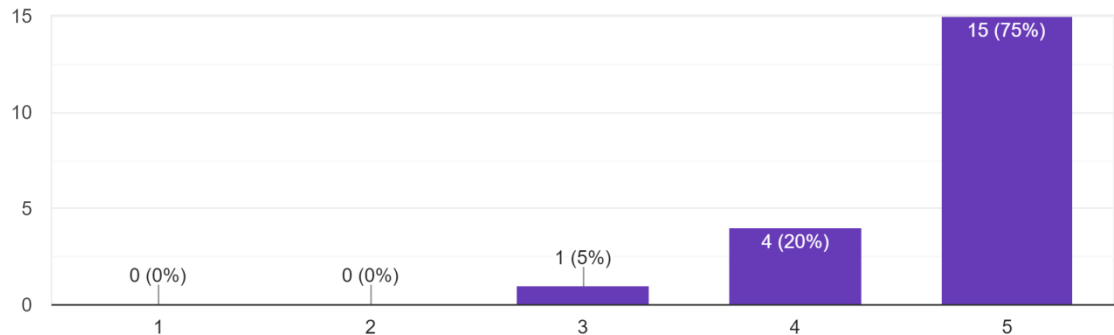
20 respostas



As peculiaridades encontradas na região noroeste não param por aí e merecem análise mais atenta. Em algumas ocasiões pude ouvir policiais dizendo coisas como “parece que somos duas polícias” ou “eles conseguem tudo e a gente nada”, sempre em alusão a um suposto tratamento desproporcional dado às delegacias da região noroeste capixaba se comparada com as da grande Vitória. Evidentemente, vários critérios são (ou deveriam ser) levados em conta aos se distribuir efetivo, viaturas, armamentos etc. Não obstante, pude perceber que entre os policiais da região noroeste havia um sentimento de ausência de observância de um critério objetivo e técnico que visasse buscar uma igualdade em sentido material. Incitado por essa percepção, solicitei aos delegados de polícia que analisassem a “Dificuldade na obtenção de recursos para investigações devido à priorização de recursos para a Grande Vitória”. A resposta, confesso, não me surpreendeu: para 75% dos respondentes essa é uma dificuldade sempre existente, e para 20% se trata de dificuldade muito existente, ou seja, 95% dos entrevistados entendem que uma priorização na distribuição de recursos para a capital do estado e seu entorno impacta diretamente na resolutividade de crimes.

Dificuldade na obtenção de recursos para investigações devido à priorização de recursos para a Grande Vitória.

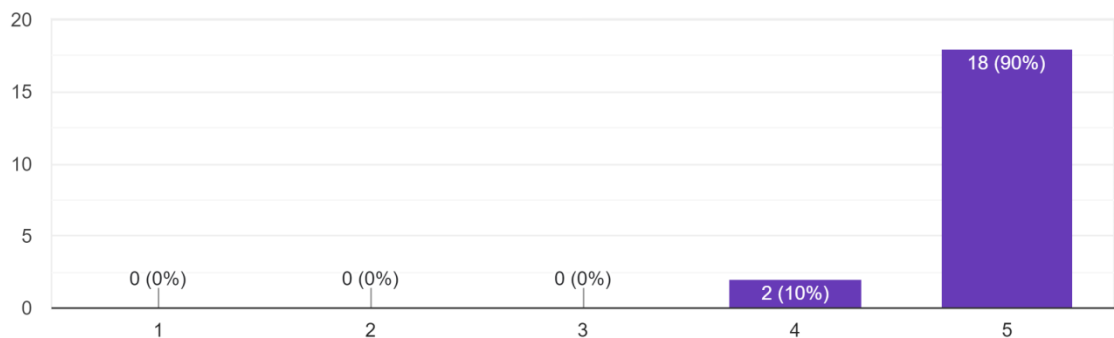
20 respostas



Ainda nessa linha, as autoridades policiais foram instadas a se manifestar sobre “Restrição do número de policiais devido à distribuição desigual de efetivo entre as delegacias da região noroeste e as da Grande Vitória”. Aqui mais uma vez foi possível observar a sensação experimentada pelos delegados de polícia, tendo 90% respondido que sempre há uma distribuição desigual dos policiais (dificuldade sempre existe), sendo esse certamente um dos fatores que agrava o déficit de efetivo da região.

Restrição do número de policiais devido à distribuição desigual de efetivo entre as delegacias da região noroeste e as da Grande Vitória.

20 respostas



No que tange às questões de efetivo, um importante relatório foi apresentado pelo Instituto Jones dos Santos Neves no ano de 2022. Conforme é verificado na introdução do citado relatório, o estudo foi realizado com vistas à análise acerca da redistribuição do efetivo existente:

Uma das grandes questões na gestão administrativa da polícia é como melhor alocar seus recursos humanos. A escassez policial e a defasagem em relação a um suposto efetivo ideal são temas recorrentes não só na administração pública, mas na imprensa e na sociedade. Porém, talvez mais importante do que aumentar a quantidade de policiais é fazer o bom uso do quadro existente, alocando-o da maneira mais eficiente. Na lógica econômica, lugares com maior demanda deverão ter maior oferta de efetivo. Mas como medir a demanda por policiais e, conseqüentemente, definir a melhor distribuição do efetivo?

Para tentar responder a essa pergunta, a Polícia Civil do Estado do Espírito Santo (PCES) publicou a Instrução de Serviço nº 022, de 19 de janeiro de 2022, criando um Grupo de Trabalho (GT) para a “realização de estudos para a indicação de critérios objetivos, baseados em indicadores, para a distribuição de efetivo, visando subsidiar o Delegado Geral quanto à gestão de recursos humanos”. Além de servidores da PCES, compuseram também o GT funcionários da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SESP), responsáveis pelas estatísticas criminais oficiais do estado, e uma equipe técnica do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), uma vez que o órgão já realizou trabalhos semelhantes produzindo uma metodologia específica apropriada para ajudar a solucionar a questão.⁵⁸

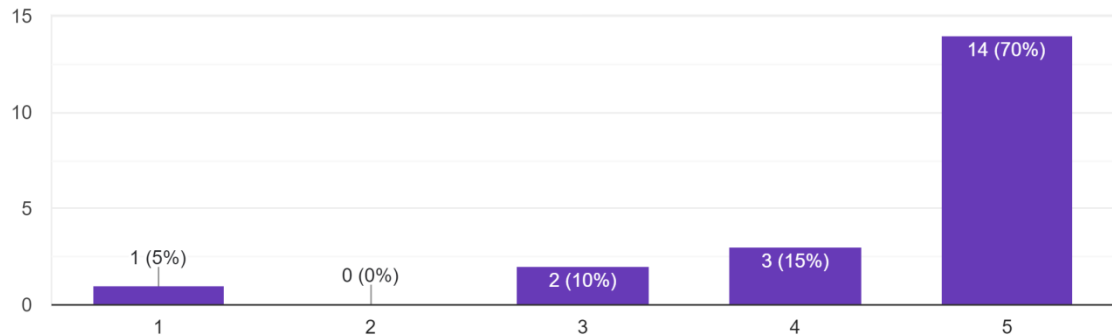
O referido estudo nos traz informações de extrema relevância, que não serão analisadas de maneira detalhada nessa dissertação por não ser o objetivo da pesquisa. Entretanto, percebe-se que, de maneira geral, o relatório apontou que há uma desproporcionalidade na distribuição de efetivo, sendo as delegacias localizadas na Grande Vitória privilegiadas nesse quesito. Essa constatação vai ao encontro das percepções dos entrevistados que, conforme já mencionado, afirmaram existir uma distribuição desproporcional e sinalizaram a existência de peculiaridades existentes no noroeste do estado do Espírito Santo que não vem sendo observadas, impactando na própria elucidação de crimes.

Muitas delegacias da região noroeste do estado do Espírito Santo contam com apenas um ou dois policiais. Aliás, ao serem questionados sobre esse ponto, 70% assinalaram ser essa uma dificuldade sempre existente, 15% muito existente, 10% existente e apenas 5% se manifestaram no sentido de não existir tal dificuldade.

⁵⁸ SANTO, GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO. **DO EFETIVO DA PCES**. 2022.

Delegacias localizadas na região noroeste do estado do Espírito Santo com apenas um ou dois policiais.

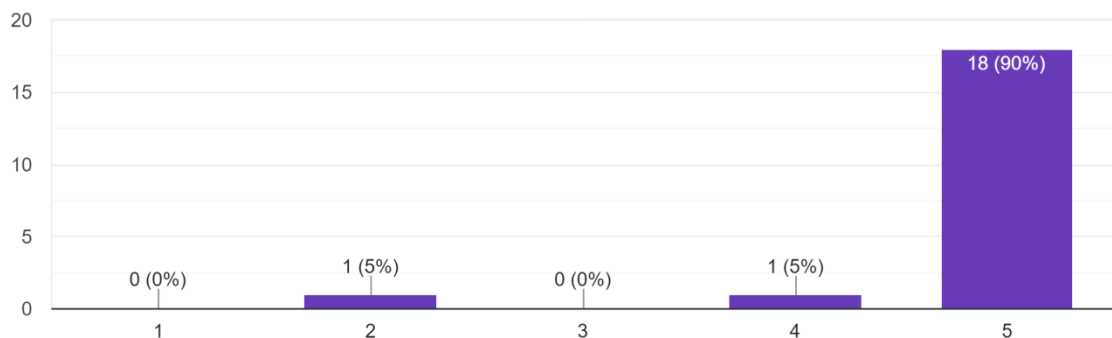
20 respostas



Conforme já demonstrado, foi possível observar que há uma percepção dos delegados de polícia no sentido de que enfrentam dificuldades diferentes da Grande Vitória. 90% dos respondentes afirmaram ser uma dificuldade sempre existente a distância elevada para a entrega de materiais a serem periciados, como aparelhos eletrônicos, drogas e armas. Nesse sentido, a igualdade na cota de combustível demonstra um desconhecimento da realidade. Enquanto as viaturas de algumas delegacias da capital circulam 10 ou 15 quilômetros para, por exemplo, encaminhar as drogas apreendidas para a perícia, no interior esse trajeto chega a passar de 600 quilômetros (ida e volta). Aqui o tratamento igual acaba desigualando os envolvidos. Aliás, importante destacar que 65% dos entrevistados entendem que restrições relacionadas à cota de combustível das viaturas é um problema sempre existente.

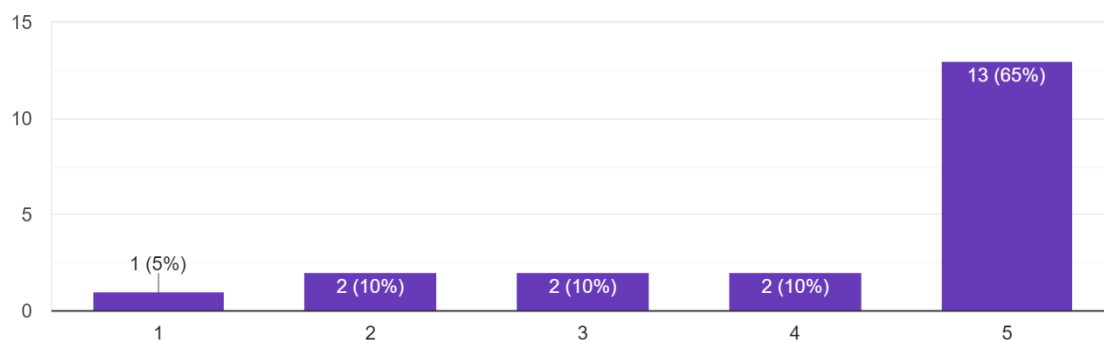
Distância elevada para a entrega de materiais a serem periciados, como aparelhos eletrônicos, drogas e armas.

20 respostas



Restrições relacionadas à cota de combustível das viaturas policiais.

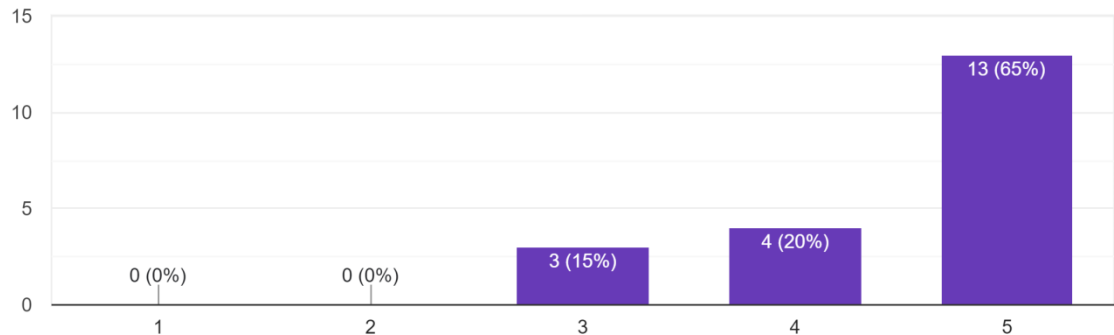
20 respostas



Parecida é a situação no transporte de presos devido à distância, muitas vezes existente, entre as delegacias de polícia e as unidades prisionais e de internação. Recordo que, durante minha passagem pela delegacia de polícia civil de Ecoporanga, ao efetuar uma prisão em flagrante de um homem, deveríamos entregá-lo no Centro de Detenção Provisória (CDP) de São Domingos do Norte, o que significava mais de 200Km de trajeto (ida e volta). Essa era a distância mais curta. Ou seja, a situação piorava se a prisão em flagrante fosse de uma mulher ou se o caso versasse sobre a apreensão de adolescente. Aqui cabe esclarecer alguns pontos. Existem municípios, como Colatina e São Domingos do Norte, que possuem CDP. Nesses casos, os presos em flagrante do sexo masculino, em regra, são encaminhados para tais locais. Em regra, pois se for a hipótese de preso pela prática de crime sexual o indivíduo será dirigido ao presídio de Xuri, em Vila Velha/ES. Tratando-se de presa em flagrante (sexo feminino), a mesma será encaminhada para Colatina. Sendo adolescente, homem é internado em Linhares e mulher em Cariacica. Na Grande Vitória a realidade é completamente diferente, já que encontramos Centros de Detenção Provisória e Unidades de Internação (UI), tanto para pessoas do sexo masculino quanto do sexo feminino, ou seja, aqui realmente o fato não será um problema. Já nas cidades da região noroeste capixaba, o problema com relação à distância na condução de presos será maior ou menor a depender do município, porém, nunca inexistente. Isso foi confirmado pelas respostas dos entrevistados, já que 15% afirmaram se tratar de um problema existente, 20% muito existente e 65% sempre existente. Percebe-se, portanto, que nenhum dos entrevistados relatou ser um problema inexistente ou pouco existente.

Dificuldade no transporte de presos devido à distância das unidades prisionais (presos, homens e mulheres) e socioeducativas (adolescentes apreendidos, homens e mulheres).

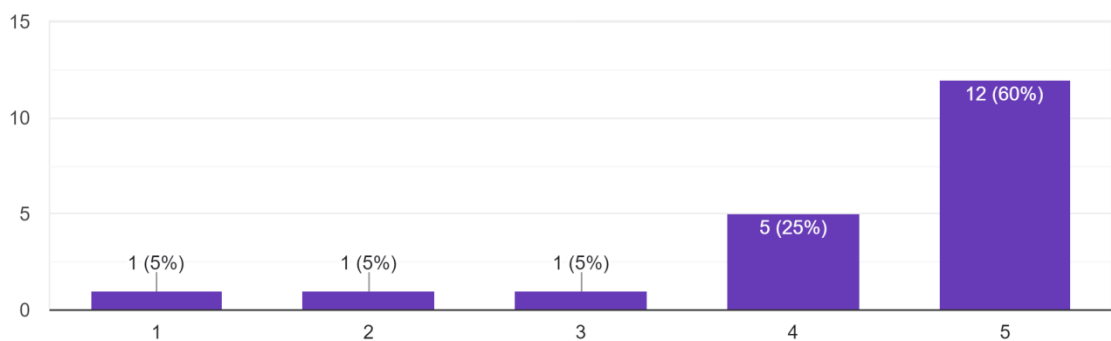
20 respostas



Outro aspecto identificado é o desejo de policiais deixarem a região para trabalhar na capital. Questionados acerca da existência de considerável número de policiais que desejam transferência para a capital, afetando a equipe disponível para investigações, 90% demonstraram enfrentar esse problema (60% afirmaram ser uma dificuldade sempre existente, 25% muito existente e 5% existente). O desejo de rumar à capital pode ser fruto de questões familiares, pessoais ou até mesmo de estrutura e condições de trabalho. Sem dúvida, esse tema que merece ser investigado.

Considerável número de policiais que desejam transferência para a capital, afetando a equipe disponível para investigações.

20 respostas

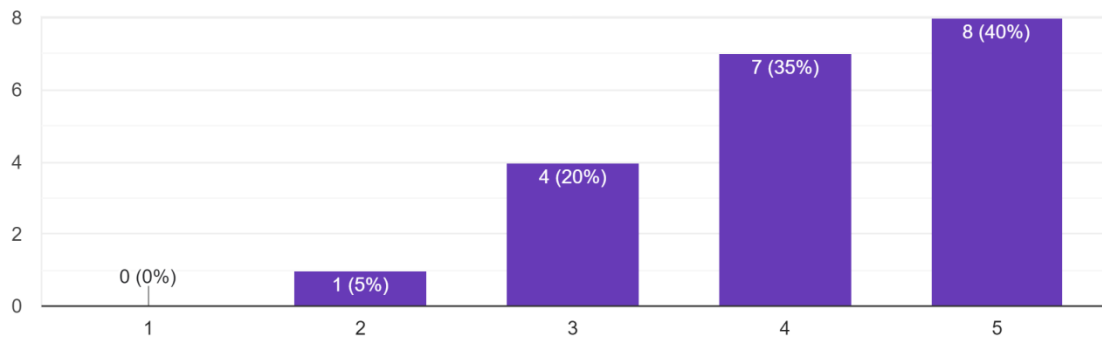


Ponto que merece destaque é o fato de que 40% entende ser uma dificuldade sempre existente e 35% muito existente quando questionados sobre um maior volume de trabalho nas delegacias da região noroeste do estado do Espírito

Santo se comparadas com as da Grande Vitória. Apenas 5% dos entrevistados relatou ser essa uma dificuldade pouco existente e ninguém selecionou a opção “dificuldade inexistente”.

Maior volume de trabalho nas delegacias da região noroeste do estado do Espírito Santo se comparadas com as da Grande Vitória.

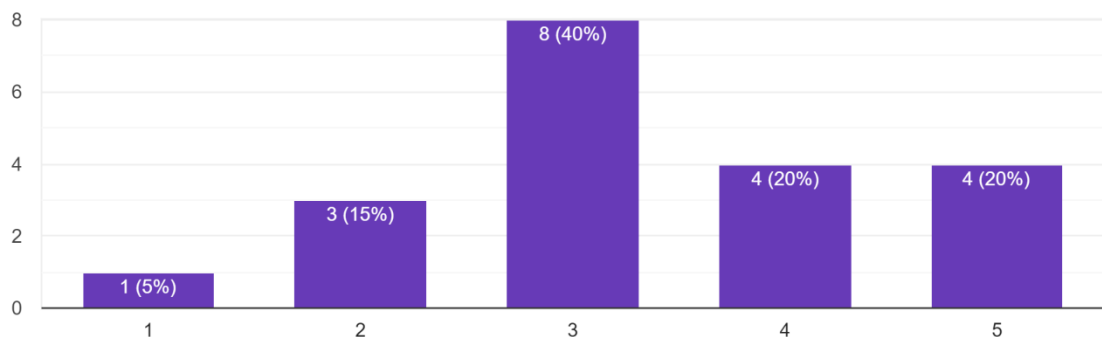
20 respostas



Das respostas apresentadas, observou-se divergência no quesito que indagava sobre a comunicação e coordenação entre as unidades policiais dispersas em uma ampla área geográfica, inclusive com relação a troca de informações de investigações entre as delegacias. Nesse sentido, 5% avaliaram esse ponto como dificuldade inexistente, 15% dificuldade raramente existente, 40% dificuldade existente, 20% dificuldade muito existente e 20% dificuldade sempre existente.

Dificuldade na comunicação e coordenação entre unidades policiais dispersas em uma ampla área geográfica, inclusive com dificuldade na troca de informações de investigações entre as delegacias.

20 respostas

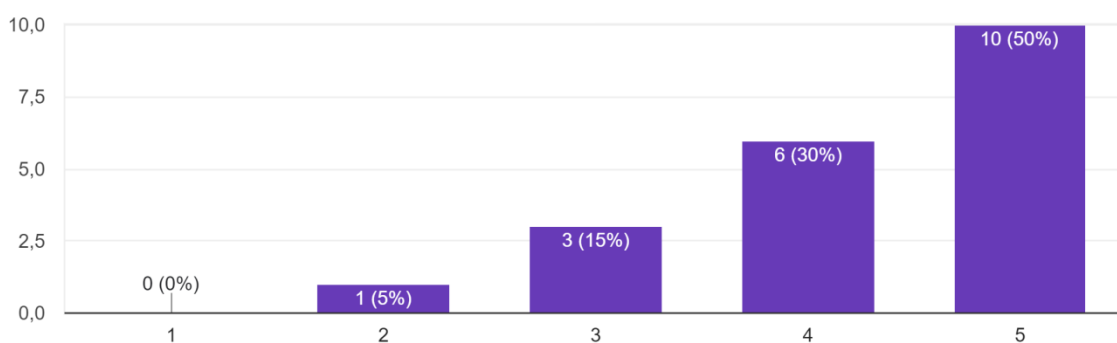


Uma considerável parcela dos delegados que atuam na região noroeste do estado do Espírito Santo entende que o efetivo é composto por policiais sem a

devida capacitação, com dificuldades para o pleno exercício de suas funções, como, por exemplo, análise de dados em quebra de sigilo bancário ou interceptação telefônica. Aqui, 15% defenderam ser essa uma dificuldade existente, 30% muito existente e 50 % sempre existente. Nenhuma das autoridades policiais entendeu não existir tal dificuldade e apenas 5% defendeu se tratar de dificuldade raramente existente.

Policiais sem a devida capacitação, com dificuldades para o pleno exercício de suas funções, como, por exemplo, análise de dados em quebra de sigilo bancário ou interceptação telefônica.

20 respostas

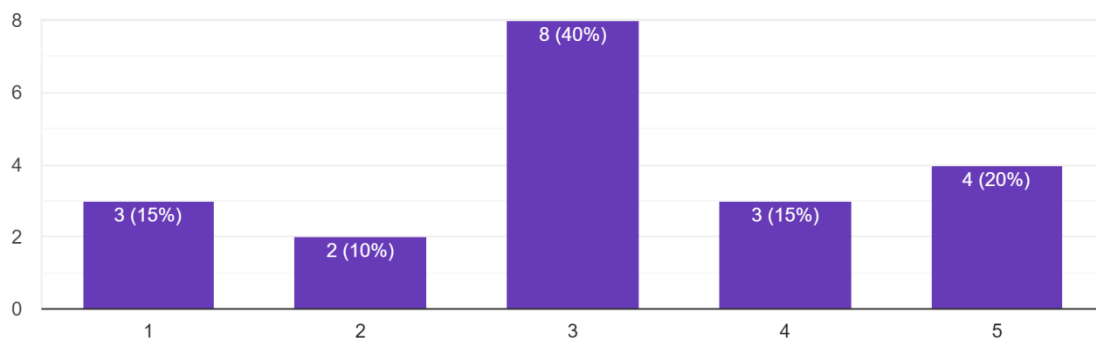


Pior que um efetivo policial reduzido é um efetivo policial reduzido e despreparado. Por mais que se invista em tecnologia, sem o devido treinamento aos policiais não será possível sentir impacto na qualidade e na resolutividade das investigações. É preciso investir em tecnologia, mas é preciso investir no material humano. Não são coisas excludentes. Ao contrário, são dois lados da mesma moeda.

No que tange à existência de municípios sem delegacia, observa-se uma menor percepção dos entrevistados em relacionar o fato com uma dificuldade enfrentada e hábil a impactar na conclusão das investigações por eles presididas. Nesse sentido, 15% avaliam como dificuldade inexistente, 10% dificuldade raramente existente, 40% dificuldade existente, 15% dificuldade muito existente e 20% dificuldade sempre existente.

Município da região noroeste sem delegacia.

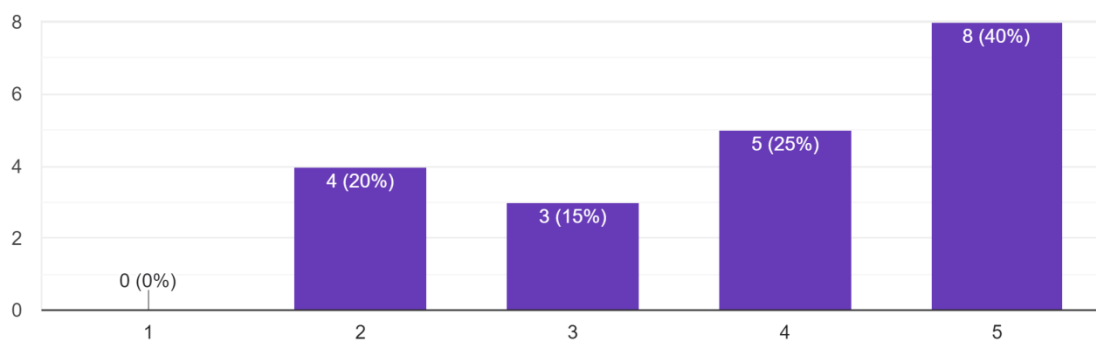
20 respostas



Questionados sobre limitação do número de veículos com tração 4x4 para atender áreas rurais e de difícil acesso, regiões sem sinais de telefone e de internet e viaturas sem rádio comunicador, os números foram bem parecidos:

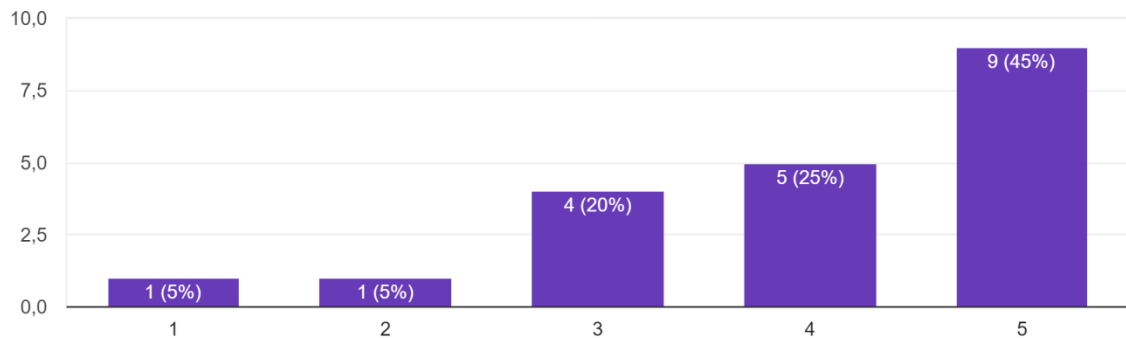
Limitação do número de veículos com tração 4x4 para atender áreas rurais e de difícil acesso.

20 respostas



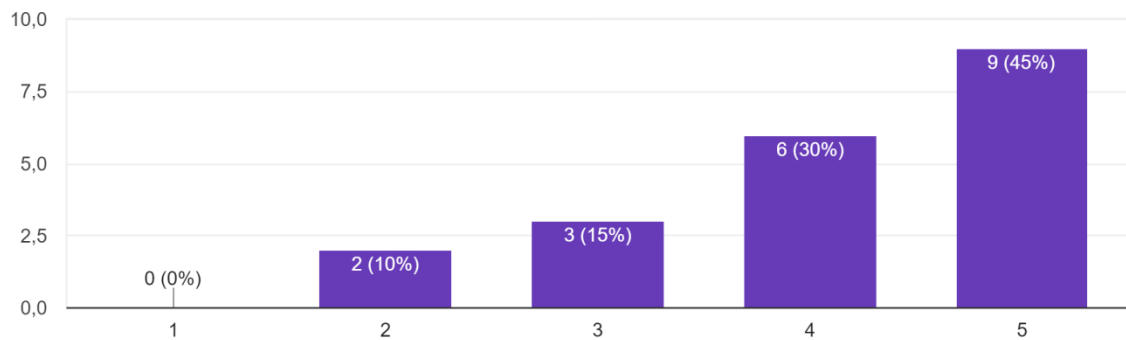
Regiões sem sinais de telefone e de internet.

20 respostas



Viaturas sem rádio comunicador.

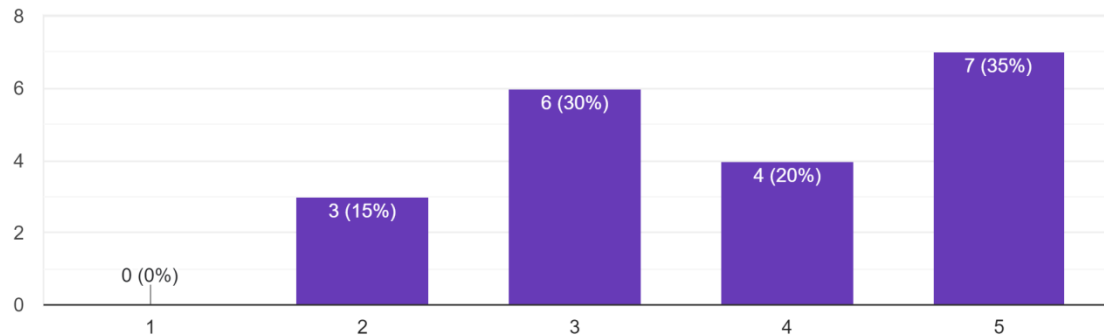
20 respostas



Por fim, a falta de estrutura adequada nos prédios policiais da região (por exemplo, estruturas precárias, falta de equipamentos) é visto como dificuldade pouco existente para 15% dos entrevistados, existente para 30%, muito existente para 20% e sempre existente na opinião de 35% dos respondentes.

Falta de estrutura adequada nos prédios policiais da região (por exemplo, estruturas precárias, falta de equipamentos).

20 respostas

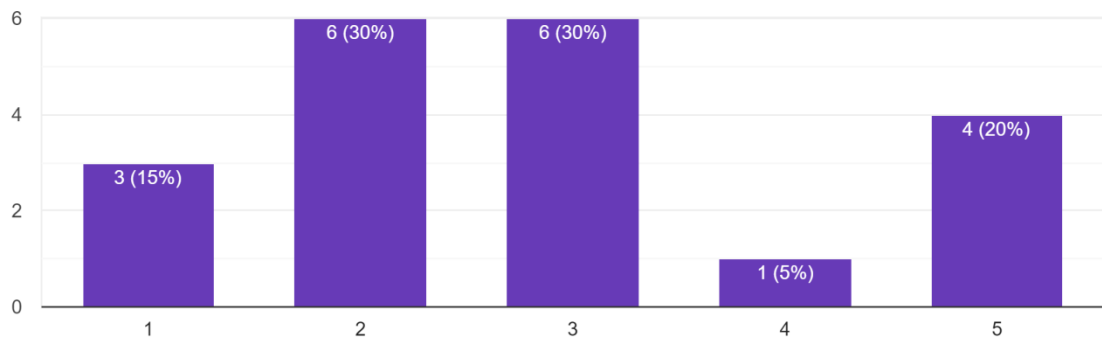


Após responderem às perguntas que objetivavam identificar as dificuldades peculiares da região noroeste, a etapa seguinte do questionário buscou que os entrevistados avaliassem a eficácia potencial de propostas de soluções apresentadas. Vale lembrar, nesse momento foram elaboradas questões fechadas e adotada a escala *Likert*, sendo que as respostas consistiam na avaliação dentro de escala de valores entre um e cinco, indicando como 1 ineficaz; 2 pouco eficaz; 3 eficaz; 4 muito eficaz; 5 extremamente eficaz.

A primeira proposta de solução apresentada foi a implementação de unidades móveis de polícia para atender áreas rurais e remotas. Nesse ponto, as opiniões encontraram um certo equilíbrio já que, enquanto 15% consideraram uma solução ineficaz, 20% afirmaram tratar-se de medida extremamente eficaz. O restante se posicionou entendendo ser medida pouco eficaz (30%), eficaz (30%) e muito eficaz (5%).

Implementação de unidades móveis de polícia para atender áreas rurais e remotas.

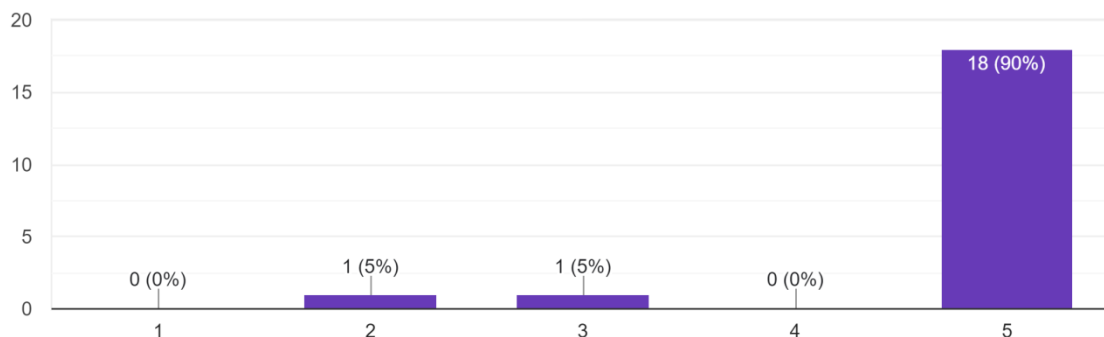
20 respostas



A redistribuição do efetivo, com policiais localizados na Grande Vitória sendo encaminhados para o interior do estado é vista como medida extremamente eficaz para 90% dos respondentes. Conforme já demonstrado, nesse sentido, em apertada síntese, foi a conclusão de um relatório apresentado pelo Instituto Jones dos Santos Neves no ano de 2022. Não obstante, conhecedores da realidade no sentido de que um relevante número de policiais localizados na região noroeste busca constantemente sua transferência para alguma delegacia de polícia da Grande Vitória, o incentivo à permanência de policiais na região noroeste, com a criação de benefícios, como uma gratificação pecuniária por distância da capital, foi apontado como extremamente eficaz por 85% dos entrevistados. Ambas as medidas se complementam já que redistribuir o efetivo e em poucos meses transferir policiais novamente para a Grande Vitória, sem observância de critérios técnicos, evidentemente, tornaria a medida ineficaz.

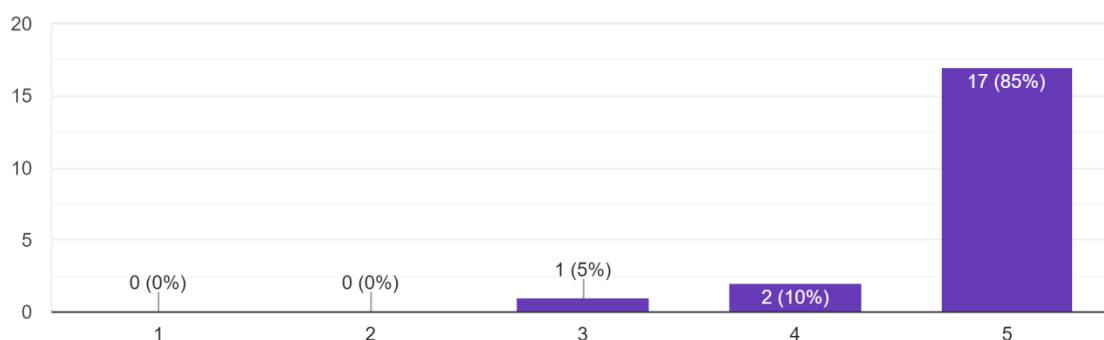
Redistribuição do efetivo, com policiais localizados na Grande Vitória sendo encaminhados para o interior do estado.

20 respostas



Incentivo à permanência de policiais na região noroeste, oferecendo benefícios, como uma gratificação pecuniária por distância da capital.

20 respostas

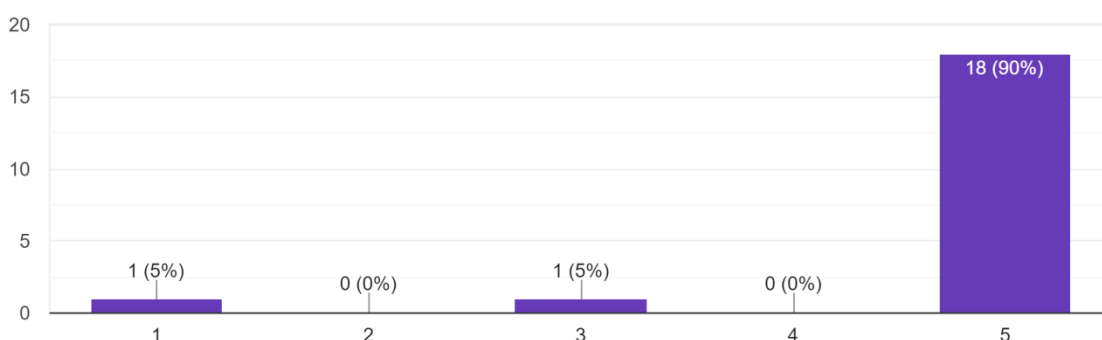


Para 90% dos entrevistados, a criação de um cargo com nível de escolaridade de 2º grau (ensino médio) para exercer atividades meio, que hoje são desempenhadas por investigadores e escrivães, é vista como medida com extremo potencial de eficácia. De fato, mesmo com o efetivo reduzido, é necessário, a título de exemplo, que se utilize ao menos um investigador para confeccionar as ocorrências (Boletins Unificados). Agentes de polícia e investigadores também exercem funções em setores meramente administrativos, como almoxarifado, por exemplo. A criação de um cargo de segundo grau que incorporasse algumas dessas atribuições meramente administrativas poderia desafogar escrivães, agentes de polícia e investigadores, que passariam a ter mais tempo para dedicarem-se à atividade fim. Assim, ainda exemplificando, o almoxarifado poderia contar com

menos policiais e mais servidores do cargo proposto; da mesma forma, nas delegacias de polícia esse novo servidor poderia ficar responsável por confeccionar os Boletins Unificados que atualmente, aliás, pode ser feito até mesmo de casa por qualquer pessoa. Perceba-se que certamente o custo desses novos servidores seria menor para o estado, gerando uma harmonia com os princípios que devem reger a Administração Pública.

Criação de um cargo com nível de escolaridade de 2º grau para exercer atividades meio que hoje são desempenhadas por investigadores e escrivães.

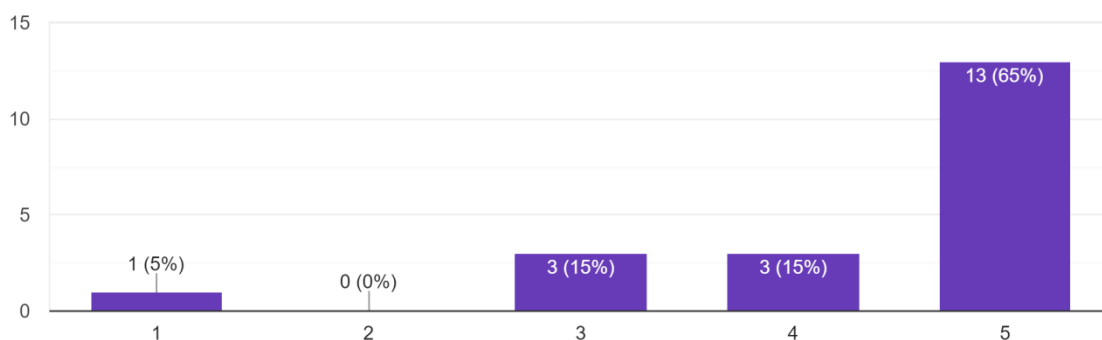
20 respostas



A criação de escola com turmas permanentes e de frequência obrigatória e periódica, para a capacitação dos policiais, é vista como medida extremamente eficaz para 65% dos entrevistados, muito eficaz para 15%, eficaz para outros 15% e apenas 5% considerou potencialmente ineficaz a solução apresentada.

Criação de escola com turmas permanentes e de frequência obrigatória e periódica, para a capacitação dos policiais.

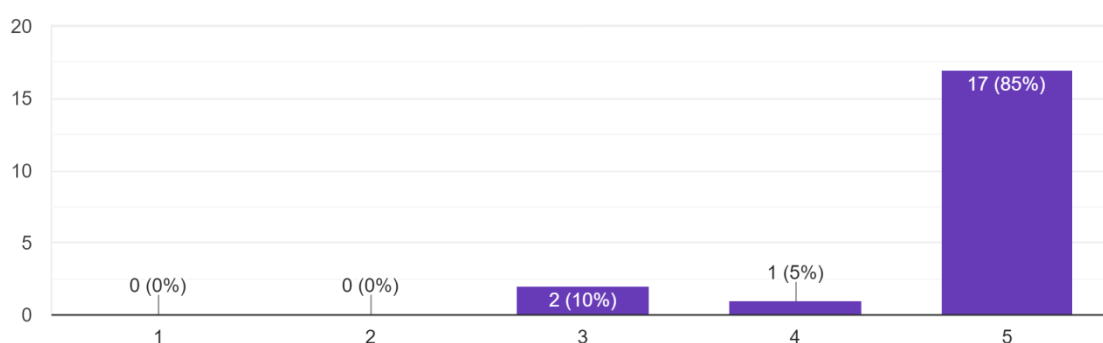
20 respostas



A grande maioria dos entrevistados (85%) entendeu como medida extremamente eficaz a melhoria da infraestrutura dos prédios policiais, incluindo reparos e atualização de equipamentos. Embora essa melhoria tenha sido apontada como relevante, os respondentes não esqueceram que alguns municípios sequer possuem delegacia de polícia. Não por outro motivo a construção de delegacias (estrutura física) nos municípios da região noroeste que não possuem unidades policiais próprias, como é o caso de Água Doce do Norte, é uma solução extremamente eficaz para 80% dos entrevistados.

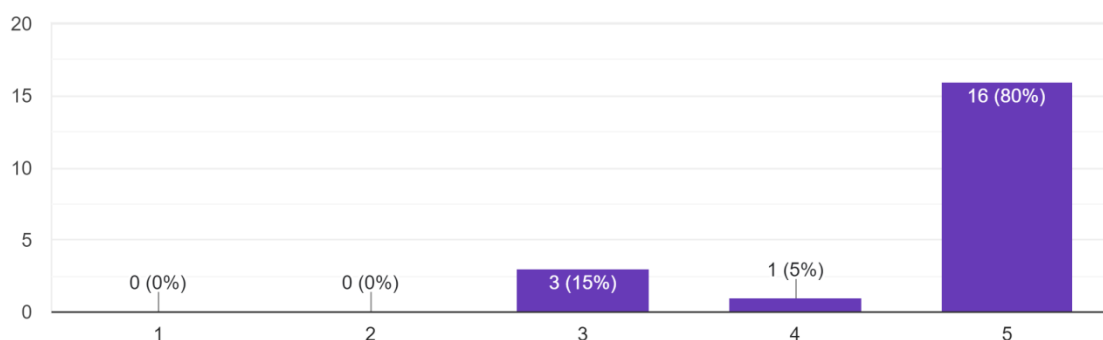
Melhoria da infraestrutura dos prédios policiais, incluindo reparos e atualização de equipamentos.

20 respostas



17. Construção de delegacias (estrutura física) nos municípios da região noroeste que não possuem unidades policiais próprias.

20 respostas

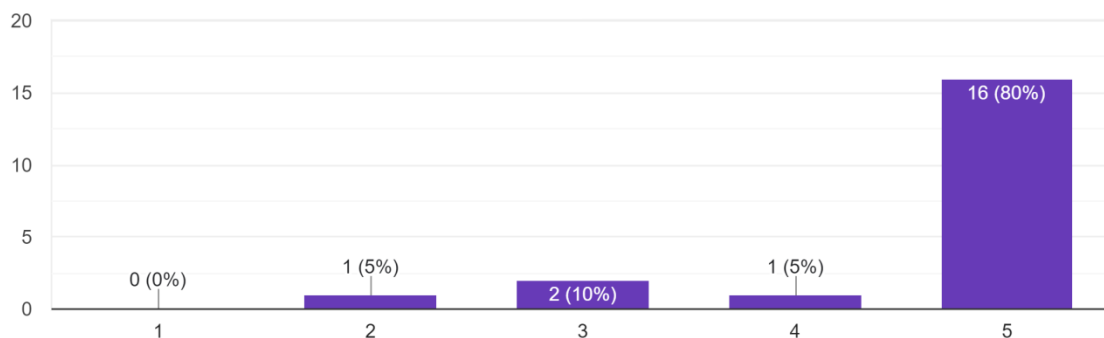


Para 80% dos entrevistados a criação de orçamento específico destinado à região noroeste, para garantir recursos adequados para investigações, é medida extremamente eficaz. Já o estabelecimento de uma rede de comunicação eficaz

entre unidades policiais, com compartilhamento de informações é, na opinião de 75% dos delegados de polícia respondentes, uma medida extremamente eficaz.

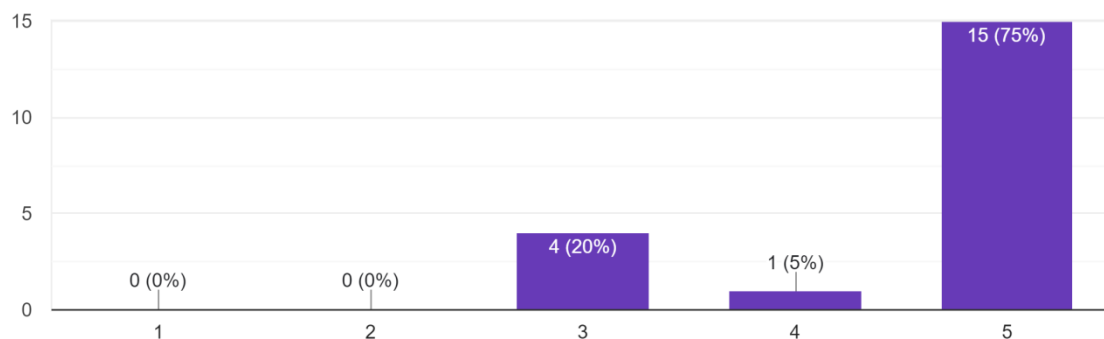
Criação de orçamento específico destinado à região noroeste para garantir recursos adequados para investigações.

20 respostas



Estabelecimento de uma rede de comunicação eficaz entre unidades policiais, com compartilhamento de informações.

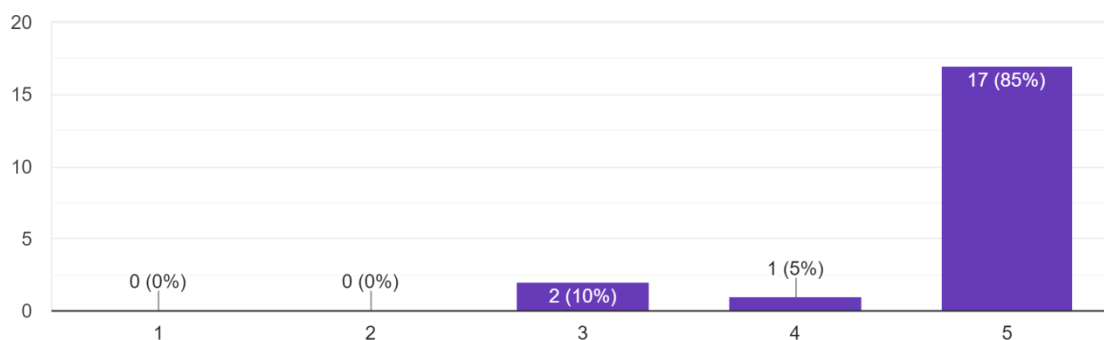
20 respostas



O investimento em veículos e equipamentos adaptados para deslocamento em áreas rurais é visto como eficaz por 15%, muito eficaz por outros 15% e extremamente eficaz por 70%. Já a instalação de radiocomunicador via satélite nas viaturas caracterizadas é apontada como extremamente eficaz por 85% dos respondentes.

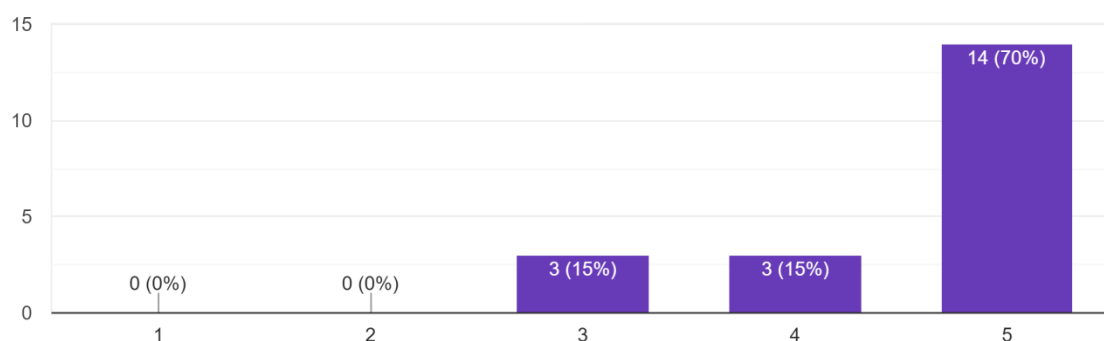
17. Instalação nas viaturas caracterizadas de radiocomunicador via satélite.

20 respostas



Investimento em veículos e equipamentos adaptados para deslocamento em áreas rurais.

20 respostas

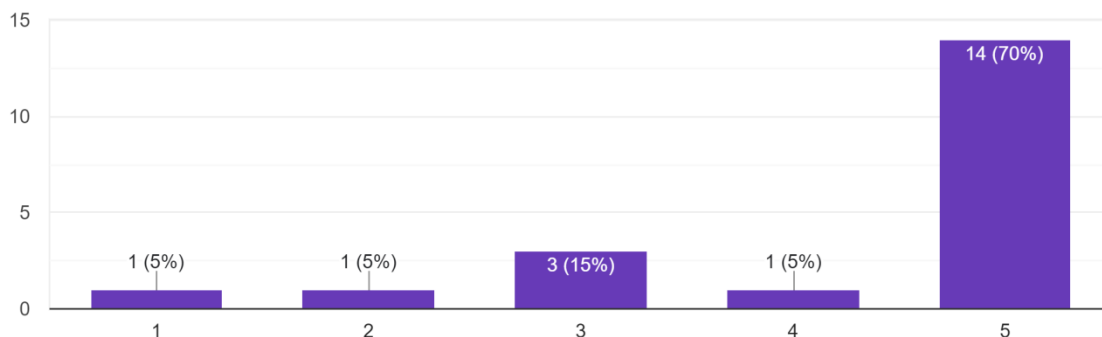


Não são muitos os veículos 4X4 existentes na região. A questão, entretanto, não se limita a viaturas tracionadas. O terreno acidentado e as estradas de chão, comumente com barro, exigem outros equipamentos, como pneu apropriado para o terreno, apenas para exemplificar. Todavia, o veículo que fica na Grande Vitória possui as mesmas especificações do que é destinado ao atendimento de áreas rurais. Aqui, mais uma vez o tratamento igual (igualdade em sentido meramente formal) tem o condão de aumentar a desigualdade.

A ampliação da atribuição de algumas delegacias especializadas da Grande Vitória (exemplo: delegacia de repressão a crimes cibernéticos, de defesa do consumidor e de acidente de trabalho) para englobar crimes praticados no noroeste capixaba foi vista como solução extremamente eficaz para 70%, muito eficaz 5%, eficaz 15%, pouco eficaz 5% e ineficaz 5%.

Ampliação da atribuição de algumas delegacias especializadas da Grande Vitória (exemplo: delegacia de repressão a crimes cibernéticos, de d...englobar crimes praticados no noroeste capixaba.

20 respostas



Por fim, no campo aberto para observações adicionais, foram tecidos alguns elogios tanto à iniciativa da pesquisa como a algumas das propostas de soluções, sendo ainda tecidos comentários sobre a necessidade de realização de concurso público periódico, possível ausência de conhecimento da “cúpula superior” de alguns dos problemas enfrentados e possibilidade de criação, nas delegacias regionais, de mais delegacias especializadas, citando-se, como exemplo, a criação de uma delegacia de crimes cibernéticos no município de Colatina.

CONCLUSÃO

As observações realizadas pelo pesquisador ao longo dos anos levantou a hipótese da existência de um perfil peculiar da região noroeste do estado do Espírito Santo, se comparado com a realidade apresentada na Grande Vitória. Não raras vezes, o autor escutou frases como “existem duas polícias: a da grande Vitória e a do interior”. A premissa estabelecida diz que um plano de segurança eficaz deve ser o tanto individualizado quanto possível, possibilitando que peculiaridades locais sejam analisadas para a formação do projeto.

Um panorama do espaço objeto do estudo foi traçado, com uma análise histórica que, embora não tenha sido profunda, apontou que os municípios estudados possuem inúmeras características similares, desde suas constituições até os dias atuais.

A história da região noroeste do estado do Espírito Santo, marcada por conflitos territoriais e tensões sociais, influencia diretamente a segurança pública local. As rivalidades históricas, como a Guerra do Contestado entre capixabas e mineiros, deixaram um legado de desconfiança e disputas que ainda reverberam nas relações sociais e políticas contemporâneas. Essa herança histórica, combinada com fatores como a desigualdade socioeconômica e a presença de atividades ilegais, pode resultar em um ambiente propício para a violência e a criminalidade. Assim, as autoridades de segurança pública enfrentam o desafio de lidar não apenas com a criminalidade atual, mas também com as raízes históricas que moldam a dinâmica social da região, exigindo estratégias que integrem a história local à promoção da paz e da justiça social.

As entrevistas realizadas com os delegados de polícia confirmaram a hipótese e possibilitaram a identificação dos desafios enfrentados pelos delegados de polícia atuantes no noroeste capixaba. Essas informações, coletadas diretamente de quem dia a dia vive os problemas, foi a base para a elaboração do produto técnico.

Importante salientar que os problemas apresentados pelos entrevistados não se apresentaram como questões de grande complexidade, tendo as propostas de soluções seguido a mesma linha, ou seja, medidas de elevada simplicidade, com uma favorável relação custo x benefício.

Embora apresente soluções importantes, não se desconhece o fato de que um plano estratégico de segurança para a região pode enfrentar limitações que exijam ajustes para garantir sua eficácia. Por exemplo, a capacitação contínua dos policiais

e a ampliação do efetivo são essenciais, mas podem não atender rapidamente a mudanças súbitas na criminalidade. Para contornar isso, é fundamental implementar sistemas de recrutamento ágil e treinamentos personalizados, adaptados às necessidades locais. Além disso, o investimento em tecnologia deve ser gradual, começando por soluções acessíveis, enquanto o aumento da frota de viaturas e a logística de transporte devem incluir contingências para garantir a mobilidade em situações críticas. A flexibilidade e a adaptabilidade das estratégias são fundamentais para responder a desafios imprevistos e proporcionar um ambiente seguro para a comunidade.

Para avaliar o impacto das propostas sugeridas no plano de segurança da região noroeste do Espírito Santo, métricas e métodos devem ser utilizados. Primeiramente, indicadores quantitativos, como a redução nas taxas de criminalidade (homicídios, roubos, furtos) e o aumento na resolução de casos, podem fornecer uma visão clara da eficácia das intervenções. Além disso, a quantidade de ocorrências registradas e o tempo de resposta das equipes policiais também são métricas relevantes.

Outro aspecto relevante é a realização de pesquisas de percepção de segurança junto à comunidade, que podem auxiliar a medir a sensação de segurança e a confiança nas autoridades policiais. A frequência de participação da comunidade em conselhos de segurança e programas de voluntariado também pode ser um indicador do engajamento cívico e da eficácia das parcerias propostas.

Para monitorar os resultados, um sistema de gestão integrado deve ser implementado, permitindo o acompanhamento em tempo real das operações e das respostas a incidentes. Reuniões regulares entre as unidades policiais e outras partes interessadas podem facilitar a discussão dos resultados e a necessidade de ajustes no plano. Por fim, revisões semestrais ou anuais do plano, utilizando os dados coletados e as percepções da comunidade, permitirão ajustes estratégicos para garantir que o plano permaneça relevante e eficaz diante de novas demandas e desafios.

Embora o plano estratégico de segurança apresentado busque abordar de maneira abrangente os desafios enfrentados pela região noroeste do Espírito Santo, é fundamental reconhecer que as soluções propostas não estão isentas de controvérsias e desafios. A título de exemplo, a ampliação do efetivo policial pode gerar tensões relacionadas ao recrutamento e à retenção de profissionais em uma

área historicamente marcada pela escassez de recursos, enquanto a implementação de novas tecnologias pode levantar questões sobre a privacidade e a vigilância. Além disso, a criação de parcerias com a comunidade, embora promissora, depende da disposição e do engajamento da população, que podem variar conforme o contexto social e político. Uma reflexão crítica sobre essas potenciais resistências e limitações é essencial para garantir que as propostas não apenas respondam às demandas imediatas, mas também promovam uma segurança pública que seja inclusiva e respeitosa às necessidades e preocupações da comunidade. Assim, a análise deve ser constantemente reavaliada e ajustada, garantindo que a implementação das estratégias seja sensível às complexidades do contexto local.

Evidentemente, não se pretendeu resolver todos os problemas da segurança pública em uma dissertação. Nem os maiores nomes da pesquisa ousariam imaginar que isso seria possível. Dessa forma, o que se objetivou foi a sistematização de propostas de melhorias hábeis a impactar positivamente o êxito das investigações policiais da localidade. Apresentou-se, então, um plano de segurança para a região noroeste do estado do Espírito Santo e agora o autor fica na torcida não apenas para que o plano seja adotado, mesmo que parcialmente, mas principalmente para que os estudiosos se debrucem sobre o tema e realizem novas pesquisas na região que possam, aprofundando os estudos, confirmar ou infirmar as colocações trazidas nesse texto.

REFERÊNCIAS

- ANGROSINO, Michael. **Etnografia e Observação Participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- ANUNCIAÇÃO, Flávio Luciano da. **Entre trâmites políticos e conflitos sociais: a memória do contestado mineiro-capixaba**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Juiz de Fora: Juiz de Fora, 2019.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com imagem, texto e som: um manual prático**. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.
- BORI-HABIB FILHO, Namy Chequer. **A Revolta de Xandoca: desafio à oligarquia Monteiro no ES em 1916**. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Espírito Santo: Vitória, 2005.
- CAMPOS, H. R. **A resolução de fronteiras Minas Gerais-Espírito Santo na zona do contestado**. *Revista Geonorte*, v. 4, n. 12, p. 986–1006, 2013.
- CASAGRANDE, Renato. **Estado Presente em Defesa da Vida: um novo modelo para a segurança pública**. Fundação João Mangabeira, 2015.
- COSTA, Marco Aurélio Borges. **O papel da urbanização na variação dos fluxos de acumulação social da violência**. In *Reforma Urbana e Direito à Cidade*. Rio de Janeiro: Letra Capital. 2022. p. 133-148. Cap. 8.
- COSTA, Marco Aurélio Borges. **Vítimas que choram: empreendedorismo violento e acumulação social da violência no Espírito Santo**. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2015.
- Da Vila ao Espírito Santo**. Locutores: Letícia Gonçalves, José Carlos Schaeffer e Fábio Botacin. Produtora Viviane Maciel, 2020. *Podcast*. Disponível em <https://www.agazeta.com.br/es/politica/da-vila-ao-espírito-santo-as-historias-das-cidades-do-noroeste-do-estado-1120>. Acesso em 18 mai. 2024.
- DE SOUZA LINO, Leandro; LÓRA, Renata Morandi; MARQUES, Ivana Souza. **Os aspectos históricos da microrregião centro-oeste e o surgimento da centralidade da cidade de Colatina**. *Revista Ifes Ciência*, v. 7, n. 2, p. 01-22, 2021.
- DIAS, Luzimar Nogueira. **Massacre em Ecoporanga: lutas camponesas no Espírito Santo**. Brasil: Cooperativa dos Jornalistas do Espírito Santo, 1984.

- FRANCESCHETTO, Cilmar. **Imigrantes Espírito Santo**: base de dados da imigração estrangeira no Espírito Santo nos séculos XIX e XX. Organizado por Agostino Lazzaro. Coleção Canaã: Vitória, 2014. Disponível em: https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Livros/Imigrantes_Livro_21_05_14.pdf. Acesso em 10. Jun. 2024
- FREITAS, H.; OLIVEIRA, M.; SACCOL, A. Z.; MOSCAROLA, J. (2000). **O método de pesquisa survey**. Revista de Administração da Universidade de São Paulo. 2000. 35(3). p. 105-112.
- FOLETTTO, Leonardo Zancheta. **Entre linhas e fronteiras**: a histórica questão lindeira entre os estados do Espírito Santo e Minas Gerais (1911-1963). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História. Universidade Federal do Espírito Santo: Vitória, 2019.
- GARCIA, Élio Ramires. **Do Estado União de Jeová à União dos Posseiros de Cotaxé**: transição e longevidade. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Espírito Santo: Vitória, 2015.
- GEERTZ, Clifford. **Do ponto de vista dos nativos**: a natureza do entendimento antropológico. In: O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 85-107. Cap. 3.
- MORAES, Cícero. **As questões de limites que o Espírito Santo sustentou**. Vitória: Real Gráfica, 1971.
- OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do estado do Espírito Santo**. Coleção Canaã: Vitória, 1975.
- OLIVEIRA, Uéber José de. *et. al.* **O contestado capixaba**: historiografia e aspectos históricos. Serra: Milfontes, 2018.
- SANTO, GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO. **DO EFETIVO DA PCES**. 2022.
- SILVA, L. A. Machado da. **Violência, crime e polícia. O que os favelados dizem quando falam desses temas?** In Sociedade e Estado. Brasília. 2007. v. 22, n. 3, p. 545-591.
- SOUZA, André Luiz G. de. **História do Estado União de Jeová**. Dimensões (Revista de História da UFES), nº 7, 1998, p. 173-176.
- TEIXEIRA SANTOS, Scheirla; FERNANDES PEREIRA, Tábata; OLIVEIRA SANTOS, Ana Carolina. **A teoria das restrições aplicada no setor público: uma revisão da literatura**. Exacta, v. 20, n. 3, 2022.
- VILAÇA, Adilson. **Cotaxé**. Vitória: Textus, 4^a ed., 2007.

ZANONI, Angelo de Souza. **Monopolização e r-existências:** a educação do campo na territorialidade camponesa no noroeste do Espírito Santo. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Espírito Santo: Vitória, 2015.

APÊNDICE A - Questionário

Questionário sobre a percepção dos delegados da polícia civil, localizados em delegacias de polícia do noroeste do estado do Espírito Santo, sobre as dificuldades e possíveis soluções enfrentadas na elucidação de crimes ocorridos na região.

Parte 1: PERFIL DO PESQUISADO

1. Qual seu tempo de experiência como delegado?

() 0 a 5 anos () 6 a 10 anos () 11 a 15 anos () 16 a 20 anos () Mais de 20 anos

2. Qual é o seu tempo de serviço como delegado de polícia civil na região noroeste do Espírito Santo?

() 0 a 5 anos () 6 a 10 anos () 11 a 15 anos () 16 a 20 anos () Mais de 20 anos

3. Caso já tenha exercido outro cargo na polícia civil do estado do Espírito Santo ou de qualquer outro estado, o fez por quanto tempo?

() Não exerci outro cargo na polícia civil () Exerci por menos de 5 anos () Exerci de 5 a 10 anos () Exerci de 10 a 15 anos () Mais de 15 anos

4. Qual é o seu gênero?

() Masculino () Feminino () Outros (por favor, especifique) _____

5. Qual sua faixa etária?

() 20-30 anos () 31-40 anos () 41 a 50 anos () 51 a 60 anos () Mais de 60 anos

Qual seu nível de formação?

() Bacharel () Especialista () Mestre () Doutor

6. Qual sua área de formação? Principal e outras.

() Direito () História () Engenharia () Outros (por favor, especifique) _____

7. Em qual(ais) delegacia(s) de polícia da região noroeste do estado do espírito santo você trabalha e/ou já trabalhou

- () Água Doce do Norte
- () Águia Branca.
- () Alto Rio Novo;
- () Baixo Guandu;
- () Barra de São Francisco;
- () Boa Esperança;
- () Colatina;
- () Ecoporanga
- () Governador Lindenberg;
- () Mantenópolis;
- () Marilândia;
- () Montanha;
- () Mucurici;
- () Nova Venécia;
- () Pancas;
- () Pinheiros;
- () Ponto Belo;
- () São Domingos do Norte;
- () São Gabriel da Palha;
- () Vila Pavão;

8. Você responde por quantas delegacias (acumulação)?

- () Apenas uma () Duas () Três () Quatro ou mais

9. Caso você acumule delegacias (mesmo que a delegacia não possua espaço físico próprio), alguma acumulação ocorre em delegacias de municípios distintos?

- () Sim () Não () Não se aplica (o entrevistado não acumula delegacias ou acumula apenas no mesmo município)

Parte 2: IDENTIFICAÇÃO DE DIFICULDADES PECULIARES DA REGIÃO NOROESTE DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Para cada uma das situações apresentadas, avalie a dificuldade enfrentada na resolução de inquéritos policiais, utilizando a escala Likert de 1 a 5, onde:

1 - Dificuldade inexistente

2 - Dificuldade raramente existente

3 - Dificuldade existente

4 - Dificuldade muito existente

5 - Dificuldade sempre existente

1. Maior dificuldade na obtenção de elementos de informação (provas) nas investigações de crimes ocorridos em áreas rurais se comparados com crimes praticados em áreas urbanas.

1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()

2. Dificuldade na obtenção de recursos para investigações devido à priorização de recursos para a Grande Vitória.

1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()

3. Falta de estrutura adequada nos prédios policiais da região (por exemplo, estruturas precárias, falta de equipamentos).

1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()

4. Dificuldade na comunicação e coordenação entre unidades policiais dispersas em uma ampla área geográfica, inclusive com dificuldade na troca de informações de investigações entre as delegacias.

1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()

5. Considerável número de policiais que desejam transferência para a capital, afetando a equipe disponível para investigações.

1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()

6. Policiais sem a devida capacitação, com dificuldades para o pleno exercício de suas funções, como, por exemplo, análise de dados em quebra de sigilo bancário ou interceptação telefônica.

1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()

7. Delegacias localizadas na região noroeste do estado do Espírito Santo com apenas um ou dois policiais.

1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()

8. Dificuldades logísticas no transporte e deslocamento em áreas rurais e de difícil acesso.

1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()

9. Extensão territorial da área rural na sua circunscrição.

1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()

10. Distância elevada para a entrega de materiais a serem periciados, como aparelhos eletrônicos, drogas e armas.

1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()

11. Dificuldade no transporte de presos devido à distância das unidades prisionais (presos, homens e mulheres) e socioeducativas (adolescentes apreendidos, homens e mulheres).

1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()

12. Restrições relacionadas à cota de combustível das viaturas policiais.

1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()

13. Limitação do número de veículos com tração 4x4 para atender áreas rurais e de difícil acesso.

1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()

14. Viaturas sem rádio comunicador.

1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()

15. Regiões sem sias de telefone e internet.

1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()

16. Restrição do número de policiais devido à distribuição desigual de efetivo entre as delegacias da região noroeste e as da Grande Vitória.

1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()

17. Municípios da região noroeste sem delegacia.

1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()

18. Maior volume de trabalho das delegacias da região noroeste do estado do Espírito Santo se comparadas com as da Grande Vitória.

1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()

Parte 3: PROPOSTAS DE SOLUÇÕES

Para cada proposta de solução apresentada, por favor, avalie sua eficácia potencial, utilizando a escala *Likert* de 1 a 5, onde:

1 - Ineficaz**2 – Pouco eficaz****3 - Eficaz****4 – Muito eficaz****5 – Extremamente eficaz****1. Implementação de unidades móveis de polícia para atender áreas rurais e remotas.**

1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()

2. Criação de orçamento específico destinado à região noroeste para garantir recursos adequados para investigações.

1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()

3. Melhoria da infraestrutura dos prédios policiais, incluindo reparos e atualização de equipamentos.

1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()

4. Estabelecimento de uma rede de comunicação eficaz entre unidades policiais, com compartilhamento de informações.

1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()

5. Incentivo à permanência de policiais na região noroeste, oferecendo benefícios, como uma gratificação pecuniária por distância da capital.

1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()

6. Investimento em veículos e equipamentos adaptados para deslocamento em áreas rurais.

1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()

7. Redistribuição do efetivo, com policiais localizados na Grande Vitória sendo encaminhados para o interior do estado.

1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()

8. Criação de um cargo com nível de escolaridade de 2º grau para exercer atividades meio que hoje são desempenhadas por investigadores e escrivães.

1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()

9. Criação de escola com turmas permanentes e de frequência obrigatória e periódica, para a capacitação dos policiais.

1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()

10. Ampliação da atribuição de algumas delegacias especializadas da Grande Vitória (exemplo: delegacia de repressão a crimes cibernéticos, de defesa do

consumidor e de acidente de trabalho) para englobar crimes praticados no noroeste capixaba.

1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()

11. Construção de delegacias (estrutura física) nos municípios da região noroeste que não possuem unidades policiais próprias.

1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()

12. Instalação nas viaturas caracterizadas de radiocomunicador via satélite.

1 () 2 () 3 () 4 () 5 ()

Campo aberto para observações adicionais:

Por favor, sinta-se à vontade para compartilhar qualquer outra dificuldade ou sugestão que não foi abordada neste questionário.

Agradeço pela participação e contribuição para esta pesquisa. Suas respostas são extremamente valiosas.

APÊNDICE B – Produto Técnico

Plano Estratégico de Segurança para a Região Noroeste do Estado do Espírito Santo

1. Introdução

Este plano estratégico de segurança tem como objetivo fornecer uma estrutura abrangente para melhorar a eficiência das investigações policiais e aumentar a segurança na região noroeste do Estado do Espírito Santo. Baseado em dados obtidos por meio de uma pesquisa com delegados de polícia civil que atuam na localidade, identificamos as principais dificuldades enfrentadas pela polícia nessa região, bem como propostas de solução para enfrentá-las. Este plano visa direcionar os esforços e recursos disponíveis para abordar essas questões de maneira eficaz.

2. Diagnóstico de Segurança

A pesquisa realizada com delegados de polícia civil na região identificou os seguintes desafios:

- **Complexidade das áreas rurais:** Dificuldades de acesso e coleta de evidências.
- **Falta de efetivo policial:** Baixo número de policiais em relação à extensão territorial e desinteresse dos policiais em permanecer na região.
- **Falta de capacitação dos policiais:** Policiais sem a devida capacitação, com reflexo na dificuldade/incapacidade de atuação e operação de importantes ferramentas de investigação.
- **Infraestrutura precária:** Prédios policiais com deficiências estruturais e falta de equipamentos.
- **Ausência de delegacias:** Municípios sem delegacia de polícia na localidade.
- **Distância para acesso a perícia:** Dificuldade em encaminhar celeremente objetos apreendidos para a confecção dos respectivos laudos periciais devido à distância.
- **Dificuldades de comunicação:** Em dois sentidos. 1) Inexistência de uma coordenação entre as delegacias de polícia para o compartilhamento de

informações obtidas durante a realização de investigação e que seja de interesse de mais de uma unidade. 2) Falta de cobertura em áreas remotas, prejudicando a troca de informações durante a realização de operações e diligências.

- **Limitações de recursos tecnológicos:** Falta de acesso a tecnologias modernas para investigações.
- **Escassez de viaturas adequadas:** Viaturas em condições inadequadas, especialmente para áreas rurais, bem como veículos sem radio comunicador.
- **Dificuldades no transporte de presos:** distância elevada para as unidades prisionais e de internação, demandando que frequentemente policiais deixem de estar investigando crimes para atuar apenas no transporte de presos.
- **Alta demanda por atendimento:** Sobrecarga das unidades policiais devido à alta incidência de ocorrências em relação ao efetivo e extensão territorial coberta.
- **Limitação de recursos financeiros:** Escassez de verbas para investimento em investigações e limitação de cota de combustível.

3. Objetivos

Com base no diagnóstico acima, os objetivos do plano são os seguintes:

- **Melhorar a eficiência das investigações policiais.**
- **Aumentar a presença policial e a sensação de segurança nas comunidades.**
- **Reduzir os índices de criminalidade e aumentar a resolução de casos.**
- **Promover a integração entre as unidades policiais e a comunidade.**

4. Estratégias de Segurança

Para alcançar esses objetivos, propomos as seguintes estratégias:

1. Investimento em Capacitação e Treinamento:

- Criação de uma escola permanente, na estrutura da ACADEPOL, com turmas de frequência obrigatória e contínua, visando manter o efetivo plenamente capacitado.

- Desenvolvimento de cursos presenciais e online sobre técnicas de investigação, legislação atualizada, gestão de crises e utilização de ferramentas tecnológicas.
- Realização de simulações de situações de alto risco para preparar os policiais para lidar com diversas situações.
- Participação em workshops e seminários para compartilhar melhores práticas e aprender com experiências de outras regiões.
- Criação de um programa de mentoria, onde policiais mais experientes orientam e apoiam os novos membros da equipe.
- Implementação de políticas de estímulo para que os policiais compareçam também a cursos facultativos e apresentem bom aproveitamento após avaliações práticas, oferecendo benefícios adicionais e oportunidades de progressão na carreira.

2. Ampliação do Efetivo Policial:

- Realização de concursos públicos anuais para aumentar o número de policiais na região.
- Incentivo à transferência de policiais de outras regiões para suprir a demanda na região noroeste.
- Implementação de políticas de retenção para manter os policiais na região, oferecendo benefícios adicionais e oportunidades de progressão na carreira.
- Contratação de policiais aposentados em regime de trabalho temporário para reforçar o efetivo na região noroeste.
- Redistribuição do efetivo policial, seguindo estudos e critérios técnicos.
- Implementação de critérios objetivos para a distribuição de efetivo.
- Criação de cargo de nível médio para a realização de atividades administrativas que atualmente estão sendo realizadas por agentes de polícia, investigadores e escrivães.

3. Melhoria da Infraestrutura Policial:

- Realização de obras de reforma e ampliação das delegacias, priorizando aquelas em condições mais precárias.

- Aquisição de equipamentos modernos, como impressoras coloridas, para melhorar as condições de trabalho.
- Implementação de medidas de segurança adicionais, como cercas elétricas, iluminação externa e sistemas de controle de acesso, para proteger as instalações policiais contra invasões e vandalismo.
- Construção de delegacias de polícia civil nos municípios que não possuem, levando em consideração a relação homicídios x 100.000 habitantes.

4. Criação de Unidades Especializadas:

- Ampliação das atribuições das delegacias especializadas da Grande Vitória que não possuem correspondência no interior do estado.
- Transformação da Delegacia Regional de Barra de São Francisco em Regional “Tipo 2”.
- Criação de novas especializadas nas delegacias regionais de Colatina e Nova Venécia.
- Implementação de unidades móveis nas áreas rurais e remotas.

5. Parcerias com a Comunidade:

- Criação de conselhos comunitários de segurança, onde representantes da polícia e da comunidade se reúnem regularmente para discutir questões de segurança e propor soluções conjuntas.
- Estabelecimento de programas de voluntariado, onde membros da comunidade podem se envolver em atividades de prevenção ao crime e assistência a vítimas.
- Realização de campanhas de conscientização em escolas, empresas e outros locais públicos para educar a população sobre medidas de segurança e prevenção ao crime.

6. Investimento em Tecnologia:

- Implementação de um sistema integrado de gestão policial, que permita o compartilhamento de informações entre diferentes unidades policiais e agilize o fluxo de trabalho.

- Aquisição de equipamentos de alta tecnologia, como drones, câmeras de reconhecimento facial e scanners de alta resolução, para auxiliar nas investigações e monitoramento do território.
- Desenvolvimento de um aplicativo móvel para denúncias anônimas, permitindo que os cidadãos relatem crimes e atividades suspeitas de forma rápida e segura, possibilitando que a informação chegue à polícia civil imediatamente.

7. Aumento da Frota de Viaturas:

- Aquisição de novas viaturas equipadas com tecnologia de comunicação avançada, GPS e sistemas de rastreamento para melhorar a eficiência das operações.
- Adaptação das viaturas existentes para acesso a áreas rurais, instalando sistemas de tração 4x4, pneus off-road e proteções adicionais para terrenos acidentados.
- Implementação de um programa de manutenção preventiva para garantir que todas as viaturas estejam em boas condições de funcionamento e prontas para uso.

8. Reforço na Logística de Transporte:

- Criação de Termo de Cooperação com a SEJUS (Secretaria de Estado da Justiça) para que o transporte de presos e de adolescentes apreendidos fique a cargo dos Policiais Penais.
- Estabelecimento de parcerias com empresas de transporte público para disponibilizar veículos adicionais em casos de emergência ou necessidade de reforço.
- Implementação de um sistema de agendamento online para solicitação de transporte, permitindo que as equipes policiais coordenem melhor suas atividades e evitem atrasos desnecessários.

9. Captação de Recursos Financeiros:

- Busca ativa por recursos federais, estaduais e municipais disponíveis para investimento em segurança pública, como programas de financiamento e emendas parlamentares.

- Estabelecimento de parcerias com empresas privadas e organizações não governamentais para financiar projetos específicos, como aquisição de equipamentos e programas de prevenção ao crime.
- Exploração de oportunidades de captação de recursos por meio de convênios e acordos de cooperação com outras instituições públicas e privadas interessadas em promover a segurança na região.

Cada uma dessas estratégias, quando implementadas de forma integrada e coordenada, contribuirá para fortalecer a segurança na Região Noroeste do Estado do Espírito Santo e proporcionar um ambiente mais seguro e protegido para todos os cidadãos.

5. Implementação e Monitoramento

A implementação do plano será coordenada pela Superintendência de Polícia Regional Noroeste, em colaboração com as unidades policiais locais e outras partes interessadas. Serão estabelecidos indicadores de desempenho para monitorar o progresso e os resultados alcançados, com revisões regulares para ajustar as estratégias conforme necessário.

6. Considerações Finais

Este plano estratégico de segurança visa fornecer uma abordagem abrangente e integrada para melhorar a segurança na Região Noroeste do Estado do Espírito Santo. Com o apoio e comprometimento de todas as partes envolvidas, esperamos alcançar os objetivos estabelecidos e promover um ambiente mais seguro e protegido para todos os cidadãos da região.

Assinatura:

Mestrando em Segurança Pública